

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

JÚLIA CARVALHO PASSOS

**O comum urbano como satisfator sinérgico?
O caso da horta Morro Verde, Vila das Antenas,
Belo Horizonte**

BELO HORIZONTE
2023

JÚLIA CARVALHO PASSOS

**O comum urbano como satisfator sinérgico?
O caso da horta Morro Verde, Vila das Antenas,
Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Barros

BELO HORIZONTE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

P289c

Passos, Júlia Carvalho.

O comum urbano como satisfator sinérgico? [manuscrito] : o caso da horta Morro Verde, Vila das Antenas, Belo Horizonte / Júlia Carvalho Passos. - 2023.

140 f. : il.

Orientadora: Paula Barros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Favelas - Aspectos sociais - Teses. 2. Agricultura sustentável - Teses. 3. Agricultura urbana - Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Barros, Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 363.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO




FOLHA DE APROVAÇÃO

O comum urbano como satisfator sinérgico? O caso da horta Morro Verde,
Vila das Antenas, Belo Horizonte


JÚLIA CARVALHO PASSOS

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 19 de abril de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:


Documento assinado digitalmente
 PAULA BARROS
Data: 19/04/2023 16:23:30-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Paula Barros – Orientadora
EA-UFMG

Documento assinado digitalmente
 MARIA LUIZA DIAS VIANA
Data: 19/04/2023 15:46:33-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Maria Luiza Dias Viana
EA-UFMG

Profa. Dra. Adriana Sansão Fontes
UFRJ

Documento assinado digitalmente
 ADRIANA SANSÃO FONTES
Data: 19/04/2023 17:57:35-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Paula Barros, pela paciência, generosidade e pela disponibilidade para as descobertas que fizemos juntas.

À Professora Rita Velloso, por sua infinita disposição para a partilha.

Ao NPGAU, por proporcionar tantas aulas enriquecedoras.

Às colegas Maria Luiza e Renata Nogueira, por dividirem as alegrias e angústias desse percurso.

Aos moradores da Vila das Antenas pela receptividade e, principalmente, por mostrarem a força do coletivo.

À Thaís, pelo apoio com as imagens e mapas.

A todos aqueles que doaram seu tempo compartilhando suas vivências nas entrevistas.

À minha família, por me apoiar mesmo quando meus caminhos não são claros e lineares.

Aos meus amigos, pela compreensão de minha ausência nos últimos meses.

Ao Felipe, pela serenidade de quem acredita.

"Não aceitar esta realidade como a única realidade possível, porque cada realidade contém muitas outras dentro dela. É como se o mundo estivesse grávido de outros 'mundinhos'... de outros mundos bastante melhores que Este. Há que ajudá-los a nascer."

Eduardo Galeano

Resumo

A produção hegemônica da cidade, pautada na acumulação de capital, revela processos crescentes de privatização e coloca a cidade como uma mercadoria a ser consumida. Na contracorrente da acumulação capitalista, percebe-se o surgimento de formas mais colaborativas de uso e gestão de recursos urbanos e da própria cidade, fundamentadas na inventividade coletiva, localizadas no campo teórico e prático do comum urbano. Este estudo objetiva explorar o valor do comum urbano enquanto satisfator sinérgico das necessidades humanas fundamentais, tendo como referência o Morro Verde, horta comunitária localizada na favela Morro das Pedras que, mesmo permeada de contradições, extrapola a lógica capitalista e promove formas de viver na cidade baseadas na colaboração. Para tal, foram realizadas entrevistas e observação participante. Através da análise temática dedutiva dos depoimentos e das anotações feitas durante as observações, verificou-se o potencial do comum urbano em satisfazer de forma sinérgica as necessidades humanas fundamentais de subsistência, proteção, afeição, compreensão, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Compreender o valor de espaços cotidianos mantido por relações informais de cooperação permite um novo olhar sobre práticas periféricas.

Palavras-chave: Comum urbano. Comuns urbanos. Necessidades Humanas. Teoria do Desenvolvimento à Escala Humana. Horta comunitária. Agricultura urbana.

Abstract

The hegemonic production of the city, based on the accumulation of capital, reveals increasing processes of privatization and positions the city as a commodity to be consumed. Against the current of capitalist accumulation, one can perceive the emergence of more collaborative forms of use and management of urban resources and the city itself, based on collective inventiveness, located in the theoretical and practical field of the urban commons. This study aims to explore the value of the urban commons as a synergistic satisfier of fundamental human needs, taking as reference a community Garden, located in the favela Morro das Pedras, called Morro Verde, which, even permeated by contradictions, extrapolates the capitalist logic and promotes ways of living in the city based on collaboration. To this end, interviews and participant observation were conducted. Through deductive thematic analysis of the testimonies and notes made during the observations, the potential of the urban commons to synergistically satisfy the fundamental human needs of subsistence, protection, affection, understanding, participation, idleness, creation, identity, and freedom was verified. Understanding the value of everyday spaces maintained by informal cooperation relationships allows for a new perspective on peripheral practices. Keywords: Urban Commons. Human needs. Human Scale Development Theory. Community garden. Urban agriculture.

Lista de imagens

Figura 1 - Pirâmide hierárquica das necessidades, de Maslow (1943).....	47
Figura 2 - Procedimento de investigação nas ciências sociais segundo Quivy e Campenhoudt (1998)	51
Figura 3 - Ato de ruptura.....	52
Figura 4 - Ato de construção.....	54
Figura 5 - Construção do modelo de análise	55
Figura 6 - Ato de verificação	58
Figura 7 - Localização do Morro das Pedras e da Vila das Antenas em Belo Horizonte	59
Figura 8 - Vilas do Morro das Pedras (linhas vermelhas) e as principais avenidas próximas ao aglomerado.....	60
Figura 9 - Intervenções previstas no PGE para o Morro das Pedras.....	66
Figura 10 - Remoções previstas no PGE	68
Figura 11 - Vila das Antenas após via de ligação concretizada (em vermelho) e as remoções da faixa de transmissão executadas (em roxo)	69
Figura 12 - Cine Parede.....	73
Figura 13 - Oficina da Vizinhança.....	75
Figura 14 - Horta Morro verde, Vila das Antenas.....	77
Figura 15 - Morro Verde, 2019.....	78
Figura 16 – Gênese e consolidação do Morro Verde.....	81
Figura 17 - Área atual do Morro Verde em relação à linha de transmissão da CEMIG	82
Figura 18 - Cine Parede no Morro Verde, em 2017	86
Figura 19 - Realização da ação Chá na Quebrada, parceria entre Morro Verde e Projovem, em 2019	87
Figura 20 - Cozinha Comum Itinerante em atividade no Beco dos Canutos, na Vila das Antenas	88
Figura 21 - Cozinha Comum Itinerante em edição do Cine Parede.....	89
Figura 22 - Localização do Morro Verde em relação ao História em Construção, à Cozinha Itinerante, o Cine Parede e à torre de energia	90
Figura 23 - <i>Ecobags</i> do Morro Verde criadas em oficinas de costura	93

Figura 24 - Divulgação da campanha de financiamento coletivo Abrace o Brasil	95
Figura 25 - Aquaponia Morro Verde	100
Figura 26 - Morro Verde em janeiro e agosto de 2020	104
Figura 27 - Morro Verde em março de 2021 e abril de 2022	109
Figura 28 - Organização espacial do Morro Verde em 2022	109
Figura 29 - Evolução das estruturas do Morro Verde ao longo do ano de 2022	110
Figura 30 - Cadeados colocados no Morro Verde	113
Figura 31 - Construção do novo galinheiro	115
Figura 32 - Plantio no Morro Verde em 2017	129
Figura 33 - Campo de Cebada	138
Figura 34 - Agrocité	138

Lista de quadros

Quadro 1 - Dimensões, componentes e indicadores do comum urbano	43
Quadro 2 - Matriz de Necessidades e “Satisfatores” de Max-Neef (1991).....	46
Quadro 3 - O comum urbano como satisfator das necessidades humanas fundamentais.....	139

Lista de abreviaturas e siglas

AAA	Atelier d'Architecture Autogérée
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CMP	Casa do Movimento Popular
DEH	Desenvolvimento à Escala Humana
GEFAU	Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana
GR	Grupo de Referência
MOM	Morar de Outras Maneiras
ONG	Organização não governamental
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGE	Plano Global Específico
Profavela	Programa Municipal de Regularização de Favelas
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PVV	Programa Vila Viva
UFMG	Universidade Federal de Minas gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Urbel	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
SPG	Sistema Participativo de Garantia
Susan	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O COMUM COMO ALTERNATIVA.....	19
2.1 A PRODUÇÃO HEGEMÔNICA DA CIDADE.....	19
2.2 O COMUM.....	23
2.3 O COMUM URBANO.....	35
2.4 O COMUM ENQUANTO “SATISFATOR” SINÉRGICO.....	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4 O CASO DA HORTA MORRO VERDE.....	58
4.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MORRO DAS PEDRAS.....	58
4.2 O GRUPO HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO.....	70
4.3 A HORTA MORRO VERDE À LUZ DO COMUM URBANO	78
4.3.2 <i>Quase abandono (2019-2021)</i>	103
4.3.3 <i>Retomada? (2022)</i>	108
4.3.4 <i>Morro Verde enquanto comum urbano</i>	116
4.4 O POTENCIAL SINÉRGICO DA HORTA MORRO VERDE.....	117
4.4.1 <i>Necessidade de subsistência</i>	117
4.4.2 <i>Necessidade de proteção</i>	118
4.4.3 <i>Necessidade de afeição</i>	119
4.4.4 <i>Necessidade de entendimento</i>	121
4.4.5 <i>Necessidade de criação</i>	123
4.4.6 <i>Necessidade de ócio</i>	125
4.4.7 <i>Necessidade de participação</i>	126
4.4.8 <i>Necessidade de identidade</i>	130
4.4.9 <i>Necessidade de liberdade</i>	132
4.4.10 <i>O Morro Verde como um satisfator sinérgico</i>	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

1 INTRODUÇÃO

A urgência em fortalecer formas mais cooperativas de viver na cidade motivou o desenvolvimento da presente pesquisa. Se, por um lado, a produção capitalista do espaço funciona na lógica da privatização e da mercantilização generalizada dos recursos urbanos, na escala do cotidiano, por outro lado, existe uma produção pautada por relações domésticas de compartilhamento, de confiança e beneficiamento mútuo.

O modelo hegemônico de produção das cidades submete a terra aos interesses dos capitais, capazes de orientar os investimentos urbanos em alianças com o poder público (MARICATO, 2015). Numa perspectiva capitalista, a cidade se configura como um negócio, orientado pela renda imobiliária, ou seja, por interesses baseados no valor de troca da cidade em detrimento ao seu valor de uso.

A participação cidadã nas políticas urbanas ainda é muito restrita e não é suficiente para que a produção da cidade reflita as reais necessidades de seus moradores. Distante dos processos decisórios, é fácil tornar-se apenas um consumidor do espaço urbano.

Porém, algumas práticas cotidianas de microescala advogam a favor de espaços mais democráticos, em que se prioriza o uso, e não a propriedade, sendo voltadas à real satisfação das necessidades humanas, e não à acumulação de capital. Invisíveis ou tidas como ultrapassadas na perspectiva do progresso capitalista, resistem e são criadas formas de uso e gestão de recursos, fundamentadas no compartilhamento, na colaboração e na reciprocidade.

Essas práticas localizam-se no campo teórico e prático do comum. O comum, além de paradigma, discurso, ética e filosofia política, compreende um conjunto de práticas sociais de experimentação de sistemas de compartilhamento e beneficiamento mútuo (BOLLIER, 2016). Contra a privatização e a mercantilização generalizadas, o movimento do comum busca o estabelecimento de uma gestão comunitária e participativa de recursos compartilhados e inalienáveis. Esses sistemas alternativos são criados fora ou além do mercado e do Estado (BOLLIER, 2016).

De modo geral, o comum refere-se a bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas de fazer-comum, isto é, um conjunto de práticas e relações de

compartilhamento e reciprocidade, para além do âmbito do Estado e do mercado e das formas de propriedade públicas e privadas. (TONUCCI; CRUZ, p. 488, 2019)

Portanto, o comum consiste não apenas em recursos compartilhados, mas inclui o grupo de pessoas que os gerem coletivamente (*commoners*), por meio de regras, e as práticas sociais (*commoning*), que privilegiam o acesso justo, o uso e a sustentabilidade de tais recursos:

Em vez de considerar “o mercado” como um reino da sociedade autônomo, “natural”, que de alguma forma existe separado dos sistemas naturais da Terra e das nossas necessidades sociais, comuneiros (*commoners*) buscam integrar o social, o ecológico e o econômico. (BOLLIER, 2016, p. 10, tradução nossa)

A perspectiva do comum é capaz de direcionar transformações culturais, regenerando laços sociais e o sentimento de interdependência e corresponsabilidade. Em práticas de fazer-comum (*commoning*)¹, indivíduos passam a ser mais que meros empregados ou consumidores, e o meio ambiente a ser entendido não como uma mercadoria, mas como um sistema integrado à vida social (BOLLIER, 2016). Privilegia-se, em vista disso, o que é local, as experiências únicas dos envolvidos, os valores culturais e a história, o que justifica uma diversidade desse campo (BOLLIER, 2016). Tradicionalmente, a luta pelo comum se direcionou ao acesso e gestão de recursos naturais físicos, especialmente em áreas rurais, porém, recentemente, tem incluído espaços de gestão coletiva, como hortas urbanas, e recursos sociais e culturais, como o conhecimento (BAIBARAC; PETRESCU, 2016). O desenvolvimento de sistemas *open-source*, a criação de cooperativas, moedas sociais e os bancos de tempo são exemplos de práticas possíveis no universo do comum.

As cidades têm se mostrado espaços cruciais de experimentação do comum (STAVRIDES, 2019). O chamado comum urbano compreende práticas voltadas à cultura do compartilhamento (KATRINI, 2018) e abordagens mais democráticas de planejamento, desenho urbano, projeto e gestão do espaço e de recursos urbanos.

Recentemente, toda sorte de inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal têm emergido na cena urbana. Falamos de experiências que vão desde o orçamento participativo de Porto Alegre e de muitos outros municípios que levaram a sério os ideais da Agenda 21 (de cidades sustentáveis formuladas nos acordos ambientais do Rio de Janeiro), passando por comitês de vizinhos e

¹ O termo *commoning* é frequentemente traduzido como “comunalizar”, “comunhar” ou “fazer o comum”. Nesta pesquisa, será adotado o termo “fazer-comum”, de Tonucci (2017), que se refere “às práticas sociais de cultivar e gerir o que é tornado comum a uma determinada coletividade” (p.37).

associações voluntárias que progressivamente se colocam a cargo de espaços públicos e comunitários, até as heterotópicas ilhas de diferença que excluem poderes corporativos (tais como o Walmart) e que constroem sistemas locais de troca econômica ou comunidades sustentáveis, o âmbito de experimentação é vasto. (HARVEY, 2013, p.62)

Para além de se referir à localização de recursos comuns, o termo comum urbano carrega em seu significado as especificidades referentes ao urbano (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019; HURON, 2017) e, em uma visão ampliada, afirma a própria cidade como comum (HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2012; FOSTER; IAIONE, 2016; TONUCCI, 2017). Portanto, o comum urbano reivindica uma forma mais democrática de produção da cidade.

Apesar de vir ganhando espaço na produção acadêmica recentemente (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019; TONUCCI; CRUZ, 2019; STAVRIDES, 2016, 2019; SANSÃO, 2022), a pouca presença da realidade urbana na produção teórica sobre o comum ainda representa uma grande lacuna (FOSTER; IAIONE, 2016; HARVEY, 2012; TONUCCI; CRUZ, 2019) — “O papel do comum na formação da cidade e na política urbana só agora está sendo claramente reconhecido e trabalhado, tanto teoricamente quanto no mundo da prática radical” (HARVEY, 2012, p.88).

Tonucci e Cruz (2019) ainda ressaltam que os estudos voltados aos comuns urbanos são majoritariamente relativos à realidade europeia (p. ex. HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2012), evidenciando-se assim a necessidade de maior abordagem da questão no contexto da América Latina². Segundo os autores, espaços que experimentam a informalidade, como favelas e ocupações urbanas no Brasil, apresentam a possibilidade do surgimento de práticas de fazer-comum, fundamentadas em relações domésticas de colaboração, como tática de sobrevivência ou criação de novas oportunidades.

Ao analisar diferentes práticas em Londres e Atenas, que objetivam coproduzir, gerir e compartilhar recursos (sejam eles físicos, serviço, tempo ou conhecimento) com o foco na solidariedade, e não no lucro, Katrini (2018) verificou, à luz da teoria Desenvolvimento à Escala Humana (DEH) de Max-Neef (1991), a possibilidade de as

² No Brasil, tem-se alguns exemplos de ações voltadas ao fortalecimento da temática dos comuns urbanos: o grupo de Pesquisa Comum Urbano América Latina, da UFPR, formado em 2018, foi responsável por organizar o Seminário Comuns Urbanos: formulações e experimentos na América Latina, em 2021; o Instituto Procomum, na Baixada Santista, tem organizado ações, eventos e publicações pertinentes ao tema; o grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), da Escola de Arquitetura da UFMG, organizou o Seminário Terra Comum, Propriedades Coletivas e outras Espacialidades, em 2018; o grupo Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da UFMG, organizou o evento Comum/ Público – Monólogos 7x7, em 2018.

práticas da cultura do compartilhamento satisfazerem a mais de uma necessidade humana simultaneamente.

Esta proposta teórica entende que a qualidade de vida depende de como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais de: (1) subsistência, (2) proteção, (3) afeição, (4) compreensão, (5) participação, (6) ócio, (7) criação, (8) identidade e (9) liberdade. Não há, entre elas, uma relação hierárquica, mas de complementaridade, sendo as pessoas aqui entendidas como sujeitos capazes de moldar o seu próprio futuro (MAX-NEEF, 1991).

Diferente do modelo hegemônico de desenvolvimento, que define uma relação de correspondência entre necessidades humanas, de um lado, e bens de consumo e serviços, de outro, a satisfação das necessidades, para o economista Max-Neef (1991), se relaciona a práticas sociais de organização, modelos políticos e valores. Assim, as necessidades humanas não se referem apenas a “faltas” que precisam ser “preenchidas” por algo externo, mas também trazem consigo os próprios potenciais de satisfação, considerando a possibilidade de engajamento e mobilização das pessoas em torno de uma dada demanda. Enquanto os “satisfatores”³ provenientes de instituições do Estado, do setor privado ou do setor não governamental tendem a ser singulares, ou seja, a satisfazer apenas uma necessidade específica (como programas assistencialistas), os processos endógenos, ou seja, gerados pelos próprios indivíduos ou comunidades, tendem a gerar “satisfatores” sinérgicos, aqueles que, ao satisfazerem uma determinada necessidade, estimulam a satisfação de outras (MAX-NEEF, 1991). Por não serem impostos ou induzidos por forças externas, estes podem ter caráter antiautoritário e fomentar autonomia.

A presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o potencial sinérgico do comum urbano, a partir do estudo da horta comunitária Morro Verde, implantada em 2017, no Morro das Pedras, em Belo Horizonte. A análise é feita considerando períodos de alto e baixo engajamento da comunidade entre os anos de 2017 e 2022, com o intuito de responder à pergunta: o comum urbano tem potencial para satisfazer sinérgicamente as necessidades humanas fundamentais?.

Olhar para as realidades latino-americanas, especialmente para a periferia, sob a lente do comum e da teoria de Max-Neef (1991), permite enxergar, para além das

³ A publicação original, em espanhol, faz uso do neologismo *satisfactor*, traduzido nesta pesquisa como “satisfator”. Os “satisfatores” seriam formas de ser, ter, fazer e estar capazes de satisfazer as necessidades humanas.

demandas e carências, as possibilidades criativas de produção e gestão coletivas dos espaços. Compreender o potencial das práticas de fazer-comum na satisfação sinérgica das necessidades humanas fundamentais pode ampliar os horizontes para formas de fazer arquitetura e urbanismo fundamentadas na inventividade coletiva.

A horta Morro Verde, conforme depreendido nas entrevistas feitas com seus colaboradores, nasce em um contexto já marcado por práticas de fazer-comum do grupo História em Construção⁴, na Vila das Antenas, Morro das Pedras. Em um cenário de remoções em função da execução do Programa Vila Viva (PVV), dedicado à urbanização de favelas de Belo Horizonte, moradores da Vila das Antenas buscam apoio técnico da UFMG, por meio de parceria com o grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), da Escola de Arquitetura (MILAGRES, 2016). Do diálogo entre os moradores e o grupo de pesquisa, surge o História em Construção, em 2010, a princípio, voltado para ações de resgate e valorização da memória local. Em 2017, integrantes do grupo mobilizam outros moradores para a implantação de uma horta agroecológica comunitária em um trecho da faixa de servidão da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Com entulhos das demolições, não retirados pelo poder público, o espaço da faixa de servidão, outrora ocupado com moradias, passou a funcionar como um depósito de lixo.

A partir da ação de moradores engajados em solucionar essa questão coletiva, o espaço foi transformado em um lugar não apenas de produção de alimentos agroecológicos, mas de encontro, ações culturais e educativas. Se antes o espaço refletia o descaso do poder público com os moradores, a implantação da horta pela comunidade simboliza o desejo de honrar a memória das famílias removidas e, de forma mais geral, afirmar o espaço urbano como comum.

A horta Morro Verde foi selecionada como referência para este estudo por se tratar de uma iniciativa que, ao ser permeada por práticas de fazer-comum, permite explorar o potencial sinérgico dos comuns urbanos, objetivo principal desta pesquisa. As experiências anteriores da autora, que a levaram a conhecer grupos culturais de

⁴ Há estudos que abordam os limites da participação institucionalizada e os processos de resistência popular ao PVV na Vila das Antenas (NASCIMENTO, 2011; GUIMARÃES, 2019); o processo de auto-organização do grupo História em Construção (MILAGRES, 2016); a importância da abordagem cultural do grupo na afirmação do direito à cidade (LIBÂNIO, 2017); o contexto de surgimento do grupo, seu funcionamento e a relevância das ações que promovem para a mobilização dos moradores (FONSECA; GUIMARÃES, 2016). Constata-se, portanto, que o grupo História em Construção despertou interesse no meio acadêmico anteriormente.

diferentes vilas no Morro das Pedras, incluindo o História em Construção, também justificam a escolha da horta como referência para o presente estudo.

A dissertação é dividida em seis capítulos. Após o presente capítulo introdutório, o capítulo 2 apresenta o problema de pesquisa, relativo à produção hegemônica da cidade, fundamentado em Maricato (2013, 2015), e o comum como alternativa. Para explorar o conceito do comum, foram estudados autores como Dardot e Laval (2017), Hardt e Negri (2016), Bollier (2014) e Bollier e Helfrich (2019). Para focar no conceito do comum urbano, foram estudados autores como Hardt e Negri (2016), Tonucci (2017), Tonucci e Cruz (2019), Stavrides (2016, 2019) e Harvey (2012). Após apresentar o conceito do comum e do comum urbano, propõe-se uma aproximação entre o comum urbano e a teoria DEH de Max-Neef (1991).

O capítulo 3 apresenta o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Em linhas gerais, o processo de pesquisa envolveu três atos — a ruptura, a construção, a verificação — e sete etapas operacionais — a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). A coleta de dados envolveu observação participante, como descrita por Haguette (1992) e realização de entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas), presenciais e remotas. Utilizou-se a análise temática, como descrita por Braun e Clarke (2006), na averiguação dos depoimentos e anotações feitas em campo.

No capítulo 4 é feita uma contextualização do Morro das Pedras, onde se localiza a horta Morro Verde. Apresenta-se o processo de urbanização da localidade, bem como a formação e atuação do grupo História em Construção, que deu origem ao Morro Verde. Após essa contextualização, analisa-se a horta Morro Verde pela lente do comum urbano.

Por fim, o capítulo 5 explora o potencial do Morro Verde enquanto um “satisfator” sinérgico das necessidades humanas fundamentais a partir da análise temática do depoimento dos moradores e outras pessoas que possuem laços com o projeto e contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa. E o capítulo 6 é dedicado às considerações finais.

2 O COMUM COMO ALTERNATIVA

2.1 A PRODUÇÃO HEGEMÔNICA DA CIDADE

Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas (UN-HABITAT, 2022) e, no Brasil, a porcentagem passa de 80% (BRCIDADES, 2022, site). De forma geral, as cidades têm crescido de modo muito rápido e, diferentemente das promessas do progresso técnico da modernidade, sem oferecer condições para seus habitantes satisfazerem as suas necessidades fundamentais de forma igualitária e justa. Enquanto as taxas de crescimento urbano crescem, cresce também a pobreza urbana, a segregação socioespacial, a degradação ambiental e a privatização de bens comuns e espaços públicos, sobretudo nos países periféricos:

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada - em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade — de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana. Graves consequências resultam desse processo, como os despejos massivos, a segregação e a conseqüente deterioração da convivência social. (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO⁵, 2007, p.1)

O paradigma da modernidade contribuiu para alterações nas noções de bem-estar, que passaram a estar intimamente associadas à aquisição de produtos e ao acesso a serviços (MANZINI, 2017). O que Manzini entende por “bens comuns locais” tem perdido a centralidade na manutenção do bem-estar e passado por processos de mercantilização:

A expressão “bens comuns locais” [...] designa entidades que pertencem a todos e a ninguém em particular. E, enquanto permanecerem “comuns”, não podem ser reduzidas a produtos comercializáveis e não podem ser, portanto, compradas ou vendidas. Exemplos de bens comuns locais abrangem desde os recursos físicos básicos como o ar e a água, passando por recursos sociais tais como a comunidade de bairro ou o senso cívico de seus cidadãos, até incluir recursos complexos tais como a paisagem, o espaço público urbano ou a “segurança percebida” entre os habitantes de uma determinada cidade. (MANZINI, 2008, p.47-48)

⁵ A “Carta mundial pelo direito à cidade” foi elaborada ao longo de diferentes fóruns: Fórum Social das Américas; Fórum Mundial Urbano; Fórum Social Mundial e Fórum Social Mundial Policêntrico, ocasião em que teve sua atual versão consolidada.

Alguns autores, como Dardot e Laval (2017), problematizam o uso da expressão “bens comuns”, pela ênfase no objeto, e não na relação e no sistema que o envolve. De toda forma, essa mercantilização do que seria comum, para Manzini (2008), tem tido resultados como “água engarrafada no lugar da água natural, o shopping no lugar da praça pública, um serviço de segurança particular no lugar da vigilância informal dos vizinhos de casa, e assim por diante” (p.48). Espaços que proporcionam “tempo livre”, como parques públicos, têm se constituído, muitas vezes, à semelhança de parques temáticos e de shoppings centers, voltados ao consumo (MANZINI, 2008).

No contexto urbano, o distanciamento entre a produção e o consumo nos conduz a uma alienação acerca do processo e das condições através das quais um alimento, uma vestimenta ou o que quer que seja chega até nós:

Como consequência da urbanização massiva, a Terra não parecia mais ser o meio fundamental de reprodução, e novas tecnologias industriais alegavam fornecer todo o poder, a autonomia e a criatividade anteriormente associadas ao auto fornecimento e à agricultura em pequena escala. Isso tem significado uma grande perda, começando pelo fato de que essa amnésia criou um mundo no qual as questões mais básicas sobre a nossa existência — qual a origem dos nossos alimentos?, eles nutrem ou envenenam nosso corpo? — permanecem sem resposta. (FEDERICI, 2019, p.278)

O ideário neoliberal que acompanha a globalização impõe aos países periféricos processos de privatização, desregulamentação, precarização do trabalho e competitividade entre cidades que buscam investimentos e visibilidade internacional. O planejamento urbano, aliado aos interesses do capital e comprometido com o marketing urbano, adota um caráter higienista que acentua a segregação socioespacial. A arquitetura-espetáculo dos grandes eventos, como as realizadas nas cidades brasileiras para a Copa do Mundo de 2014, ganha um papel importante no marketing urbano e no turismo, enquanto regiões mais pobres são apartadas da cidade e invisibilizadas (MARICATO, 2015).

Enquanto a cidade possui valor de uso para os trabalhadores, que buscam locais de moradia, trabalho e lazer acessíveis e de qualidade, para o capital imobiliário, ela constitui valor de troca, ou seja, é objeto de extração de lucro, renda e juros. Nesse sentido, ela se configura como um negócio, regido pela renda imobiliária, à medida que o capital imobiliário, aliado a outros setores, sobretudo ao poder público, orienta os investimentos urbanos e submete a terra aos seus interesses (MARICATO, 2013, 2015). Tem-se assim como reflexo desse tipo de governança urbana processos de

gentrificação, que escondem a desigualdade social e intensificam a segregação espacial (2015).

No início dos anos 2000, o contexto nacional é marcado por avanços institucionais, com destaque para o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, após muitos anos de luta popular, que regulamentou a política urbana, estabeleceu a função social da propriedade e a gestão democrática das cidades. A nível municipal, algumas prefeituras adotaram o Orçamento Participativo (OP) como instrumento de planejamento urbano mais democrático. Apesar de se tratar de avanços formais, na prática, a participação institucionalizada é muito restrita e, paradoxalmente, pode implicar redução da mobilização popular a formas mais diretas de reivindicação de direitos e participação na produção das cidades (NASCIMENTO, 2011). De acordo com Maricato (2008, p.2), “nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si mesmo”.

Apesar do crescimento da participação institucionalizada na política urbana, também cresceu a perspectiva do empreendedorismo urbano, marcado por políticas urbanas que priorizam a gestão corporativa e que favoreceram a mercantilização do espaço (MARICATO, 2013, 2015). Até mesmo quando o governo federal cresceu, os investimentos em melhorias urbanas, como habitação, saneamento e transporte, no início dos anos 2000, prevaleceu orientado por uma lógica que privilegia o capital: devido a um precário controle estatal da terra, a retomada de investimentos nas políticas públicas estruturais levou a intensos processos de especulação imobiliária, que contribuíram para o aumento da segregação espacial (2013, 2015).

Em Belo Horizonte, é possível verificar na prática a acentuação da lógica do empreendedorismo urbano, que busca visibilidade e competitividade desde o início dos anos 2000 (LIBÂNIO, 2017). O Planejamento Estratégico de Belo Horizonte, de 2011, lançado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), traça metas para o desenvolvimento da cidade a longo prazo, até o ano de 2030. O primeiro, dos seis objetivos estratégicos apresentados, diz respeito a “multiplicar oportunidades de trabalho e promover ambiente favorável à criação e ao desenvolvimento de negócios, impulsionados por serviços de valor agregado, capital humano qualificado e inserção competitiva nas redes nacional e mundial de cidades” (BELO HORIZONTE, 2012). Os objetivos referentes à gestão democrática e ao ambiente social saudável ocupam as duas últimas posições.

O PVV, responsável pela urbanização de favelas em Belo Horizonte e inaugurado em 2005, faz parte dessa visão de empreendedorismo urbano (ver capítulo 4). É ele responsável por grande número de remoções, principalmente para a abertura de grandes vias, como ocorreu no Aglomerado Morro das Pedras — favela onde se localiza a horta Morro Verde, tomada como referência para esta pesquisa. O programa priorizou as favelas mais bem equipadas e em localizações privilegiadas, o que sugere que os interesses do capital imobiliário podem ter influenciado os critérios de escolha (BALTAZAR, 2010; MILAGRES, 2016).

Em 2017, é implementado o Programa Belo Horizonte, S.M.A.R.T City, que “compreende uma estratégia intersetorial de cidade inteligente, que busca promover a eficiência operacional e o desenvolvimento sustentável; melhorar a capacidade de resposta do poder público; o uso de tecnologias digitais para melhorar a qualidade de vida; e qualificar a oferta de serviços públicos” (PBH, 2020). As *smart cities* (ou cidades inteligentes), de forma geral, utilizam a tecnologia da informação para a otimização da gestão da cidade, como dispositivos que monitoram sistemas de tráfego ou sistemas de energia e abastecimento de água, além de conectar os cidadãos. As *smart cities* adotam o discurso da sustentabilidade, porém, na prática, isso pode servir mais ao marketing urbano que ao meio ambiente, assim como a tecnologia da informação pode significar mais uma exacerbação do controle sobre os moradores do que uma ferramenta que proporciona bem-estar.

De acordo com a PBH, os princípios adotados em Belo Horizonte foram:

Utilizar a Abordagem de Cidade Inteligente para enfrentar os desafios da administração municipal; aprimorar a infraestrutura tecnológica com base na gestão integrada entre as diversas áreas da Prefeitura; interagir com o ambiente tecnológico da cidade para construir soluções conjuntas; fomentar negócios de tecnologia para definir o setor de TI como marca da cidade, favorecendo o desenvolvimento econômico e a oferta de empregos; posicionar Belo Horizonte como destino turístico inteligente por meio da interação e integração do visitante à cidade, qualificando essa experiência com recursos tecnológicos; realizar eventos tecnológicos e científicos para posicionar a cidade como referência no setor de TI permitindo a geração de oportunidades para novos negócios e atração de investimentos. (PBH, 2019, tradução nossa)

Portanto, fica claro que grande parte dos investimentos públicos urbanos na capital mineira são orientados pelos interesses do mercado, que visa à valorização imobiliária. Verifica-se uma tentativa de tornar Belo Horizonte uma cidade atrativa para investimentos, turismo, negócios e grandes eventos. Na contracorrente dessa produção hegemônica do espaço urbano, percebe-se a emergência de formas mais

colaborativas de uso e gestão dos recursos urbanos de Belo Horizonte. Muitas destas práticas fundamentadas na inventividade coletiva estão localizadas no campo do comum.

2.2 O COMUM

A raiz etimológica latina da palavra “comum” sugere seu significado — *cum + munus* significa “co-obrigação” ou “coatividade”. O “comum”, de forma geral, refere-se àquilo que é compartilhado e gerido coletivamente por um grupo de pessoas, seguindo as regras estabelecidas por elas, fundamentadas na cooperação e na reciprocidade. O termo pode ser entendido como um sistema de auto-organização, baseado em relações de corresponsabilidade (BOLLIER; HELFRICH, 2019), e uma filosofia/princípio político de instituição de um autogoverno, contra a apropriação privada ou pública de recursos compartilhados (DARDOT; LAVAL, 2017).

Hardt e Negri (2016) afirmam que a propriedade é entendida como algo imanente à humanidade e que o pensamento constitucional é constantemente governado por suas exigências. Dardot e Laval (2017) argumentam que mesmo a propriedade pública não deixa de ser exclusivista e funciona quase como uma forma coletiva de propriedade particular. De forma contrária a esse paradigma, o campo do comum revela outras relações para além da propriedade e institui outras economias, baseadas em relações cooperativas (DARDOT; LAVAL, 2017). O comum reivindica o direito de uso coletivo, de acesso e gestão comunitários, em oposição aos controles públicos e privados.

O comum inclui em seu léxico temas importantes para outras perspectivas de propriedade, perpassando questões como a função social da propriedade, o direito de posse, etc. O debate sobre o comum tem evidenciado a existência de outros arranjos de propriedade e direitos de uso coletivos⁶ (TONUCCI; COSTA, 2017), discussão que foge do escopo deste estudo e não será aprofundada.

⁶ A luta pelo comum se manifesta em luta pelo direito de uso e acesso não excludentes. Em ocupações urbanas, por exemplo, existem mecanismos para evitar que a propriedade individual, baseada na ideia de posse e função social da propriedade, seja encarada como propriedade privada (exclusiva, absoluta e alienável), o que evita a especulação nesses espaços (TONUCCI; COSTA, 2017). Dessa forma, essa noção de propriedade se aproxima da noção do comum.

O conceito do comum se populariza entre o espectro político à esquerda na década de 1990, em contexto de movimentos ambientalistas e altermundialistas⁷ (FEDERICI, 2019). As guerras da água e do gás na Bolívia, nos anos 2000, também contribuíram para popularizar o “retorno dos comuns” (DARDOT; LAVAL, 2017). O conceito ganhou ainda mais força desde 2011, com a onda global de protestos, observada em movimentos contra políticas de austeridade em países europeus e contra governos autárquicos, como a Primavera Árabe.

Em todos os manifestos, plataformas e declarações publicados nos últimos dez anos em nome da luta “contra a globalização”, o termo “comuns” ou a expressão “bem(ns) comum(ns)” servem para traduzir lutas, práticas, direitos e formas de viver que se apresentam como contrários aos processos de privatização e às formas de mercantilização que se desenvolveram a partir dos anos 1980. A palavra “comum”, como adjetivo ou substantivo, no singular ou no plural, começou a funcionar como bandeira de mobilização, palavra de ordem da resistência, fio condutor da alternativa. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 101)

O comum tem ganhado visibilidade com o processo atual de expansão capitalista e novos cercamentos — processos em que um recurso compartilhado, seja ele terra, água, espaço público, é transformado em propriedade. Historicamente, os movimentos de cercamento são associados às terras, mas, atualmente, acontece de diferentes formas, incluindo o cercamento de comuns intangíveis, referentes ao campo intelectual (DARDOT; LAVAL, 2017; BOLLIER; HELFRICH, 2019).

O cercamento pode ser visto no patenteamento de genes e formas de vida, na extensão excessiva da lei de direitos autorais para bloquear a criatividade e a cultura, na privatização da água e da terra e nas tentativas de transformar a Internet aberta em um mercado proprietário fechado, entre muitos outros cercamentos. (BOLLIER, 2014, p. 259, tradução nossa)

Segundo Bollier (2014), nesse processo de cercamento, não apenas recursos sofrem apropriação, mas há também um ataque à própria prática de fazer-comum e uma imposição da cultura da mercadoria. O “cercamento”, portanto, é uma categoria abstrata que resume a lógica proprietária e mercantil (DARDOT; LAVAL, 2017). Porém, de forma paradoxal, a acentuação dessa lógica teria tornado visíveis as formas de cooperação, tanto aquelas existentes há muitos séculos como aquelas que têm emergido atualmente (FEDERICI, 2019). Tem-se como exemplos sistemas *open-source*, bancos de tempo ou iniciativas comunitárias de agricultura urbana. Essa

⁷ O movimento altermundialista contesta a privatização do mundo e defende a promoção de “bens comuns mundiais”, como a água e o conhecimento (DARDOT; LAVAL, 2017).

recente “redescoberta” dos comuns revela que o mercado e o Estado não apresentam as únicas formas possíveis de gerir recursos e organizar a sociedade (BOLLIER, 2014). A crise do modelo hegemônico neoliberal, que não cumpriu suas promessas de progresso, de um lado, e o colapso do socialismo de Estado e a incapacidade do modelo estatal em gerir os recursos e garantir justiça social, de outro, fomentaram buscas por outras alternativas e novos movimentos alinhados com a justiça social, não mais atrelados a bases socialistas tradicionais.

Huron (2017) identifica duas vertentes nos estudos sobre o comum. A primeira entende os comuns como sendo referentes a recursos materiais naturais, ou seja, trata-se dos “bens comuns”, que deveriam ser geridos coletivamente, mas que têm sido objetos de cercamentos, desde o final do século XX, em contexto de globalização. Essa abordagem se alinha com uma perspectiva liberal e tem Elinor Ostrom (1990)⁸ como referência central (HURON, 2017).

A segunda, mais crítica, considera o comum para além dos recursos naturais ou de um regime de propriedade — o entende como uma experiência política alternativa ao capitalismo (HURON, 2017). Nessa vertente, localizam-se importantes autores, como: Hardt e Negri (2016), para quem o comum seria resultado do processo social que envolve a cooperação e inclui os bens imateriais, como linguagens, códigos e imagens; Dardot e Laval (2017), para os quais o comum seria um princípio político de luta contra a racionalidade neoliberal; Bollier e Helfrich (2019), para quem o comum seria um tipo de filosofia política capaz de integrar produção econômica, cooperação social, participação pessoal e idealismo ético. Nessas vertentes, o comum se relaciona primordialmente a lutas coletivas por uma democracia radical.

Hardt e Negri (2016) abordaram o comum como um conceito político abstrato (para além dos comuns como recursos físicos), como alternativa às dicotomias entre público e privado, trazendo, portanto, uma abordagem crítica do comum. O comum se referiria não apenas à “riqueza do mundo material”, como água, ar ou frutos da terra, mas também à riqueza imaterial e cognitiva: “as linguagens que criamos, as práticas

⁸ A obra de Elinor Ostrom (1990) é considerada seminal e foi importante para o aumento da popularidade do tema, inclusive nos debates das ciências sociais *mainstream*. A autora define o comum como um qualificativo que se aplica a recursos aos quais ninguém tem direito de propriedade privada ou controle exclusivo e que seriam “naturalmente comuns”, por exemplo, a água e as florestas. Segundo a autora, esses recursos comuns seriam melhores geridos coletivamente, assim como haveria outros tipos de bens, propícios a serem públicos ou privados. Ostrom foi responsável por mostrar como comuneiros satisfazem suas necessidades de forma cooperativa e definiu princípios básicos para uma gestão efetiva e durável de recursos comuns.

sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante” (2016, p. 162). É o que os autores chamam de comum artificial, por borrar a divisão entre natureza e cultura.

Diferentemente da aplicação da perspectiva do comum a recursos naturais, no que se refere à riqueza imaterial (como conhecimentos, imagens, códigos, informações e afetos), não haveria sujeição à lógica da escassez:

Quando compartilho uma ideia ou uma imagem com você, minha capacidade de pensar com ela não é diminuída; pelo contrário, nossa troca de ideias e imagens aumenta minha capacidade. E a produção de afetos, circuitos de comunicação e modos de cooperação é imediatamente social e compartilhada. (HARDT; NEGRI, 2016, p. 313)

O comum artificial seria elemento central na era da produção biopolítica⁹, que caracteriza a fase do capitalismo para qual, segundo os autores, estaríamos caminhando, voltada à produção de riqueza imaterial (HARDT; NEGRI, 2016). Segundo eles, no processo biopolítico, os resultados da produção capitalista passam a ser cada vez mais relacionais e menos centrados em mercadorias materiais.

Imagens, informação, conhecimento, afetos, códigos e relações pessoais, por exemplo, estão adquirindo maior peso que as mercadorias materiais ou os aspectos materiais das mercadorias no processo capitalista de valorização. Isso não significa, naturalmente, que a produção de bens materiais, como automóveis e aço, esteja desaparecendo ou mesmo diminuindo em quantidade, mas que o seu valor depende cada vez mais de fatores e bens imateriais e a eles está subordinado. (HARDT; NEGRI, 2016, p. 154)

Hardt e Negri (2016) acreditam que o capital não teria tanta capacidade de comando sobre o trabalho cognitivo e afetivo: os trabalhadores requerem uma relativa liberdade para a produção de riqueza imaterial e criação de relações cooperativas. Assim, os produtos imateriais (como ideias, imagens e códigos), resultados da produção biopolítica, excedem a mensuração quantitativa e seriam potencialmente comuns, considerando-se também a facilidade de sua reprodução e compartilhamento. Portanto, as próprias contradições do capitalismo teriam aberto brechas para o fortalecimento do comum (HARDT; NEGRI, 2016).

A produção biopolítica para Hardt e Negri (2016) seria a produção da própria vida, de afetos, da inteligência coletiva e de novas subjetividades autônomas por meio

⁹ Pegando emprestado os termos de Foucault, Hardt e Negri (2016) fazem uma distinção entre biopoder e biopolítica, em que “biopoder poderia ser definido (de maneira bastante grosseira) como o poder sobre a vida, e biopolítica, como poder da vida de resistir e determinar uma produção alternativa de subjetividade” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 74).

da interação pessoal. O processo biopolítico não se limita à reprodução de capital, mas apresenta um potencial de autonomia ao exceder os limites das relações capitalistas e proporcionar ferramentas que poderiam ser usadas na construção de um projeto de libertação.

Segundo os autores, esse deveria ser o projeto político da Multidão¹⁰. Porém, o que acontece é uma captura da riqueza imaterial pelo capital, a todo momento. Mesmo com um potencial de autonomia, a produção biopolítica é permeada de contradições e o capital encontra novas formas de exploração do trabalho (HARDT; NEGRI, 2016).

Hardt e Negri (2016) foram questionados por Dardot e Laval (2017), que desconfiam da autonomização do trabalho imaterial, e por Silvia Federici (2019), que entende que os autores negligenciam o comum que surge na periferia do capitalismo e o comum material, especialmente os recursos naturais, essenciais para a subsistência de muitas populações. De toda forma, esses autores são importantes para a presente pesquisa por trazerem como comum os processos e recursos que são um resultado da subjetividade dos indivíduos. Esse aspecto parece fundamental para analisar o estudo de caso sob a lente das necessidades humanas de Max-Neef (1991), porque elas se relacionam também com práticas sociais, condições subjetivas, valores, etc. (ver item. 2.4).

Dardot e Laval (2017) também fazem parte da base teórica desta pesquisa. Os autores desenvolvem o conceito do comum como princípio político de oposição à expansão da lógica concorrencial da mercadoria e da propriedade privada às mais diversas esferas da sociedade. Eles advogam a favor de uma radicalização da democracia, com formas de participação mais diretas. Mais do que à autogestão, que diz respeito à administração das coisas, o comum se refere ao governo dos homens e das instituições, bem como às regras que organizam relações, ou seja, se refere a um autogoverno.

¹⁰ Os autores fazem um resgate histórico do termo Multidão e o definem como um conjunto formado por singularidades, “um corpo político e social aberto”, que inclui diversos grupos e camadas sociais e que pode desafiar a “república da propriedade”, essa ordem constitucional baseada no domínio da propriedade privada e do Estado de direito que se presta a defender e legitimar a propriedade privada como algo inviolável. Diferente da ideia de “povo”, que remete a uma unidade e a um poder hegemônico, a multidão remete à pluralidade e multiplicidade, sem hegemonia. A multidão seria uma rede em expansão, que se auto-organiza de forma não hierárquica, na busca por autonomia (HARDT; NEGRI, 2016).

Dardot e Laval (2017) enfatizam o uso do comum como substantivo, que se refere ao princípio político baseado na corresponsabilidade e no autogoverno, em vez do comum como adjetivo que caracterizaria um bem. Eles utilizam o termo no plural (comuns) para designar recursos construídos pelas relações de cooperação, mas abdicam do uso do termo “bem(ns) comum(ns)”. Para os autores, não haveria bens, objetos ou recursos comuns por natureza, e sim uma relação dinâmica entre um recurso e suas instituições comunitárias, que praticam a gestão. Ou seja, os comuns seriam instituídos apenas pela prática coletiva de compartilhamento, corresponsabilidade, reciprocidade e solidariedade, o que pressupõe a criação de novas institucionalidades fora do mercado e do Estado.

Pensando para além de práticas marginais espontâneas, que se realizam nas brechas da propriedade ou em espaços residuais, Dardot e Laval (2017) enfatizam que seria necessário pensar a instituição do comum como um princípio que contesta radicalmente a propriedade, seja ela privada ou estatal. Para além de práticas de resistência contra os cercamentos, o comum nasceria de uma “práxis instituinte”: uma prática de coprodução e instituição de um novo sistema de regras, novas relações sociais e novas maneiras de agir, ou seja, da criação de uma nova instituição, a partir da transformação do contexto existente. Portanto, o princípio do comum, para além de proteger bens e recursos coletivos, propõe uma transformação na economia e na sociedade por meio da prática de governo dos comuns.

Sendo assim, uma política deliberada do comum visará criar instituições de autogoverno que possibilitem o desenvolvimento mais livre possível desse agir comum, dentro dos limites estabelecidos pelas sociedades, isto é, conforme as regras de justiça estabelecidas por elas e com as quais elas estarão de acordo. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 486)

Para Bollier (2014), o comum é um sistema de auto-organização de um grupo de pessoas para a gestão compartilhada de recursos coletivos, priorizando o acesso e o uso equitativos e a sustentabilidade. Segundo seu entendimento, o comum corresponde a um paradigma que se refere ao recurso compartilhado, somado aos comuneiros (*commoners*), aqueles que compartilham e cogerem o recurso, e ao conjunto de protocolos, práticas, valores e normas para a gestão do recurso, voltados ao mutualismo, não a objetivos comerciais (*commoning*). Assim, não há comum sem a prática social (BOLLIER, 2014).

Levar o comum a sério, no entanto, significa mudar algumas das formas como vemos o mundo. Nossas escolhas não se limitam a sermos funcionários,

consumidores, empresários ou investidores que buscam maximizar o próprio bem-estar econômico pessoal. Podemos começar a nos imaginar como comuneiros. Podemos começar a nos tornar protagonistas de nossas vidas, aplicando nossos talentos, aspirações e responsabilidades aos problemas da vida real. Podemos começar a agir como se tivéssemos interesses inalienáveis no mundo em que nascemos. Podemos afirmar o direito humano e a capacidade de participar da gestão de recursos, crucial para nossas vidas. (BOLLIER, 2014, p. 221, tradução nossa)

Superando a separação de categorias dos comuns (materiais ou imateriais), Bollier (2014) considera que todo comum é baseado em recursos naturais, assim como também é um comum cognitivo e depende de processos sociais e culturais. As riquezas geradas pelo comum podem ser tangíveis e intangíveis, capazes de satisfazer necessidades compartilhadas entre as pessoas, sem ou com o mínimo de dependência do mercado e do Estado (BOLLIER, 2014).

O comum é essencialmente uma economia paralela e uma ordem social que, silenciosamente, mas confiantemente, afirma que outro mundo é possível. E mais: podemos construí-lo nós mesmos, agora. (BOLLIER, 2014, p. 15, tradução nossa)

Bollier e Helfrich (2019) propõem uma virada ontológica baseada no reconhecimento das categorias relacionais como fundamentais. O comum, para eles, se baseia em uma profunda relacionalidade, em conexões interpessoais e interdependências. E a dimensão relacional é aquilo capaz de gerar mudança e valor.

Os autores entendem que o fazer-comum (*commoning*) é composto da tríade (1) vida social, (2) governança entre pares e (3) provisão por meio do fazer comum, aspectos que não estariam separados, mas interconectados e interdependentes. A partir do engajamento nas práticas sociais, da participação na governança e do desenvolvimento de formas colaborativas de provisão, o comum estaria “constantemente se tornando” (2019, p. 75), ou seja, é um processo contínuo.

Cada um destes três elementos da tríade seria composto por determinados padrões. Diferente de princípios, que prescrevem ideais filosóficos a serem seguidos, os padrões descrevem uma ideia central que aparece em diferentes contextos. Os padrões elencados não são exaustivos e funcionam como um mapa aberto e flexível, que fornece estrutura para a discussão sobre o fazer-comum.

A **vida social do fazer-comum**, primeiro elemento da tríade, constitui o núcleo de qualquer comum. Seria ela composta por padrões orientados por formas de cooperação, compartilhamento e relacionamento entre as pessoas. Dentre esses padrões estão:

- **Cultivar propósitos e valores compartilhados:** ter um propósito claro e valores compartilhados entre a comunidade que gerencia o comum é essencial para orientar a ação coletiva. O cultivo de propósito e valores compartilhados ocorre por meio de reflexões coletivas, celebrações, tradições e participação da vida social em geral.
- **Ritualizar a união:** uma das formas mais importantes de fortalecer os propósitos e valores compartilhados seria a ritualização da união. Esse padrão pode se manifestar em encontros regulares, celebrações, no ato de cozinhar e realizar refeições junto etc., sendo “essencial para criar uma cultura do fazer-comum e uma identidade compartilhada” (p.104).
- **Contribuir livremente:** os comuns precisam de pessoas contribuindo livremente, sem que se espere algo em troca instantaneamente e de valor equivalente (como nas trocas comerciais). As pessoas contribuem livremente para aprender uma habilidade, para se sentirem reconhecidas ou apenas para se sentirem parte de uma comunidade. A contribuição pode funcionar, ela própria, como a recompensa.
- **Praticar a reciprocidade gentil:** para que o comum funcione bem, é preciso entender a reciprocidade de forma diferente das trocas mercantis. A justiça no comum diz respeito à garantia de que as necessidades de toda a comunidade estão sendo satisfeitas. Dessa forma, as trocas são balanceadas, mas não absolutamente equivalentes, o que é chamado de reciprocidade gentil.
- **Confiar no conhecimento situado:** o fazer-comum começa com o conhecimento situado, também chamado de conhecimento tácito, mais ligado ao corpo que à mente. Entende-se, consoante a isso, que a consciência de grupo, necessária ao comum, é melhor conhecida e construída pela experiência que pela linguagem, por isso, seria importante confiar no conhecimento situado.
- **Aprofundar a comunhão com a natureza:** no comum, o foco não está no valor de troca ou mercantilização do chamado capital natural. O discurso do comum muitas vezes se alinha com abordagens que defendem uma maior comunhão com a natureza.

O ponto não é simplesmente desenvolver políticas econômicas ou governamentais mais "sustentáveis". O ponto é dar às pessoas a oportunidade de aprofundar suas relações com os sistemas naturais e, ao fazê-lo, conhecê-los, amá-los e protegê-los. Esta é a semente a partir da qual cresce o conhecimento estruturado e situado da permacultura e da ecologia em design, entre outras inovações ecologicamente corretas. (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 112)

- **Preservar as relações nas abordagens dos conflitos:** o comum precisa de regras para seu funcionamento, as quais devem ser estabelecidas coletivamente. Possíveis violações dessas regras necessitam de sanções graduais, porém, sempre priorizando a preservação das relações, em um contexto de confiança e honestidade.
- **Refletir acerca da governança entre pares:** os autores afirmam que, em muitos comuns, as pessoas não têm muita consciência acerca das próprias

práticas, o que representaria uma vulnerabilidade. Diante dos desafios cotidianos operacionais, como a necessidade de remuneração, é necessário refletir sobre a própria governança entre pares. Visando à manutenção do comum a longo prazo, a governança precisa ser discutida aberta e honestamente, o que pode proteger o comum contra cercamentos, cooptação etc.

O segundo elemento do fazer-comum, a **governança entre pares**, de acordo com os Bollier e Helfrich (2019), seria o aspecto referente ao estabelecimento de limites, regras, resolução de conflitos, diálogo, coordenação e auto-organização de um grupo engajado no fazer-comum. O processo se dá entre pares porque todos têm potencial equivalente de participação e o poder é compartilhado. Não se trata de uma estrutura com regras prescritivas sobre a gestão dos recursos, mas de um processo flexível capaz de gerar estabilidade ao comum, a partir de motivações compartilhadas. Isso requer uma cultura da confiança, criada ao longo do tempo, nutrida por rituais e hábitos que podem se transformar em tradições e fazer parte da identidade dos comuneiros. Os padrões da governança entre pares elencados por Bollier e Helfrich são:

- **Trazer a diversidade para o propósito compartilhado:** a governança entre pares deve ser capaz de reunir diferentes pontos de vista. Isso é importante para que o grupo consiga chegar a um propósito, de fato, compartilhado.
- **Criar membranas semipermeáveis:** este padrão refere-se à necessidade de proteger o comum contra as ameaças capitalistas de cercamentos, mas, ao mesmo tempo, manter uma abertura para a diversidade da vida que pode criar valor e sustentar o comum.
- **Honrar a transparência na esfera da confiança:** a real transparência sobre decisões, ações e possíveis falhas é um elemento importante para fortalecer a confiança e a colaboração.
- **Compartilhar conhecimento generosamente:** o compartilhamento do conhecimento é um padrão crucial para que as pessoas criem uma nova ordem social. Pode ser visto, por exemplo, no desenvolvimento de *softwares* livres e *open source*.
- **Assegurar o consentimento nas tomadas de decisão:** é fundamental que os comuneiros desenvolvam e possam modificar juntos as regras que guiarão o uso e a gestão do comum. Apesar de o consenso ser o ideal, ele raramente existe e os desacordos são uma realidade. Assim, no sentido de buscar o consentimento (não necessariamente o consenso), é importante evitar o esquema de ganhadores e perdedores típicos em votações democráticas, que fazem vigorar as regras da maioria. O processo de tomada de decisão deve ser aberto e incentivar a colaboração para que as propostas possam ser refinadas. O consentimento define uma proposta que pode ser testada e aprimorada ao longo do tempo.

- **Confiar na heterarquia:** os comuns tendem a funcionar como heterarquias. Diferente da hierarquia, em que há uma organização que coloca alguns grupos acima de outros e tem o poder consolidado nessa estrutura, a heterarquia reúne arranjos hierárquicos (*top-down* e *bottom-up*) e dinâmicas não hierárquicas (*peer-to-peer*). Assim, o sistema se torna mais flexível e adaptável, e tende à descentralização do poder.
- **Monitorar os pares e aplicar sanções graduais:** o funcionamento do comum deve garantir que os comuneiros sigam as regras elaboradas e consentidas por eles. Dessa forma, é importante que a aplicação gradual de sanções seja um dos elementos da governança entre pares. Entendendo que as regras devem ser criadas coletivamente e podem inclusive fazer parte da identidade do grupo e, com o tempo, passar a integrar as tradições, elas não devem ser difíceis de serem seguidas. Por isso, o não cumprimento das regras e a aplicação de sanções deve ser algo raro no fazer-comum.
- **Relacionalizar a propriedade:** este padrão, junto aos próximos (Manter o Comum e o Comércio Distintos e o Provisão Financeira Comum), tem como foco proteger o comum dos riscos de cooptação pelo mercado. Os autores explicam que o que realmente importa é a posse e o uso das coisas, fundamentados em relações sociais, e não a propriedade como algo estático. Relacionalizar a propriedade seria partir dessa premissa e “abrir uma nova concepção de propriedade que reconhece as relações sociais que estão inextricavelmente misturadas em qualquer paisagem, trabalho criativo, edifício ou espaço sagrado” (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 149, tradução nossa). Ao incorporar outras formas de “ter” e se contrapor ao domínio absoluto que a propriedade geralmente fomenta, a propriedade relacionalizada consegue equilibrar os interesses coletivos e individuais.
- **Manter o comum e o comércio distintos:** preservar a integridade do comum diante da ordem predatória do mercado deve ser uma prioridade. Quando o dinheiro começa a fazer parte do contexto do fazer-comum, frequentemente as pessoas começam a focar nas normas do mercado. Por isso, é importante que o comum não seja estruturalmente dependente de dinheiro e desenvolva formas de descomodificar a vida cotidiana. Segundo os autores, há formas de interagir com a economia de mercado sem cair na lógica das trocas comerciais convencionais (criar membranas semipermeáveis).
- **Provisão financeira comum (*Finance Commons Provisioning*):** este é um padrão para a abordagem colaborativa de recursos financeiros. O acesso a recursos financeiros pode ser um fator muito importante para a manutenção do comum e, para isso, é possível desenvolver práticas alternativas, fora da lógica do lucro e do mercado convencional, como moedas complementares, bancos comunitários, cooperativas de crédito e plataformas de *crowdfunding* (financiamento coletivo). Essas práticas incentivam a colaboração e buscam maximizar o valor social, ecológico e cultural.

Em um contexto em que os itens de necessidade básica das pessoas vêm em grande parte de grandes corporações, o comum pode ser uma alternativa para o acesso à produção local e sustentável (BOLLIER, 2014). Diferente da versão

mercadológica de “produção”, a **provisão por meio do fazer-comum** (terceiro elemento da tríade do fazer-comum) tem como característica a aproximação e integração das dimensões de produção e consumo, bem como das etapas de produção. Na provisão por meio do fazer-comum o resultado não se resume a bens, havendo igualmente a promoção de relações de afeto com aquilo que é cuidado coletivamente. Dessa forma, essa riqueza proveniente do cuidado (*care-wealth*)¹¹ seria mais que um mero recurso, podendo vir a fazer parte da cultura e da identidade dos comuneiros.

Os padrões da provisão por meio do fazer-comum, elencados por Bollier e Helfrich (2019), seriam:

- **Fazer e usar juntos:** é um padrão relativo à produção de bens de forma colaborativa. As pessoas podem decidir cocriar e compartilhar informações, ferramentas, infraestruturas, etc. no intuito de satisfazer necessidades compartilhadas. Fazer e usar juntos pode contribuir para a criação de soluções mais adequadas para algumas necessidades, promoção da inovação e fortalecimento dos laços comunitários. Também pode auxiliar na redução do impacto ambiental negativo e enfatizar a produção local. “É o processo padrão nos *makerspaces*, *open workshops* e *Fab Labs*¹² ao redor do mundo, que reúnem hackers, tecnólogos, profissionais, artistas digitais e amadores para experimentar, mexer e fabricar coisas juntos” (2019, p. 168, tradução nossa).
- **Apoiar o cuidado e “descomodificar” o trabalho:** no comum, o trabalho se baseia no afeto, cuidado e valores das pessoas envolvidas, ou seja, não é governado pela lógica do mercado. Os autores ressaltam que o trabalho descomodificado, frequentemente desvalorizado pela sociedade, por não ser entendido como produtivo, é essencial para a manutenção da vida e do comum. O apoio ao cuidado e ao trabalho descomodificado seria essencial para a criação de uma economia mais sustentável, centrada nas pessoas, baseada na cooperação, e não na competição.
- **Partilhar os riscos da provisão:** é muito importante o compartilhamento dos riscos no fazer-comum. Em muitos sistemas econômicos convencionais, os riscos são transferidos para os consumidores, para o meio ambiente ou para gerações futuras. No comum, em que não há uma separação clara entre produtores e consumidores, todos os envolvidos assumem os riscos da produção. Para tal, podem existir estratégias como fundos comuns, seguros coletivos e criação de redes de solidariedade para oferecer suporte em tempos de crise, por exemplo.
- **Contribuir e compartilhar:** este padrão refere-se à produção colaborativa do comum e se baseia na ideia de que as pessoas podem contribuir com ideias,

¹¹ Enquanto o capitalismo coloca o cuidado (p. ex: o cuidado das crianças e idosos) como algo externo a ele, o paradigma do comum busca reconhecê-lo e reintegrá-lo à economia.

¹² As *Fab Labs* são “laboratórios” colaborativos que contam com equipamentos de fabricação digital. São usadas por pessoas que desejam criar protótipos de produtos e aprender a utilizar ferramentas. Algumas promovem *workshops* e atividades educativas para democratizar o acesso à tecnologia.

recursos, habilidades, imaginação, etc. para a produção do comum a ser compartilhado. “Os participantes reduzem seus custos individuais de provisão, aumentam a probabilidade de atender melhor às necessidades de todos e desenvolvem um senso de corresponsabilidade e solidariedade” (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 175, tradução nossa). O funcionamento *open source* é um exemplo desse padrão.

- **Agrupar, limitar e dividir:** este padrão descreve relações em que um recurso comum é finito e pode ser esgotado (como água e alimentos). A limitação de uso é definida por meio da governança entre pares, para evitar o esgotamento, e os recursos são distribuídos entre os membros. Uma pessoa pode receber mais que outra, dependendo nas necessidades, contextos e regras estabelecidas.
- **Agrupar, limitar e mutualizar:** este padrão também descreve relações em que um recurso comum é finito e necessita de limitações de uso. É usado para “lidar com recursos limitados que você deseja usar e administrar em comum, mas que não necessariamente deseja dividir” (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 183). Aqui, as necessidades são satisfeitas de forma coletiva.
- **Comercializar com soberania de preços:** se o sistema comum estabelece relações comerciais, é preciso garantir sua liberdade e não se sujeitar a preços impostos pelo mercado convencional. “A capacidade de afirmar a soberania de preços é uma fonte significativa de poder” (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 187).
- **Usar ferramentas conviviais:** Bollier e Helfrich usam o termo de Ivan illich (*tools for conviviality*) para se referirem a ferramentas voltadas para a autonomia das pessoas. Os autores argumentam que muitas tecnologias convencionais são complexas, pouco acessíveis e utilizadas para servir aos interesses das grandes corporações. Diferentes disso, as ferramentas conviviais são acessíveis, adaptáveis e usadas coletivamente. *Softwares* de código aberto, sistemas de transporte comunitário e hortas coletivas são alguns dos exemplos de ferramentas conviviais, porque permitem uma maior autonomia e participação das pessoas.
- **Adaptar e renovar de forma criativa:** este padrão refere-se à necessidade de permanente adaptação e renovação para lidar com o mundo em constante transformação social e ambiental e os desafios complexos emergentes. Apesar de frequentemente considerados atrasados ou pré-modernos, os sistemas comuns podem ser altamente criativos e inovadores.
- **Confiar nas estruturas distribuídas:** as tomadas de decisões devem ser distribuídas entre os participantes, e não centralizadas em uma ou mais autoridades. Confiar nessas estruturas distribuídas seria fundamental para o compartilhamento eficiente e permite o comum funcionar em escalas maiores.

A provisão por meio do fazer-comum e a governança entre pares não significam uma recusa do Estado (BOLLIER, 2014). Dardot e Laval (2017) se alinham a Bollier e Helfrich (2019) quando afirmam que, em uma escala mais ampla, seria necessário o desenvolvimento de formas de transformação do “público”, associado a uma administração centralizada, em “comum”, governado de forma mais democrática.

O comum, para os propósitos desta pesquisa, é entendido como princípio presente em diversas ações alternativas ao neoliberalismo, que apontam na direção da autonomia e de formas democráticas de provisão e gestão de recursos. O comum inclui, além de recursos, práticas e sujeitos engajados na produção de benefícios mútuos. Contrapondo-se à lógica extrativista e exploratória da economia capitalista, o comum pode se associar a movimentos de regeneração ecológica (PETRESCU; PETCOU, 2021), fundamentados no cuidado e na noção de interdependência.

2.3 O COMUM URBANO

Nos estudos sobre o comum, ainda há uma maior visibilidade dos comuns voltados à realidade rural¹³. Porém, recentemente, as cidades têm despertado interesse no campo do comum, dada a sua grande diversidade de recursos, competências, possíveis atores, alta densidade e pelo fato de estarem em constante movimento e transformação (BOLLIER, 2014; KATRINI, 2018). O comum urbano reivindica tanto espaços e recursos urbanos compartilhados como a própria cidade como um comum, mais aberta e inclusiva, produzida de forma coletiva e democrática. Contra as apropriações exclusivistas, pode contribuir para se pensar a cidade para além do binarismo público/privado.

A experiência de informalidade nas cidades, como nas favelas e ocupações urbanas, antes associada apenas ao contexto de exclusão, tem começado a ser entendida também como geradora de possibilidades de colaboração que podem convergir com o comum (STAVRIDES, 2019; ENRIGHT; ROSSI, 2018; TONUCCI; CRUZ, 2019). Áreas marginalizadas, que muitas vezes ficam de fora do planejamento urbano formal, experimentam o surgimento de práticas colaborativas, centradas em relações domésticas de reciprocidade capazes de criar comuns urbanos.

De modo geral, é preciso reforçar que o comum não é apenas o território de uma nova geração de grupos ativistas: nas metrópoles do Sul global, o fazer-comum, há muito tempo, encontra-se incorporado nas favelas, periferias e espaços designados aos pobres urbanos, devido ao entrelaçamento entre estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social. (TONUCCI; CRUZ, 2019, p.488)

¹³ Para muitas pessoas em todo o mundo, o comum está presente há séculos e ainda rege, por exemplo, a gestão de alimentos e água, como em algumas comunidades indígenas (BOLLIER, 2014). O espaço comum ainda existe em comunidades periurbanas e rurais como forma de espaço compartilhado administrado pela comunidade (STAVRIDES, 2019).

As práticas de fazer-comum podem estar tanto associadas a táticas de sobrevivência da população pobre e excluída como relacionadas a movimentos de contestação que desafiam as formas de dominação atuais (STAVRIDES, 2019). De toda forma, essas práticas não apenas dizem respeito à produção e ao acesso aos bens, como criam oportunidades de surgimento de novas formas de fazer e viver. O comum emerge no meio urbano, por exemplo, na produção de espaços autogeridos e nos movimentos de ocupação e apropriação de espaços públicos, que criam novas relações sociais (STAVRIDES, 2019).

Para além recursos compartilhados, alguns autores se valem, como dito anteriormente, da ideia do comum urbano como meio de reivindicação da própria cidade como comum, ou seja, em prol do direito de acesso e de uma gestão democrática da cidade (HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2012; FOSTER; IAIONE, 2016; TONUCCI, 2017). Essa perspectiva alimenta uma resistência aos processos de remoções, desterritorializações e cercamentos de espaços e recursos urbanos que caracterizam o processo de mercantilização da cidade.

Hardt e Negri (2016) inauguram essa discussão sobre a cidade como comum e buscam compreender a relação entre a urbanização e a produção do comum. Os autores, ao entenderem o caráter abstrato do comum, como conceito ou princípio, propõem olhar para a metrópole como uma “fábrica de produção do comum” (HARDT; NEGRI, 2016, p.278). Os autores afirmam que a metrópole não seria apenas o local onde se produz o comum, mas um meio que estimula sua produção, por sua potência para fomentar o encontro e a colaboração, por ser um espaço dotado de uma grande variedade de recursos e onde as pessoas vivem juntas, trocando informações, se comunicando. Assim, a metrópole seria tanto condição quanto resultado da produção do comum (HARDT; NEGRI, 2016).

E na economia biopolítica constata-se uma relação cada vez mais intensa e direta entre o processo de produção e o comum que constitui a cidade. A cidade, naturalmente não é apenas um ambiente construído consistido de prédios, ruas, caminhos subterrâneos, parques, sistemas de esgoto e cabos de comunicação; é também uma dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. Esses elementos do comum contidos na cidade são não apenas os pré-requisitos da produção biopolítica, mas também seu resultado; a cidade é a fonte do comum e o receptáculo para o qual ele flui. (HARDT; NEGRI, 2016, p. 177)

Em termos de produção, os autores sugerem que a metrópole seria para a multidão o equivalente ao que a fábrica foi para os operários. As atividades produtivas,

os encontros e a colaboração, bem como os antagonismos, a violência e a exploração, não mais estão contidas nos limites da fábrica, mas atravessam toda a metrópole (HARDT; NEGRI, 2016).

Ao propor o entendimento da própria cidade como comum, Hardt e Negri (2016) inspiraram outros autores (HARVEY, 2012; TONUCCI, 2017), que aproximaram a noção do comum urbano e do direito à cidade. Para além de reivindicar o direito à centralidade e ao acesso a bens e serviços — visão consumista —, de acordo com Harvey (2012), o direito à cidade seria referente ao direito de decisão de maneira democrática sobre a produção e o uso do espaço urbano, garantindo que aqueles que são responsáveis pela sua produção possam decidir em qual cidade eles desejam viver. Assim, segundo o autor, seria garantido o direito de uso daquilo que foi produzido em comum, ou seja, de manter o valor da cidade com quem o produziu. Em contraponto ao monopólio do capitalismo, o direito à cidade estaria relacionado ao direito ao coletivo e ao comum (HARVEY, 2012).

E se ampliarmos essa concepção para pensar, como sugerem Hardt e Negri, que é a metrópole que constitui agora um vasto comum produzido pelo trabalho coletivo despendido na cidade? O direito de usar esse comum deve certamente ser concedido a todos aqueles que participaram de sua produção. Esta é, naturalmente, a base para a reivindicação do direito à cidade por parte dos trabalhadores coletivos que a fizeram. (HARVEY, 2012, p.78)

A abordagem da cidade como comum, assim como a do direito à cidade, coloca o valor de uso dos espaços como elemento central, em detrimento do valor de troca. Para Harvey (2012), o direito à cidade se realiza a partir da apropriação do espaço público e da sua transformação em espaço comum. As ruas, por exemplo, por si só não constituem um comum, mas podem se tornar a partir da apropriação delas por parte dos moradores, ao usarem-nas como espaço para socializar, brincar, protestar (HARVEY, 2012). Assim, espaços e bens públicos têm grande importância para o surgimento e fortalecimento do comum, e, por isso, a proteção do comum muitas vezes se manifesta em forma de luta em defesa do público. Porém, para transformar o público, de fato, em comum, é preciso ação política por parte dos cidadãos (HARVEY, 2012).

Tonucci (2020, p.1), partindo de uma perspectiva lefebvriana, argumenta que o comum urbano é “produzido no âmbito da vida cotidiana através de práticas de fazer-comum baseadas no uso, apropriação e autogestão da cidade como obra coletiva”. Sendo central para a reprodução das relações capitalistas, a produção do espaço

implicaria cada vez mais a luta pelo direito à cidade como luta pela cidade como comum.

Também inspirado por Hardt e Negri (2016), alinhado com a abordagem que entende a própria cidade como comum, encontra-se a obra do arquiteto Stavrides (2016, 2019), que se volta à produção de diferentes tipos de espaços comuns urbanos e ressalta a dimensão espacial do comum. O autor entende que os espaços comuns emergem das práticas cotidianas de colaboração que escapam do controle do capital. A metrópole contemporânea seria permeada por redes de cooperação e partilha de bens materiais e imateriais (como conhecimentos e afetos), capazes de propor transformações na sociedade (STAVRIDES, 2019). Ao questionar e transformar formas dominantes de viver, a produção do espaço comum resgataria a dimensão política da cidade (STAVRIDES, 2015).

No processo de desafiar os mundos comuns estabelecidos, o espaço (o local da experiência e os meios para representá-la e refletir sobre ela) está sendo ativado como fonte de potencialidades sociais. Espaços públicos insurgentes, práticas politizadas de coabitação, territorialidades de resistência e novos arranjos espaciais voltados para a promoção de formas democráticas de participação: todas essas são fontes ricas de potencialidades espaciais que configuram potencialidades sociais. (STAVRIDES, 2019, p.37, tradução nossa)

Diferentes dos públicos e dos privados, os espaços comuns não são regulados por uma autoridade e são produzidos por meio da inventividade coletiva (STAVRIDES, 2015). São espaços relacionais, baseados na cooperação e na partilha.

Espaço comum não é, portanto, simplesmente o compartilhamento de espaço, considerado como um recurso ou um ativo, mas um conjunto de práticas e imaginários inventivos que exploram as potencialidades emancipatórias do compartilhamento. (STAVRIDES, 2016, p. 7, tradução nossa)

Apesar do caráter democrático, ou até mesmo pós-capitalista ou anticapitalista do comum urbano, em geral, alguns autores verificam que o capital expropria e subverte esse caráter (HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2012; ENRIGHT; ROSSI, 2017; TONUCCI; CRUZ, 2019). No processo de urbanização, o comum seria constantemente produzido pelo trabalho coletivo e expropriado pela ação do Estado e/ou do capital (HARVEY, 2012). Os processos de gentrificação, em que áreas da cidade com grande vitalidade urbana e potencial comum são apropriadas pelo capital e se transformam em espaços excludentes, são um bom exemplo (HARVEY, 2012; HARDT; NEGRI, 2016). Harvey (2012) considera que essa captura do comum

imaterial e cultural que emerge da vida urbana pelas políticas neoliberais seria a verdadeira “tragédia dos comuns”¹⁴.

A riqueza produzida em comum é abstraída, capturada e privatizada, em parte, por especuladores e financistas imobiliários, o que, como vimos anteriormente, constitui um empecilho à nova produção do comum. Esse dilema é ilustrado pela clássica dialética entre os bairros preferidos dos artistas, a valorização imobiliária e a remodelação concomitante à chegada de classes altas. Os artistas pobres mudam-se para bairros de valores imobiliários mais baixos porque não podem pagar por outra coisa, e além de produzirem sua arte, também acabam produzindo uma nova paisagem urbana. O valor das propriedades aumenta à medida que suas atividades tornam o bairro mais intelectualmente estimulante, culturalmente dinâmico e na moda, e o resultado é que, no fim das contas, os artistas já não têm meios de viver ali e precisam se mudar. (HARDT; NEGRI, 2016, p. 180)

As atuais bicicletas compartilhadas espalhadas por várias cidades do mundo, que fazem parte do imaginário das *smart cities*, também exemplificam esse cenário em que o capital subverte o caráter de compartilhamento. O famoso Plano das Bicicletas Brancas, idealizado pelo movimento anarquista PROVO, nos anos 1960, em Amsterdã, foi a primeira tentativa de implementação de um sistema de compartilhamento de bicicletas. A ideia foi desenvolver um transporte coletivo gratuito e autogerido pela comunidade. Com caráter provocativo, contra a cultura rodoviária, o grupo convidava a comunidade a pintar suas bicicletas e transformá-las em bicicletas brancas comunitárias, além de tentar negociar a compra de bicicletas brancas pela prefeitura. A ação, que começou como um movimento de protesto, cresceu e, apesar de representantes do grupo terem alcançado cargos de poder institucional, o plano nunca foi concretizado. Ao longo dos anos, surgiram outros formatos de compartilhamento de bicicletas que se afastaram do princípio da autogestão comunitária e entraram na lógica do mercado.

As bicicletas brancas constituem, portanto, a primeira geração de bicicletas comunitárias. Depois, vieram as bicicletas geridas por comunidades locais ou ONGs, as bicicletas com moedas e, finalmente, a partir de meados de 2000, a terceira geração de bicicletas comunitárias que são as conhecidas bicicletas inteligentes, com tecnologia de informação e patrocinadores. Hoje são cerca de 806.000 bicicletas em 50 países, em 712 cidades. Embora o uso ainda seja livre em algumas cidades como, por exemplo, em Aarhus, na Dinamarca, as bicicletas compartilhadas de hoje perderam, em sua grande maioria, a radicalidade da autogestão branca para abraçar o protocolo da mercadoria e estampar a logomarca de seus diversos e grandes investidores, fenômeno de

¹⁴ O conceito de tragédia dos comuns é muito difundido na economia *mainstream* e se baseia na noção da impossibilidade da gestão coletiva eficiente de recursos. Porém, o pai dessa teoria, Hardin (1968), teria considerado um cenário sem limites e regras de gestão, o que seria bastante diferente da ideia de comum, que possui normas, limites de uso e sanções contra o “comportamento carona” (BOLLIER, 2014).

política apaziguadora e amistosa via parceria público-privado nas maiores cidades do mundo. (MARQUEZ, 2016, p.86)

Nesse sentido, Katrini (2018) faz uma importante distinção entre a chamada cultura do compartilhamento e a economia do compartilhamento. A cultura do compartilhamento seria o conjunto de práticas locais de fazer-comum, ou seja, de coprodução e cogestão de recursos compartilhados e que se baseia na solidariedade e na reciprocidade cotidianas. Ela se refere a iniciativas que podem não ter a sustentabilidade como objetivo principal, mas resulta em práticas mais sustentáveis, engajadas e criativas, que utilizam recursos locais para atender às necessidades humanas.

Porém, o reconhecimento dos benefícios econômicos e ambientais do compartilhamento, bem como as crises econômicas e a ampliação dos serviços online, também contribuíram para o crescimento da chamada economia do compartilhamento. Na economia do compartilhamento, a tecnologia informacional é pré-requisito para o “compartilhamento” e a lógica que impera é a da mercadoria e das trocas monetárias (KATRINI, 2018). No setor imobiliário, por exemplo, iniciativas de *coliving*, em diversas cidades do mundo, têm fomentado gentrificação, e não a real colaboração comunitária na microescala do bairro (ENRIGHT; ROSSI, 2017; HARVEY, 2012; TONUCCI; CRUZ, 2019), o que Bollier e Helfrich (2019) chamam de “falso comum” (*faux commons*).

Por exemplo, o Airbnb descreve especificamente a economia do compartilhamento como “mercados comunitários confiáveis para as pessoas listarem, descobrirem e reservarem” seus ativos (AIRBNB, 2015). Nesse sentido, a economia do compartilhamento é definida mais pela parte da “economia” do que pela parte do “compartilhamento”. [...] a economia do compartilhamento distingue-se como um marketplace fortemente baseado na utilização de plataformas online que facilitam as transações entre indivíduos para o compartilhamento dos seus ativos. (KATRINI, 2018, p.427)

Dessa forma, a comunidade que pratica o comum precisa estar atenta para perceber se o trabalho está transferindo e gerando recursos para a própria comunidade, ou se está sustentando o capital com trabalho não remunerado e recursos baratos, ou ambas as hipóteses, simultaneamente (HURON, 2017). Portanto, ao se analisar práticas voltadas ao comum urbano, é necessário se atentar a possíveis contradições.

Ao se abordar o comum urbano, é preciso considerar algumas especificidades (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019). A tríade do fazer-comum, de Bollier e

Helfrich (2019), referente à vida social, gestão entre pares e provisão por meio do fazer comum (ver item 2.2), se aplica a esse contexto, com algumas particularidades.

Padrões da vida social (primeiro elemento da tríade do fazer-comum), como o Cultivo de Propósito e Valores Compartilhados, a Ritualização da União e a Contribuição Livre, no contexto do urbano, precisam levar em conta aspectos da mutabilidade, do anonimato (pessoas estranhas entre si, mesmo vivendo em proximidade geográfica) e do ritmo acelerado que caracterizam a vida urbana (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019). O Aprofundamento da Comunhão com a Natureza, por sua vez, precisa se desenvolver de forma inovadora no contexto urbano e poderia contribuir para cidades mais verdes.

Com relação à gestão entre pares (segundo elemento da tríade do fazer-comum), é necessário considerar a dimensão espacial da cidade e sua grande diversidade social, questões também tratadas por Felstead, Thwaites e Simpson (2019). Assim, padrões como Assegurar o Consentimento nas Tomadas de Decisão e Monitorar os Pares podem ser mais complexos em contextos urbanos.

O padrão relativo a Criar Membranas Semipermeáveis parece ter um papel ainda mais importante no comum urbano, que demanda uma consistente colaboração entre os âmbitos *bottom-up* e *top-down* (KATRINI, 2018). Segundo Felstead, Thwaites e Simpson (2019), tratando-se do comum urbano, é essencial manter abertas as possibilidades de interação com atores externos, estabelecendo-se os devidos limites de forma a proteger a estrutura do comum. O comum urbano, de toda forma, pode encontrar limites na estrutura institucional urbana *top-down* (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019), como políticas urbanas que privilegiam a mercantilização da cidade. Assim, muitas vezes, o comum urbano emerge em brechas desse arcabouço institucional.

Outros padrões da gestão entre pares também têm suas especificidades no contexto urbano, por exemplo, Relacionalizar a Propriedade pode estimular a apropriação coletiva de espaços públicos e Compartilhar Conhecimento Generosamente pode apontar para práticas de urbanismo *open-source*¹⁵, que fortalecem a luta pelo direito à cidade.

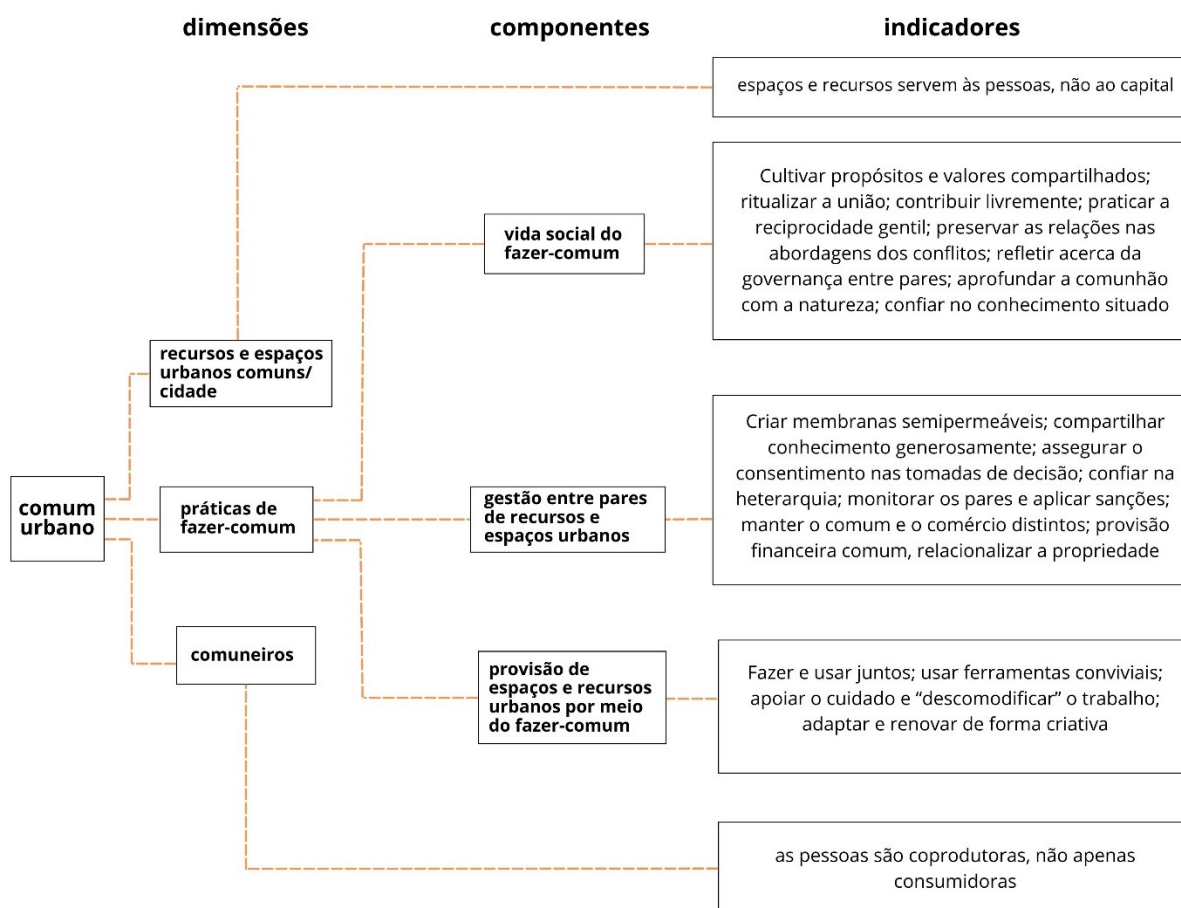
¹⁵ O urbanismo *open source* surge como forma de democratização do acesso à informação em que os próprios moradores se organizam para pensar, executar, gerir ou mapear os espaços, em colaboração, compartilhando os conhecimentos construídos nos processos, o que é possibilitado pelas tecnologias de informação. Nesses casos, superam-se as noções de autoria e possibilita-se uma criação coletiva, como nos *softwares* de código aberto.

A provisão por meio do fazer-comum (terceiro elemento da tríade do fazer-comum) pode se enriquecer pela diversidade de recursos no contexto urbano. Se o Fazer e Usar Juntos (padrão baseado na cocriação de informações, ferramentas e infraestruturas) caracteriza as *Fab Labs*, na escala urbana, pode contribuir para a criação das *Fab Cities*¹⁶. As Ferramentas Conviviais (padrão da provisão, referente à utilização de ferramentas acessíveis, adaptáveis, coletivas e voltadas para a autonomia) também podem ser potencializadas no contexto urbano. Sistemas de transporte comunitário, hortas coletivas e instrumentos de urbanismo *open-sorce* podem ser entendidas como ferramentas conviviais do comum urbano.

Com o propósito de alcançar o objetivo da presente dissertação, a horta Morro Verde será, a seguir, analisada desde a sua implantação, em 2017 até o ano de 2022. Com o propósito de verificar se essa prática se aproxima dos preceitos do comum urbano em suas diferentes fases, elegeram-se as seguintes dimensões de análise a partir do marco conceitual construído neste capítulo: recursos, práticas de fazer-comum (vida social, gestão entre pares, e provisão) e comuneiros (Quadro 1).

¹⁶ As *Fab Cities* constituem um movimento global de redes locais de produção de bens e serviços por meio da utilização eficiente de recursos, compartilhamento de tecnologias e colaboração entre as pessoas. O objetivo é reduzir o impacto ambiental, transformar as cidades em locais mais autossuficientes e fomentar a autonomia.

Quadro 1 - Dimensões, componentes e indicadores do comum urbano



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Bollier e Helfrich (2019)

2.4 O COMUM ENQUANTO “SATISFATOR” SINÉRGICO

Com o propósito de explorar o potencial sinérgico do comum urbano a partir do estudo da horta comunitária Morro Verde, esta pesquisa propõe uma aproximação das teorias do comum urbano e do Desenvolvimento à Escala Humana (DEH), desenvolvida pelo economista chileno Max-Neef (1991). Tal aproximação se faz pertinente uma vez que o comum urbano requer uma visão de “desenvolvimento” não baseada no crescimento econômico (BOLLIER, 2014). O presente capítulo apresenta importantes aspectos da teoria do DEH.

A economia do comum convida as pessoas a reorientar suas perspectivas e aspirar a um conjunto de resultados diferentes daqueles do mercado capitalista — a satisfação de necessidades reais, não inventadas. Segurança. O senso de pertencimento e conexão. Uma vida com sentido. Implícita em muitos comuns também está a visão de avançar na direção de uma maior liberdade, justiça e sustentabilidade para todos. (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 166, tradução nossa)

Considerando os problemas sociais, econômicos e políticos associados ao desenvolvimentismo e neoliberalismo monetário nos países latino-americanos, Max-Neef (1991) propõe a teoria do DEH, que se fundamenta na participação direta e no protagonismo das pessoas na busca de adequada satisfação de suas necessidades fundamentais e na criação do próprio futuro.

Tal desenvolvimento é focado e baseado na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autoconfiança e na construção de articulações orgânicas de pessoas com a natureza e tecnologia, de processos globais com atividade local, do pessoal com o social, de planejamento com autonomia e da sociedade civil com o Estado. (MAX-NEEF, 1991, p.8, tradução nossa)

Segundo o autor, em sistemas gigantescos e hierárquicos do desenvolvimento convencional, as tomadas de decisão ocorrem de cima para baixo, promovendo concentração de poder. Os espaços da microescala, por outro lado, são potencialmente menos burocráticos, mais democráticos e possibilitam a articulação entre desenvolvimento individual e social na construção de práticas de autogestão.

Nesse sentido, o desenvolvimento deve nutrir espaços locais, facilitar micro-organizações e apoiar a multiplicidade de matrizes culturais que compõem a sociedade civil. Esse tipo de desenvolvimento deve redescobrir, consolidar e integrar as diversas identidades coletivas que compõem o corpo social. (MAX-NEEF, 1991, p.9)

A democracia direta e participativa seria um meio para a criação das condições necessárias para “transformar o papel tradicional, semipaternalista do Estado latino-americano em um papel de encorajamento de soluções criativas que fluem de baixo para cima” (1991, p.8). Portanto, Max-Neef defende uma articulação entre as escalas de ação, com o objetivo de garantir a autonomia local e o impacto real.

A atividade espontânea de grupos locais ou de indivíduos isolados não pode ter qualquer impacto real se não for alimentada e fortalecida através da ação de planejadores e políticos. O que é necessário é um planejamento global para uma maior autonomia local. Esse planejamento deve ser capaz de mobilizar grupos e comunidades existentes, para transformar suas estratégias de sobrevivência em opções de vida organicamente articuladas como projetos políticos e sociais em todo o espaço nacional. (MAX-NEEF, 1991, p. 61)

Segundo essa teoria, haveria uma relação importante entre as **necessidades humanas**, os “**satisfatores**” (*satisfiers*) e os **bens econômicos**. As necessidades seriam universais, atemporais, constantes e classificáveis, enquanto os fatores de satisfação de tais necessidades (os “satisfatores”) se difeririam no tempo e no espaço.

Os “satisfatores” se refeririam a formas de ser, ter, fazer e estar, com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas. Eles incluem formas de organização, práticas sociais, condições subjetivas, valores, normas, espaços, contextos, tipos de comportamento, entre tantas outras coisas, “em permanente estado de tensão entre consolidação e mudança” (MAX-NEEF, 1991, p. 24-25).

Max-Neef (1991) explora as dimensões de desenvolvimento a partir de uma taxonomia das necessidades humanas fundamentais. As necessidades humanas fundamentais e os “satisfatores” foram localizados em uma matriz (ver Quadro 2), em categorias existenciais de (1) ser, (2) ter, (3) fazer e (4) estar¹⁷ e em categorias axiológicas de (1) subsistência, (2) proteção, (3) afeição, (4) compreensão, (5) participação, (6) ócio, (7) criação, (8) identidade e (9) liberdade (MAX-NEEF, 1991).

Nesta proposta, alimentação e abrigo, por exemplo, não são entendidos como necessidades humanas, mas como possíveis “satisfatores” da necessidade de subsistência, assim como educação e investigação são entendidos como possíveis “satisfatores” da necessidade de compreensão (ver Quadro 1).

Os “satisfatores” são determinantes para a criação e manutenção dos bens econômicos, e estes afetam a eficiência dos “satisfatores” (MAX-NEEF, 1991). Por exemplo, investigar, estudar, experimentar, educar, analisar são “satisfatores” associados à necessidade de entendimento e podem fazer emergir bens como livros, instrumentos, computadores e outras ferramentas.

¹⁷ A coluna “ser” da matriz registra atributos que são expressos como substantivos; a coluna “ter” registra instituições, normas, mecanismos, ferramentas, leis; a coluna “fazer” registra ações (verbos) e, por fim, a coluna “estar” registra ambientes (espaço e tempo).

Quadro 2 - Matriz de Necessidades e “Satisfatores” de Max-Neef (1991)

	necessidades de acordo com categorias existenciais			
	ser	ter	fazer	estar
subsistência	1. Saúde, equilíbrio, senso de humor	2. Alimento, abrigo, trabalho	3. Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	4. Meio ambiente, meio social
proteção	5. Cuidado, equilíbrio, solidariedade	6. Direitos, seguro social, família	7. Cooperar, planejar, ajudar	8. Espaço onde se mora, ambiente social, habitação
afeição	9. Autoestima, solidariedade, respeito, paixão	10. Amizade, família, relação com a natureza	11. Fazer amor, compartilhar, cultivar, apreciar	12. Privacidade, intimidade, lar
entendimento	13. Consciência crítica, curiosidade, espanto, disciplina	14. Literatura, professores, políticas educacionais	15. Investigar, meditar, experimentar	16. Ambiente de interação formativa, escolas, universidades, comunidades, família
participação	17. dedicação, respeito, receptividade	18. Direitos, responsabilidades, deveres, trabalho	19. Filiar-se, cooperar, compartilhar, divergir, acatar	20. Associações, igrejas, comunidades, vizinhança, família
ócio	21. Curiosidade, imaginação, tranquilidade	22. Jogos, festas, paz de espírito	23. Divagar, sonhar, lembrar, relaxar, divertir-se, brincar	24. Privacidade, intimidade, espaços de encontro, tempo livre
criação	25. Paixão, intuição, imaginação	26. Destreza, habilidades, métodos, trabalho	27. Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar	28. Ambientes de produção e informação, workshops, grupos culturais, espaços para expressão
identidade	29. Sensação de pertencer, autoestima	30. Language, símbolos, religião, valores	31. Comprometer-se, integrar-se, decidir, conhecer a si próprio, crescer	32. Ritmos sociais, estágios de amadurecimento
liberdade	33. Autonomia, ousadia, rebeldia, tolerância	34. Igualdade de direitos	35. Discordar, escolher, diferenciar-se, arriscar, desobedecer	36. Plasticidade espaço temporal

Fonte: Max-neef (1991)

Max-Neef (1991) traz uma abordagem substancialmente diferente da famosa pirâmide de Maslow (1943), indicada na Figura 1. Maslow (1943) define uma hierarquia de cinco necessidades humanas: (1) necessidades fisiológicas (p. ex. fome e sono), (2) necessidade de segurança (p. ex. ter um abrigo, um emprego, um plano de saúde), (3) necessidade de amor e pertencimento, (4) necessidade de estima, ou seja, reconhecer suas capacidades (p. ex. se sentir adequado, confiante e independente), e (5) necessidade de autorrealização, que seria a possibilidade de exercer aquilo que condiz com sua natureza. Segundo esse autor, em geral, quando as necessidades fisiológicas estão, de certa forma, satisfeitas, começam a emergir as necessidades de segurança e assim por diante, seguindo a hierarquia proposta até se atingir o topo da pirâmide (necessidade de autorrealização).

Figura 1 - Pirâmide hierárquica das necessidades, de Maslow (1943)



Fonte: Maslow (1943)

Diferentemente de Maslow (1943), Max-Neef (1991) defende que não haveria hierarquia entre as necessidades humanas, com exceção da necessidade de subsistência, que se refere à manutenção da vida. Além disso, as necessidades humanas fundamentais fariam parte de um sistema, havendo relações de complementaridade e simultaneidade entre elas.

Diferente de perspectivas estritamente economicistas, em que a pobreza é atrelada à não satisfação da necessidade de subsistência, o autor considera que a não satisfação de qualquer necessidade humana pode levar a diferentes tipos de pobreza. Na visão dele, as necessidades humanas, usualmente relacionadas apenas à “falta” de algo externo, incluem aspectos relacionais, que devem ser entendidos também como potenciais. Por exemplo, as necessidades de participação ou afeição já seriam os próprios potenciais para a participação ou para a afeição (MAX-NEEF, 1991). Assim, elas não seriam apenas “satisfeitas” ou “preenchidas” por elementos externos, mas estariam em um processo de retroalimentação, que pressupõe engajamento, motivação e mobilização das pessoas (MAX-NEEF, 1991).

Na concepção hegemônica de desenvolvimento, a produção e o consumo colocam os bens como finalidade em si mesmos, o que reduz as possibilidades de criação de potenciais (MAX-NEEF, 1991). Para o autor, seria preciso desenvolver

formas de organização econômica a partir das quais os bens capacitariam os “satisfatores” para atenderem de forma consistente às necessidades humanas, relacionadas não apenas a bens e serviços, mas também a práticas sociais, modelos políticos e valores.

Enquanto um “satisfator” é, em última instância, a maneira pela qual uma necessidade é expressa, os bens são, em sentido estrito, o meio pelo qual os indivíduos capacitam os “satisfatores” para atender às suas necessidades. Quando, no entanto, a forma de produção e consumo de bens faz dos bens um fim em si mesmos, então a suposta satisfação de uma necessidade prejudica sua capacidade para criar potencial. (MAX-NEEF, 1991, p. 25)

O autor afirma que há diversos tipos de “satisfatores” e sugere cinco para fins analíticos: (1) destruidores, (2) “pseudo-satisfatores”; (3) “satisfatores” inibidores; (4) “satisfatores” singulares; (5) “satisfatores” sinérgicos. Os destruidores, “pseudosatisfatores” e inibidores compõem uma matriz negativa, enquanto os singulares e sinérgicos compõem uma matriz positiva, que varia conforme o contexto.

Os destruidores estariam ligados estritamente à necessidade de proteção. Além de não satisfazerem de forma adequada a necessidade de proteção, ainda prejudicam a satisfação de outras necessidades. Como exemplos, tem-se o armamentismo, o autoritarismo ou a censura.

Os “pseudosatisfatores” seriam aqueles que trazem um falso senso de satisfação, geralmente impulsionados por propagandas. Por exemplo: a exploração de recursos naturais pode trazer uma falsa sensação de satisfação da necessidade de subsistência, mas, na realidade, levar a um esgotamento de recursos imprescindíveis à vida.

Os inibidores seriam aqueles que extrapolam a satisfação de uma necessidade e prejudicam a satisfação de outras, por exemplo, o paternalismo na busca por proteção; a competitividade econômica obsessiva na busca por liberdade; um sistema de ensino autoritário para satisfazer à necessidade de compreensão.

Os “satisfatores” singulares, por sua vez, seriam aqueles que satisfazem uma necessidade específica e que derivam da compreensão das necessidades humanas como correspondentes a “privações”, e não como potenciais. Eles têm sua origem em instituições do Estado, do setor privado ou do setor não governamental. Como exemplos, tem-se programas de provisão de alimentação, para satisfazer à necessidade de subsistência, ou espetáculos esportivos, para satisfazer à necessidade de ócio. Os “satisfatores” singulares, assim como os destruidores,

“pseudo-satisfatores” e inibidores, são exógenos à sociedade, ou seja, são frequentemente impostos, induzidos ou institucionalizados por forças externas.

Por fim, os sinérgicos seriam aqueles que, ao satisfazerem uma determinada necessidade, contribuiriam para a satisfação de outras necessidades. Nesse caso, estas são entendidas tanto como privações quanto como potenciais, o que, segundo o autor, possibilitaria uma saída do ciclo vicioso da pobreza. Isso porque os “satisfatores” sinérgicos são endógenos, ou seja, derivam de processos gerados pela própria comunidade e, assim, podem ter caráter antiautoritário e desafiar os valores vigentes de competitividade.

A amamentação, ao satisfazer a necessidade de subsistência e estimular a satisfação das necessidades de proteção, afeição e identidade, pode ser compreendida como um “satisfator” sinérgico. A educação popular, ao satisfazer a necessidade de compreensão e estimular a satisfação das necessidades de proteção, participação, criação, identidade e liberdade, seria um outro exemplo de “satisfator” sinérgico, assim como programas de provisão habitacional autogeridos, que satisfazem a subsistência e estimulam a satisfação das necessidades de compreensão e participação. Max-Neef (1991) ressalta a importância de a comunidade analisar quais os “satisfatores” deveriam ser criados exogenamente (como mecanismos singulares) e quais deveriam ser criados endogenamente (como mecanismos sinérgicos).

As convergências entre a teoria de Max-Neef e do comum urbano permitem, portanto, a análise da horta Morro Verde a partir do cruzamento dessas matrizes teóricas complementares. Por mais que o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa não permita conclusões teóricas definitivas, o estudo do Morro Verde ao longo do tempo enriquecerá a nossa compreensão acerca do potencial dos comuns urbanos enquanto satisfatores sinérgicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

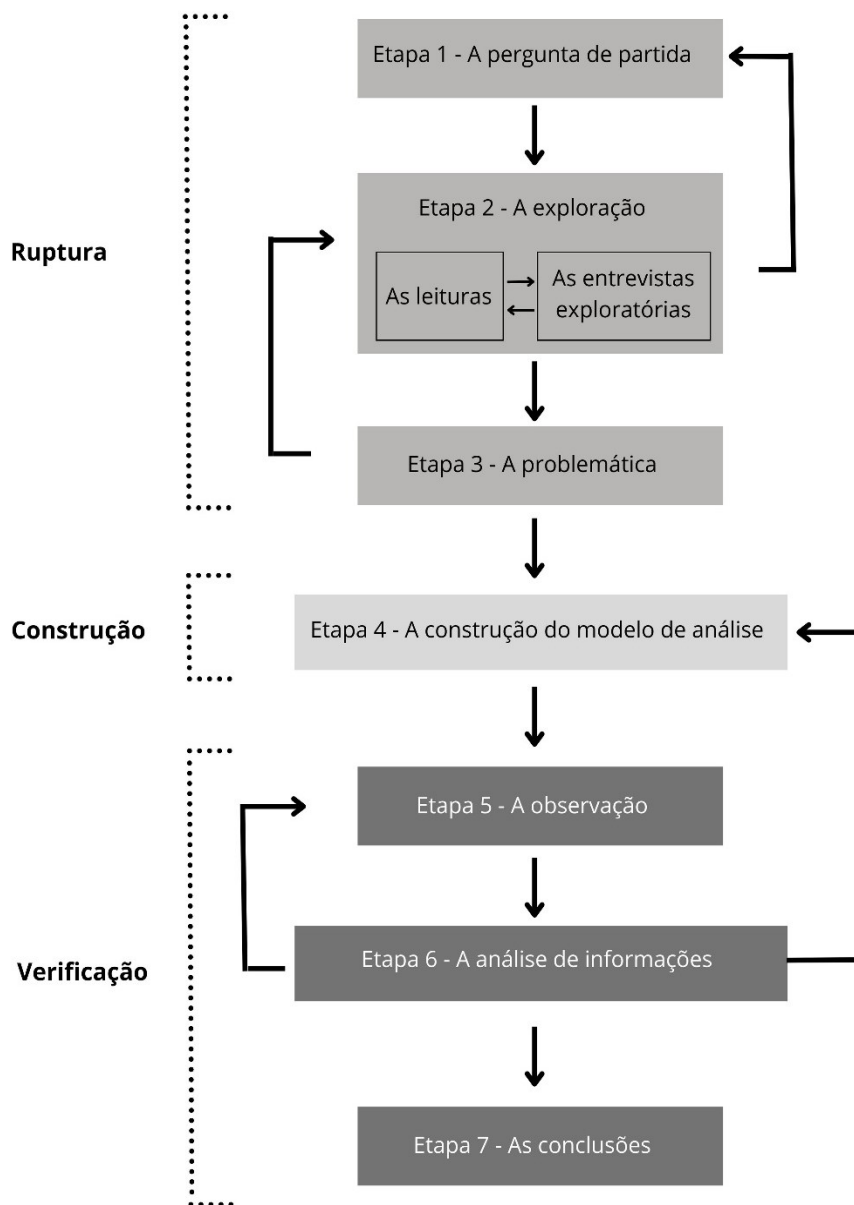
Adotou-se uma abordagem qualitativa para realização desta pesquisa, o que permite uma compreensão de fenômenos sociais com enfoque em aspectos subjetivos, que não poderiam ser analisados em toda a sua complexidade a partir de uma abordagem quantitativa. Segundo Creswell,

Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo, e o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles. (2007, p.46)

Seguiu-se o procedimento de investigação para as ciências sociais, como descrito por Quivy e Campenhoudt (1998). Os autores, que partem da “hierarquia dos atos epistemológicos” de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968), definem o processo científico como constituído de três atos: a ruptura, a construção e a verificação, que se articulam entre si. A ruptura seria o momento de romper com preconceitos e evidências ilusórias ou falsas; a construção corresponde à elaboração de um sistema conceitual que conduzirá a elaboração da(s) hipótese(s) explicativa(s) do evento em estudo; por fim, a verificação é a etapa que envolve a certificação da(s) hipótese(s).

O procedimento apresenta sete etapas operacionais: (1) a pergunta de partida, (2) a exploração e (3) a problemática, que compõem o ato de ruptura; (4) a construção do modelo de análise, que corresponde ao ato de construção; (5) a observação; (6) a análise das informações e (7) as conclusões, que compõem o ato de verificação (ver Figura 2 - Procedimento de investigação nas ciências sociais segundo Quivy e Campenhoudt (1998). Essas etapas estão em permanente interação, separadas por Quivy e Campenhoudt (1998) apenas por uma necessidade didática.

Figura 2 - Procedimento de investigação nas ciências sociais segundo Quivy e Campenhoudt (1998)



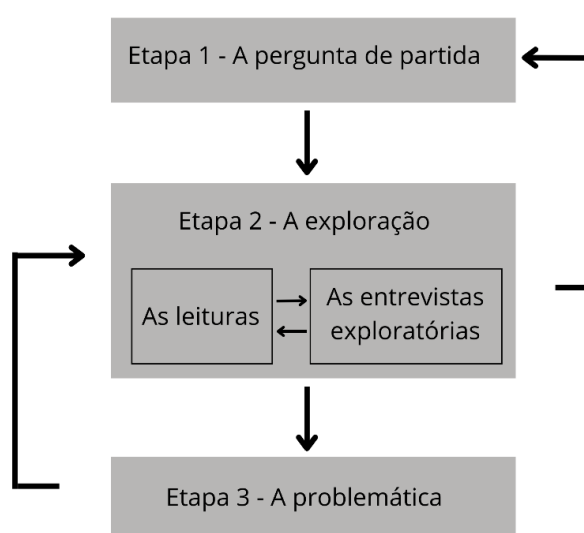
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Ato 1 - A ruptura:

O ato de ruptura é constituído de três etapas, como indicado na Figura 3. A pergunta de partida, etapa 1, consiste em definir o que a pesquisa procura compreender, de forma precisa, concisa, unívoca e realista. A etapa 2, a exploração, é caracterizada por leituras, entrevistas exploratórias e outros métodos complementares, como a observação e análise de documentos. As leituras têm como objetivo conceber uma problemática de investigação de qualidade, enquanto as

entrevistas e outros métodos de coleta de dados permitem que o pesquisador tenha contato com a realidade. “As leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 69). Da interação entre leituras e coleta de dados, define-se a problemática, etapa 3. A problemática “é a abordagem ou perspectiva teórica que decidimos adotar para tratar o problema posto pela pergunta de partida” (1998, p. 91). Ao longo da exploração, etapa 2, o pesquisador pode ser impelido a reformular a pergunta de partida. Assim, definir a problemática implica definir os conceitos fundamentais que guiarão a análise do caso em estudo.

Figura 3 - Ato de ruptura



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

A horta Morro Verde foi selecionada como referência para este estudo por se tratar de uma iniciativa que permite responder à pergunta de partida desta pesquisa (qual seja, o comum urbano tem potencial para satisfazer sinergicamente as necessidades humanas fundamentais?). A horta se localiza na Vila das Antenas, no Morro das Pedras (Belo Horizonte), território historicamente marcado por práticas de comunalidade, seja para suprir necessidades ou experimentar as possibilidades existentes em um contexto de maior informalidade (TONUCCI; CRUZ, 2019).

[...] A despeito de sua invisibilidade — prática e teórica —, vários espaços e recursos encontrados na periferia da metrópole brasileira e na metrópole do Sul global de modo geral podem e devem ser estudados como comuns urbanos, na medida em que são produzidos e mantidos muitas vezes por relações informais de cooperação, compartilhamento ou solidariedade. (TONUCCI; CRUZ, p. 502, 2019)

A trajetória da horta foi investigada desde a sua implantação, em 2017, até o ano de 2022, ano de conclusão das atividades de campo da presente pesquisa. A escolha dessa prática também se deu pela proximidade da autora com o Aglomerado do Morro das Pedras, decorrente da sua participação no Projeto de Extensão da UFMG Flores do Morro¹⁸. Apesar de o projeto se desenvolver na Vila São Jorge, foi possível conhecer outros projetos da região em contextos de articulação com o Flores do Morro. O contato com diversos moradores e coletivos de outras vilas do Morro também já havia ocorrido devido à participação da autora em um projeto de mobilização social, ocorrido em 2020, que contou com a participação do História em Construção, grupo que deu início à horta Morro Verde.

Nesta pesquisa, a etapa de exploração consistiu em revisão da literatura referente à produção hegemônica capitalista do espaço, ao comum, ao comum urbano e à teoria do Desenvolvimento à Escala Humana, de Max-Neef (1991); revisão de pesquisas anteriores que abordaram o Morro das Pedras e o grupo História em Construção; análise do Plano Global Específico (PGE) do Morro das Pedras; observações participantes e primeiras entrevistas exploratórias para a coleta de dados primários. Essa fase inicial da pesquisa permitiu a ruptura com evidências falsas relativas à horta. Os depoimentos e as observações feitas em campo mostraram que o Morro Verde não se configura como um comum idealizado, mas apresenta conflitos e contradições desde a sua implantação.

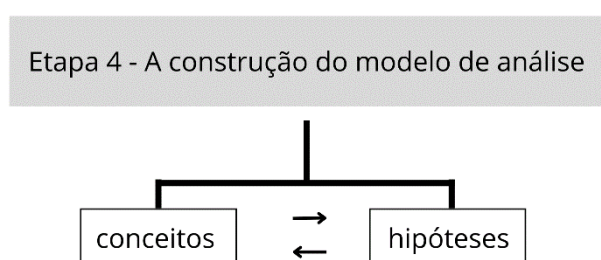
O contato com a comunidade da Vila das Antenas, as visitas e leituras também suscitaram uma série de reflexões: as práticas existentes no Morro Verde referem-se a práticas de fazer-comum? O que impulsiona e sustenta práticas de fazer-comum no contexto das favelas brasileiras? O que as práticas de fazer-comum trazem de relevante ao campo da arquitetura e do urbanismo? Como as práticas de fazer-comum impactam a vida dos moradores? Como as práticas de fazer-comum impactam o espaço? Esse processo crítico-reflexivo, permeado por leituras, visitas ao local e entrevistas exploratórias, norteou a definição da pergunta de partida: o comum urbano tem potencial para satisfazer sinergicamente as necessidades humanas fundamentais?

¹⁸ Flores do Morro é um projeto de extensão, iniciado em 2018, que oferece oficinas artísticas e produtivas para um grupo de mulheres artesãs da Vila São Jorge e integra diferentes cursos da UFMG.

Ato 2 - Construção

A elaboração do modelo de análise, etapa 4, corresponde ao Ato 2: a construção. Essa etapa é a que se dedica à tradução das ideias e perspectivas em uma linguagem que subsidie a análise dos dados. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), conceituar permite uma melhor compreensão dos fenômenos, bem como hipotetizar e ordenar a pesquisa. A hipótese, por sua vez, é o fio condutor da investigação ou resposta provisória à pergunta de pesquisa (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998). O modelo de análise consiste em um conjunto coerente de conceitos e hipóteses articulados entre si (ver Figura 4).

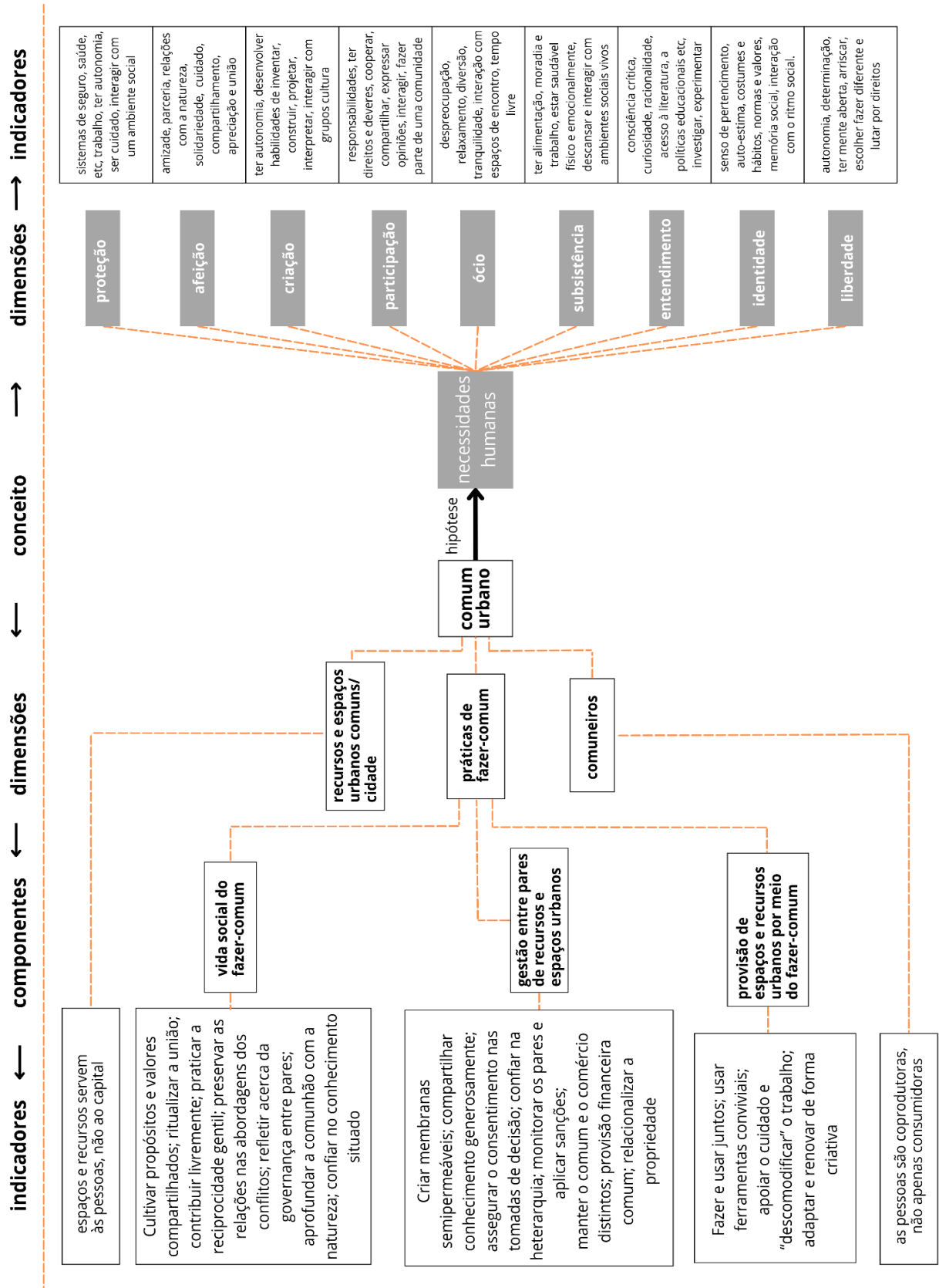
Figura 4 - Ato de construção



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Para verificar a hipótese de que o comum urbano teria potencial para satisfazer sinergicamente uma série de necessidades humanas fundamentais, foi preciso “construir” os conceitos de comum urbano e necessidades humanas. Essa construção envolve delimitar as dimensões, componentes (a depender do grau de complexidade do conceito) e indicadores — estes últimos manifestações observáveis (e mensuráveis) das dimensões de um dado conceito. As dimensões, componentes e indicadores mostrados na Figura 4 guiaram a análise temática das informações.

Figura 5 - Construção do modelo de análise



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Ato 3 - verificação

A observação, etapa 5, refere-se à fase de testar o modelo de análise e confrontá-lo com dados observáveis. Essa etapa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, não estruturadas e a observação participante. Foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas e 3 não estruturadas, de forma presencial e de forma remota, quando isso facilitava a compatibilidade de horários disponíveis entre participante e pesquisadora.

Quivy e Campenhoudt (1998) enfatizam a importância de entrevistas que permitam abertura e flexibilidade em pesquisas qualitativas. A entrevista semiestruturada compreendeu a elaboração de um guia de questões feitas pela pesquisadora, mas com uma margem de flexibilidade. A espontaneidade garantiu o surgimento de questões não previstas. A entrevista não estruturada permitiu que os entrevistados expressassem de forma mais livre suas impressões sobre a horta e suas relações com ela.

Algumas entrevistas não foram gravadas para garantir o conforto e a naturalidade do participante. Nesses casos, a pesquisadora registrava os pontos mais importantes em notas escritas e gravações de áudio ao deixar o local.

Os depoimentos gravados foram transcritos pela pesquisadora. Com o intuito de garantir o anonimato dos participantes, foram criados códigos de identificação: T + R + número + identificação genérica do entrevistado (por exemplo, um integrante ou parceiro do Morro Verde). A letra “T” indica referir-se a uma “transcrição”; a letra “R” a um “respondente” e o número identifica o entrevistado, preservando-se o anonimato.

Com o objetivo de conhecer mais sobre a história do Morro Verde, foram entrevistados idealizadores da horta, pessoas que trabalham/trabalharam na Associação História em Construção e que estiveram presentes no início da iniciativa, pessoas que inspiraram a implantação da horta, bem como indivíduos que desenvolveram ações ou projetos em parceria com o Morro Verde. Também participaram desta pesquisa as pessoas mais ativas no cuidado atual da horta.

A observação participante, por sua vez, permitiu uma vivência do espaço bem como uma participação ativa em algumas ações colocadas em prática pelas pessoas diretamente envolvidas no cuidado do Morro Verde. Nessas ocasiões, a pesquisadora teve a oportunidade de plantar e cuidar dos canteiros da horta e conversar com moradores. Em uma das visitas, um dos participantes comentou sobre a falta de um material de identidade visual da horta. Diante dessa demanda, foi desenvolvido pela

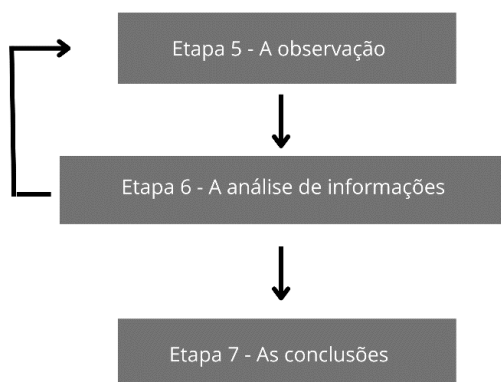
autora um logotipo para a horta, como forma de contribuir com a iniciativa. A concepção deste também pode ser compreendida como um agradecimento ao grupo pela disponibilidade para a pesquisa.

A análise de informações, etapa 6, tem como objetivo a verificação empírica, a comparação entre os resultados esperados e a realidade, a interpretação de fatos inesperados e aprimoramento da(s) hipótese(s) para que seja possível o aperfeiçoamento do modelo de análise e/ou a proposição de sugestões para pesquisas futuras (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Nesta pesquisa, foi utilizada a análise temática, como descrita por Braun e Clarke (2006), para avaliação dos depoimentos dos participantes e anotações realizadas durante as observações participantes.

A análise temática permite a identificação de padrões de significado (temas) no conjunto de dados coletados (BRAUN; CLARKE, 2006). Diferente da análise temática indutiva, ou *bottom up*, em que os temas emergem dos próprios dados, foi realizada a análise temática teórica, ou *top down*, guiada pelo marco teórico da presente pesquisa.

Por fim, a conclusão, etapa 7, compreende uma retrospectiva do procedimento, obtenção dos resultados e apresentação das contribuições de ordem conceitual e prática geradas pela pesquisa (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). A conclusão constitui a última etapa do último ato do processo de investigação: a verificação. Com o propósito de responder à pergunta de partida — o comum urbano tem potencial para satisfazer sinergicamente as necessidades humanas fundamentais? —, a verificação na presente pesquisa envolveu a análise do Morro Verde à luz do comum urbano e, em sequência, a verificação se suas práticas, recursos e relações, contribuem para a satisfação sinérgica das necessidades humanas fundamentais (MAX-NEEF, 1991).

Figura 6 - Ato de verificação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

4 O CASO DA HORTA MORRO VERDE

4.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MORRO DAS PEDRAS

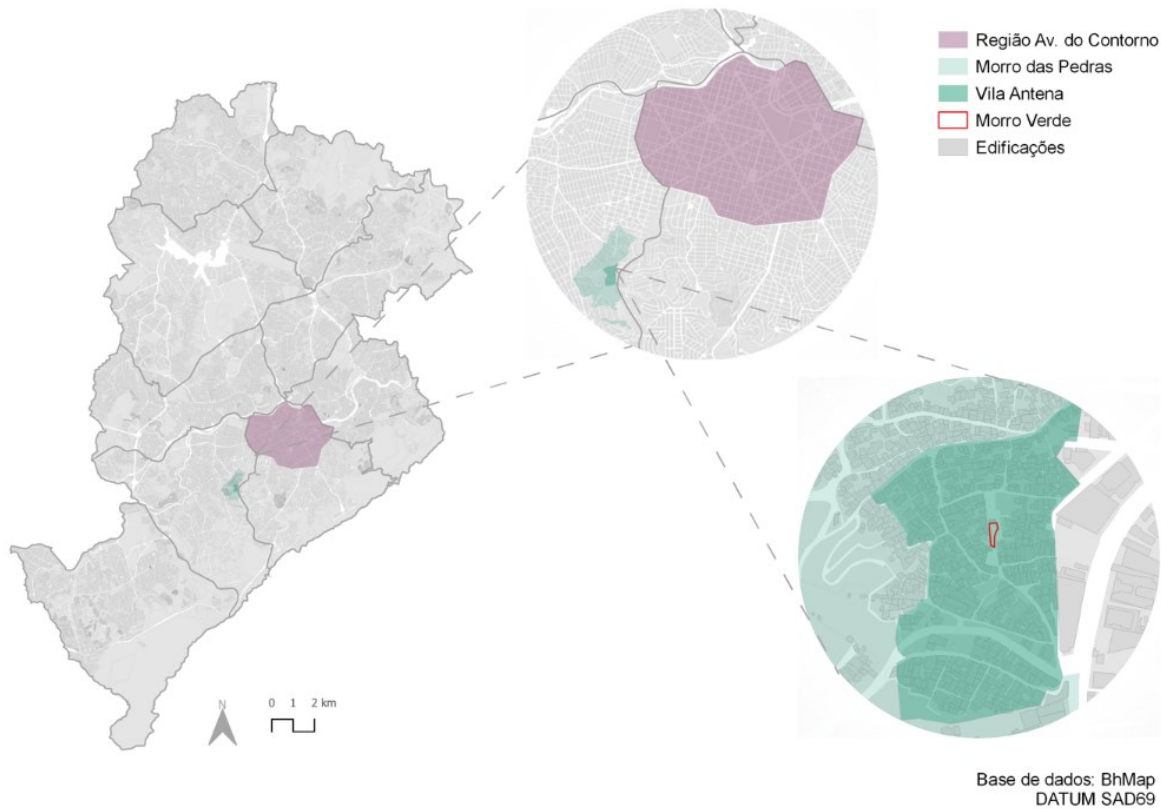
O comum urbano constitui-se de práticas que buscam uma radicalização da democracia, nas quais os indivíduos não apenas participam de um jogo cujas regras já estão dadas, mas são capazes de estabelecer as próprias regras, no sentido de criarem uma autogestão de espaços, recursos urbanos e da própria cidade. O presente capítulo tem por objetivo analisar o Morro das Pedras e seu processo de urbanização, marcado por uma participação popular limitada, bem como os processos de resistência e auto-organização dos moradores da Vila das Antenas, que culminaram na criação do grupo História em Construção e, posteriormente, na Horta Morro Verde, à luz do comum urbano. Assim, essa dissertação apresenta um contraponto entre a forma como se desenvolveu, na localidade, o planejamento urbano “de cima para baixo” e as práticas desenvolvidas de “de baixo para cima”, criadoras de um comum urbano.

O Morro das Pedras é uma das maiores favelas de Belo Horizonte¹⁹ (ver Figura 7), composta pela Vila Antena (ou Vila das Antenas, como é chamada pelos

¹⁹ Em 2017, o Morro das Pedras abrigava aproximadamente 16 mil moradores, em uma área de 84,9 hectares (PBH, 2018). Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-visita-obras-no-aglomerado-morro-daspedras#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20aglomerado%20%C3%A9,cerca%20de%205%20mil%20resid%C3%A2ncias>. Acesso em: 26 mar. 2023.

moradores), Vila Leonina, Vila Pantanal, Vila Santa Sofia, Vila São Jorge I, São Jorge II e São Jorge III.

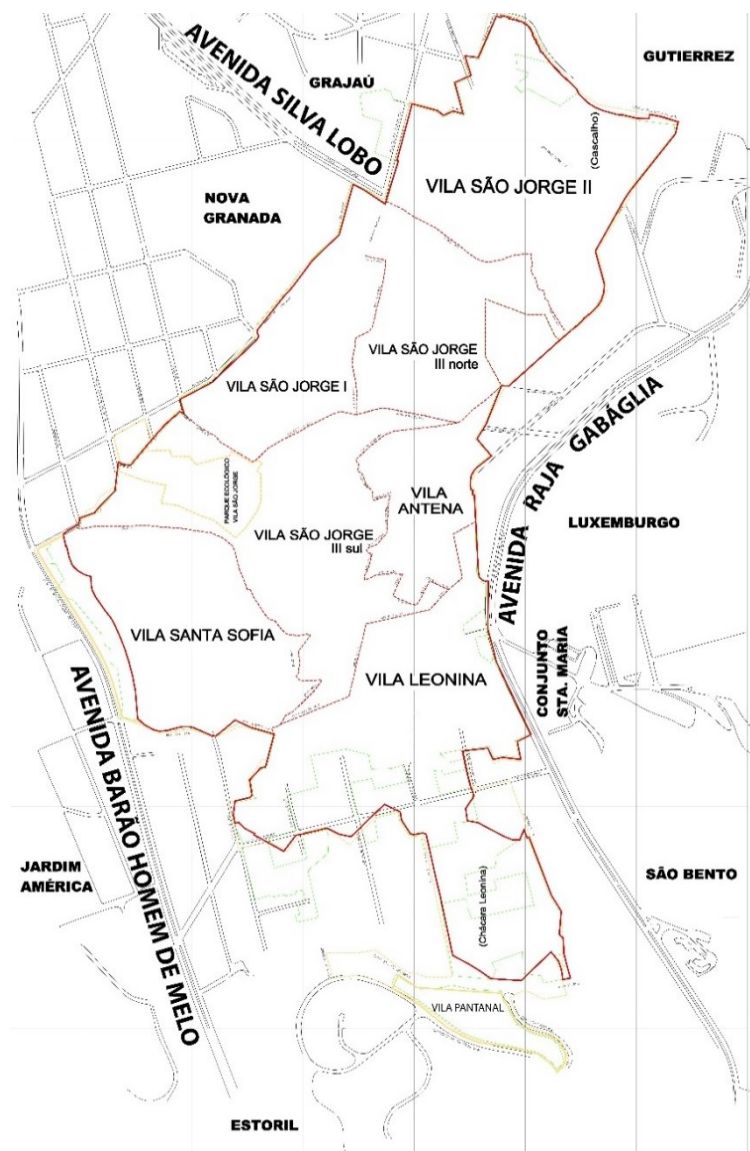
Figura 7 - Localização do Morro das Pedras e da Vila das Antenas em Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Localizado na zona oeste da cidade, entre as avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo, que o conectam à região central, o aglomerado é alvo de especulação imobiliária e gentrificação (ver Figura 8)

Figura 8 - Vilas do Morro das Pedras (linhas vermelhas) e as principais avenidas próximas ao aglomerado



Fonte: CMP, 2001

A ocupação da região se inicia no início do século XX, em grande parte, por aqueles que vieram trabalhar na construção de Belo Horizonte. A escolha do nome, Morro das Pedras, se deu possivelmente por haver uma pedreira no território, de onde se retiravam materiais para a construção da capital (CMP, 2001). Tendo em vista que o planejamento urbano da cidade não incluía a moradia dos trabalhadores, estes se viram obrigados a ocupar regiões fora do perímetro da Avenida do Contorno, limite estabelecido pela Comissão Construtora de Belo Horizonte. Quando moradores da Barroca, uma das primeiras favelas da cidade, são transferidos para a região da pedreira, em função da urbanização e implantação dos bairros Barro Preto e Santo

Agostinho, na gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima, começa a nascer o Morro das Pedras (CMP, 2001).

A partir de 1945, o lixo da cidade passou a ser levado para a região do Aglomerado Morro das Pedras, incluindo o lixo hospitalar, sem qualquer controle ou monitoramento técnico (CMP, 2001). O chamado lixão, paradoxalmente, atraiu muitas pessoas que enxergaram ali a possibilidade de retirar recursos para seu sustento. Essa ocupação do seu entorno deu origem às vilas Santa Sofia, Antena, Leonina, São Jorge I e Cascalho (São Jorge II). Em 1971, devido à produção de gás metano no lixão, houve um deslizamento de terra e uma explosão que matou dezenas de pessoas (CMP, 2001). Somente após esse acidente, a partir de 1945, o lixo da cidade passou a ser levado para o aterro sanitário e, em 1995, a Urbel iniciou a recuperação da área e transferiu todas as famílias para um conjunto habitacional na região do Barreiro.

A partir da década de 1950, a urbanização da região Oeste da cidade se intensifica, e bairros de classe média surgem no entorno do Morro das Pedras, como o Cidade Jardim, Gutierrez e Santa Lúcia. A população pobre residente da região do Santa Lúcia é removida pelo Poder Público e transferida para o Conjunto Santa Maria, primeiro conjunto habitacional do município, construído com essa finalidade, nas imediações do Morro das Pedras (CMP, 2001).

Entre as décadas de 1970 e 80, com as obras viárias de expansão da cidade, responsáveis pelas grandes avenidas que conectam a região Oeste com o centro (Raja Gabágliã, Barão Homem de Melo e Silva Lobo), a área antes destinada aos “excluídos” passa a despertar interesse do capital imobiliário. Inicia-se um forte processo de expulsão dos moradores pobres da região, com o pagamento de pequenas indenizações pelo Poder Público, o que gerou conflitos e tentativas de resistência (CMP, 2001).

Como o aglomerado se conformou, em parte, como região de propriedade pública municipal²⁰, a regularização fundiária foi se tornando uma questão urgente. Após muita luta social, o Profavela, criado em 1983, passa a legitimar os direitos dos moradores de áreas ocupadas irregularmente. O programa municipal tinha por objetivo possibilitar a urbanização e regularização jurídica de favelas (BELO HORIZONTE, 1985), como foi o caso do Morro das Pedras²¹. No fim dos anos 1980,

²⁰ No caso da Vila das Antenas, cerca de 85% corresponde à área pública do município e cerca de 15% a áreas de propriedade particular (CMP, 2001).

²¹ Na Vila das Antenas, 73% dos lotes foram titulados nos anos 1980, a partir do Profavela (CMP, 2001).

a regularização fundiária e urbanização foram assumidas pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), também criada em 1983.

Em 1993, em um contexto nacional de revisão da abordagem do planejamento urbano em vilas e favelas, é implementado o Orçamento Participativo (OP) em Belo Horizonte, uma das experiências de “governança participativa” que representou um avanço na tentativa de democratização da política urbana e propôs alterações no padrão de investimentos urbanos. Foi ele o instrumento utilizado para possibilitar que a população escolhesse intervenções estruturais para destinar parte do orçamento municipal. Desde o final dos anos 1990, as vilas do Morro das Pedras foram contempladas por diversas obras de urbanização do OP (CMP, 2001).

De toda forma, a participação popular no OP ainda é limitada: apesar de possibilitar a tomada de decisão sobre a alocação de recursos públicos, ele não democratiza a própria produção do espaço (MILAGRES, 2016). Maricato (2002) afirma que o OP pode funcionar como uma forma de apaziguar possíveis conflitos e atender demandas pontuais das classes pobres, enquanto decisões mais relevantes estão sendo tomadas em conselhos aos quais não se tem acesso.

Com o tempo, era esperado que o OP se tornasse um meio para o compartilhamento do governo local, de forma que todos os cidadãos fossem capazes de tomar parte nas decisões do governo. No entanto, isto nunca aconteceu, e mesmo se as primeiras assembleias do OP tiveram êxito criando um espaço público de definição de prioridades e negociação de demandas, por outro lado, as intervenções estruturais acabaram em paliativos a curto prazo: era inútil, por exemplo, pavimentar uma via na base de um morro sem tratar adequadamente o seu topo e cuidar de toda a estrutura de saneamento. (BALTAZAR, 2010, p. 11)

Para viabilizar o OP, foi implementado o Plano Global Específico (PGE), uma espécie de "plano diretor" para vilas e favelas, instituído em 2000 como obrigatório para a realização de intervenções estruturais. Assim, as comunidades passam a se articular para disputar recursos no OP da Habitação para a elaboração dos seus PGEs, que apresentam soluções projetuais após o levantamento de uma série de dados do território e o diagnóstico de problemas.

O PGE do Morro das Pedras foi fundamentado em 3 aspectos: social, urbanístico e jurídico. As propostas para o aspecto social abrangeram a erradicação de áreas de risco e situações de insalubridade, bem como a implantação de equipamentos comunitários. No que diz respeito ao aspecto urbanístico, foram previstas intervenções como a reestruturação do sistema viário e a criação de parques

em áreas não apropriadas para moradia. No aspecto jurídico, o PGE propôs a revisão da área titulada e a regularização da área de propriedade particular ocupada, bem como alterações de zoneamento.

O discurso presente nas etapas de Levantamento e Diagnóstico do PGE do Morro das Pedras, realizadas pela Casa do Movimento Popular (CMP), evidencia um cuidado em adotar uma abordagem pluridimensional, que considera as potencialidades do local, e não apenas suas “faltas”, bem como reforça a importância da participação popular, de caráter deliberativo, e do uso de instrumentos de diálogo efetivos, como pode ser percebido no seguinte trecho:

Para tal, garantir a divulgação e socialização das informações e a instrumentalização das lideranças e demais representantes dos moradores, para que tenham condições de discutir suas demandas e, deliberar de fato, as propostas para intervenções futuras, com a equipe técnica responsável pelo trabalho e com os órgãos públicos envolvidos, torna-se imprescindível. (CMP, 2001, p.177)

Os textos ainda enfatizam a importância de se reconhecer as relações de vizinhança, de parentesco, as afinidades e a organização social em geral como passo fundamental para a resolução de problemas do território. Há, até mesmo, a menção da importância da gestão autônoma dos espaços que seriam previstos na etapa posterior de propostas:

Articular as ações promovidas para ajustes de melhorias das condições físicas do assentamento em questão com aquelas promovidas para a constituição de mecanismos de gestão autônoma do espaço ali construído parece-nos imprescindível para que, ao menos, a própria intervenção se faça legitimar enquanto objeto de plena apropriação daqueles que, aqui, se constituem como “sujeitos da ação”. (CMP, 2001, p. 2)

Após discordâncias com a Urbel em termos de abordagem, a empresa Orbis - Cidade e Meio Ambiente substituiu a CMP e passou a responder pela elaboração das propostas urbanístico-ambientais.

Apesar de acatadas as diretrizes de intervenção estabelecidas por esta última empresa, na fase de diagnóstico, as equipes técnicas da URBEL-ORBIS revisaram e ampliaram todas as intervenções desta etapa de propostas. A principal causa desta reformulação foi motivada pelo porte excessivo dado aos equipamentos comunitários [...]. (ORBIS, 2004, p.5)

A partir da análise das propostas do PGE para o Morro das Pedras, fica evidente a lógica do marketing urbano, em que as intervenções são formuladas de forma a atrair mais capital. A valorização imobiliária passa a ser central para se pensar o processo de urbanização, o que justifica intervenções muitas vezes não

demandadas pela população. Essa abordagem é sugerida em trechos da proposta tais como:

A proposta que apresentamos foi desenvolvida dentro da perspectiva de se convocar a iniciativa privada a investir em estrutura urbana, requalificando áreas degradadas, e em contrapartida usufruir da valorização de toda uma região, que tornar-se-á apta a grandes empreendimentos. (ORBIS; URBEL, 2004, p. 33; 34)

A metodologia do PGE definiu a participação sobretudo como consulta aos moradores e repasses de informações²² (KAPP; BALTAZAR, 2012; NASCIMENTO, 2011; MILAGRES, 2016). O PGE prevê a formação de Grupos de Referência (GR) formados por moradores, responsáveis por fazer a ponte entre os técnicos e a comunidade, porém, as reuniões com os GRs aconteceram na maior parte das vezes apenas para atualizar a comunidade sobre o andamento do plano e, com isso, as funções dos integrantes restringiram-se basicamente a acompanhar as etapas e informar a comunidade. Assim, os GRs tiveram caráter apenas informativo, e não deliberativo (KAPP; BALTAZAR, 2012).

Assim, a participação popular no PGE existiu sobretudo para legitimar decisões estruturantes que já haviam sido tomadas por agentes externos (NASCIMENTO, 2011; MILAGRES, 2016) e evitar conflitos de ideias e interesses (KAPP; BALTAZAR, 2012). Não houve, de fato, espaço para se redesenhar as opções possíveis ou alterar consistentemente as propostas apresentadas (KAPP; BALTAZAR, 2012). Portanto, tratou-se de um processo de participação que não contou com a redistribuição de poder.

O PVV, dedicado à urbanização de favelas do município, inaugurado em 2005, no Aglomerado da Serra, foi responsável por executar as intervenções previstas no PGE. O programa, que contava com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério das Cidades (Governo Federal) e contrapartida do município, passou a receber recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)²³ a

²² Ainda assim, segundo Nascimento (2011), muitas informações foram repassadas aos moradores do Morro das Pedras de forma não muito clara, permeadas de codificações técnicas e linguagem pouco objetiva, o que reforçava uma assimetria de poder entre moradores e técnicos da prefeitura e rompia a possibilidade de uma real interlocução.

²³ O PAC tornou-se um relevante instrumento de financiamento da política urbana em assentamentos precários. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 22 mar. 2023.

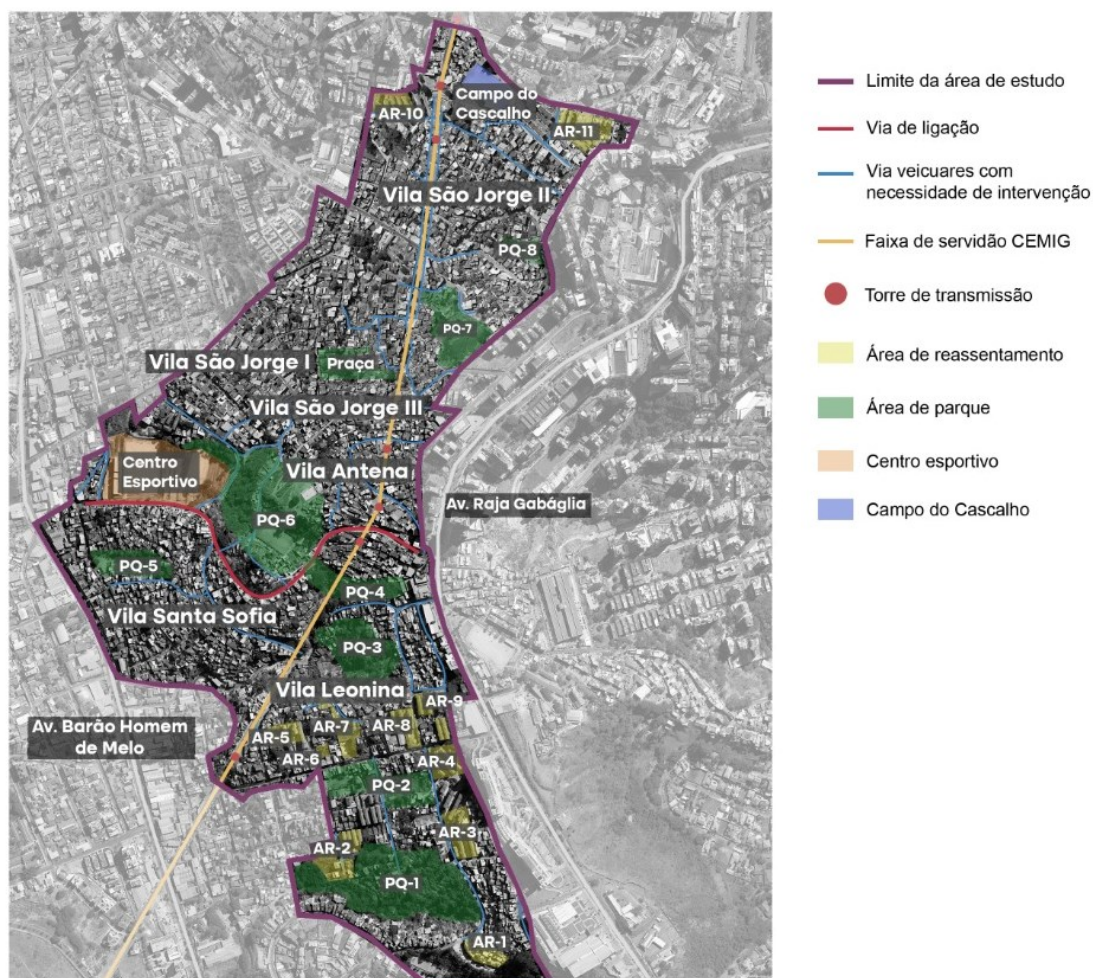
partir de 2007 (SILVEIRA, 2015). No Morro das Pedras, o PVV foi executado, em grande parte, com recursos do PAC, que priorizava as questões infraestruturais, como drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário.²⁴

Curiosamente, as primeiras favelas a serem contempladas pelo PVV — Aglomerado da Serra e Morro das Pedras — foram aquelas que possuíam uma condição melhor em termos de infraestrutura, o que levanta a hipótese de o critério ter relação com os interesses do capital imobiliário, já que elas se encontram em localizações privilegiadas. O programa foi responsável por “intervenções urbanísticas polêmicas, com tendência à gentrificação de favelas localizadas nas áreas mais centrais de Belo Horizonte” (BALTAZAR et.al, 2017, p.4).

Em geral, as propostas do PGE executadas pelo PVV são baseadas nas soluções da cidade formal, fundamentas no ideal de desenvolvimento, que muitas vezes não condizem com a realidade das favelas, como as propostas para abertura de grandes vias. No Morro das Pedras, a reestruturação viária abriu uma via de ligação entre as avenidas Raja Gabágliã e Barão Homem de Melo e dividiu o morro ao meio, como mostrado na Figura 9.

²⁴ No Morro das Pedras, o índice de remoções para a realização das obras de infraestrutura chegou a 28% da população (NASCIMENTO, 2011).

Figura 9 - Intervenções previstas no PGE para o Morro das Pedras



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

É também em 2011 que a obra do trecho da via de ligação que passa pela Vila é retomada e finalizada, depois de a rua passar dois anos parcialmente coberta de entulho [...]. O resultado é a reestruturação do espaço cotidiano da vizinhança: depois da remoção de várias casas, é construída uma via asfaltada de trânsito rápido, margeada por um extenso e alto muro de arrimo, que passa a dividir a Vila e é chamado de "muro do *apartheid*", pelos moradores. Uma rua adjacente à nova via é alargada e ambas são formatadas com os padrões da cidade formal: pista de rolamento asfaltada e calçadas estreitas, privilegiando o tráfego rápido de carros e tornando o espaço público pouco propício para a convivência cotidiana. (MILAGRES, 2016, p.72)

Com o discurso de melhoria de acessibilidade e integração do Morro das Pedras ao restante da cidade, o que não era uma demanda dos moradores, essa abertura viária fragmentou o território e resultou na remoção de dezenas de famílias.

Apesar de um discurso com propostas de melhoria urbana, o anúncio da necessidade de remoção de 109 famílias despertou nos moradores a desconfiança de que a proximidade com bairros nobres, comércio de luxo e fácil acesso a várias regiões da cidade haviam transformado a Vila das

Antenas em alvo de outros interesses, relacionados antes com a especulação imobiliária. (FONSECA; GUIMARÃES, 2016, p. 132)

Segundo artigo de Guimarães (2019, p. 167), moradora do Morro das Pedras e uma das fundadoras do grupo História em Construção, enquanto essa via de ligação foi executada, sem espaço para negociação, reais demandas da região não foram resolvidas:

Mas eu gostaria de ressaltar que se forem lá hoje visitar, aquilo que foi chamado de região de risco permanece sem nenhuma intervenção, e a região que já tinha toda a infraestrutura recebeu uma via que faz ligação entre as Avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo, resolvendo um problema de trânsito da cidade com dinheiro do PAC Urbanização de Assentamentos Precários.

Baltazar (2010) comenta que, diferentemente do caso do Aglomerado da Serra, onde ocorreram as primeiras intervenções do PGE, que serviriam de modelo, no caso do Morro das Pedras não houve cuidado com o processo participativo. A implantação da via começou a ser planejada sem discussão com a comunidade sobre os impactos e as remoções previstas, e as indenizações oferecidas não eram suficientes para que as famílias conseguissem se manter na comunidade. Guimarães (2019, p.159) relata que

Em 2009, sem que nada tivesse sido conversado com os moradores, várias casas foram marcadas com números gigantes pintados nas fachadas, com intuito de comunicar que seríamos removidos, que o progresso chegaria até nós. Que progresso era esse?

A Vila das Antenas, apesar de possuir poucos pontos de risco geológico e apresentar um baixo número de moradias precárias (CMP, 2001) foi uma das mais afetadas pelas intervenções do PVV, sobretudo aquelas pertinentes à obra de reestruturação viária²⁵, interessantes ao mercado imobiliário.

Houve, ainda, as remoções de moradores da área de servidão da linha de transmissão da Cemig²⁶. Apesar de o aglomerado ter passado pela regularização fundiária com o Profavela na década de 1980, essa questão não foi tocada pelo

²⁵ Foram realizadas 74 remoções para a abertura da via de ligação, segundo a Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção. Disponível em: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5eb30ad2282e7567ed76dc28/5da3bbec7e3d492add004144/servicos-do-portal+lei-de-acesso-a-informacao-lai>. Acesso em 26 mar. 2023. Ainda que a via tenha sido construída e muitas remoções realizadas para tal, é importante destacar que os moradores da Vila se organizaram e conseguiram interromper parcialmente o processo (MILAGRES, 2017).

²⁶ O Morro das Pedras é cortado pelas linhas Belo Horizonte/ Bonsucesso e Belo Horizonte/ Gutierrez. As áreas de servidão se referem às faixas de terra localizadas a 10 metros do eixo central de uma linha de transmissão (ou seja, 20 metros ao longo de toda a linha) e são áreas *non aedificandae*.

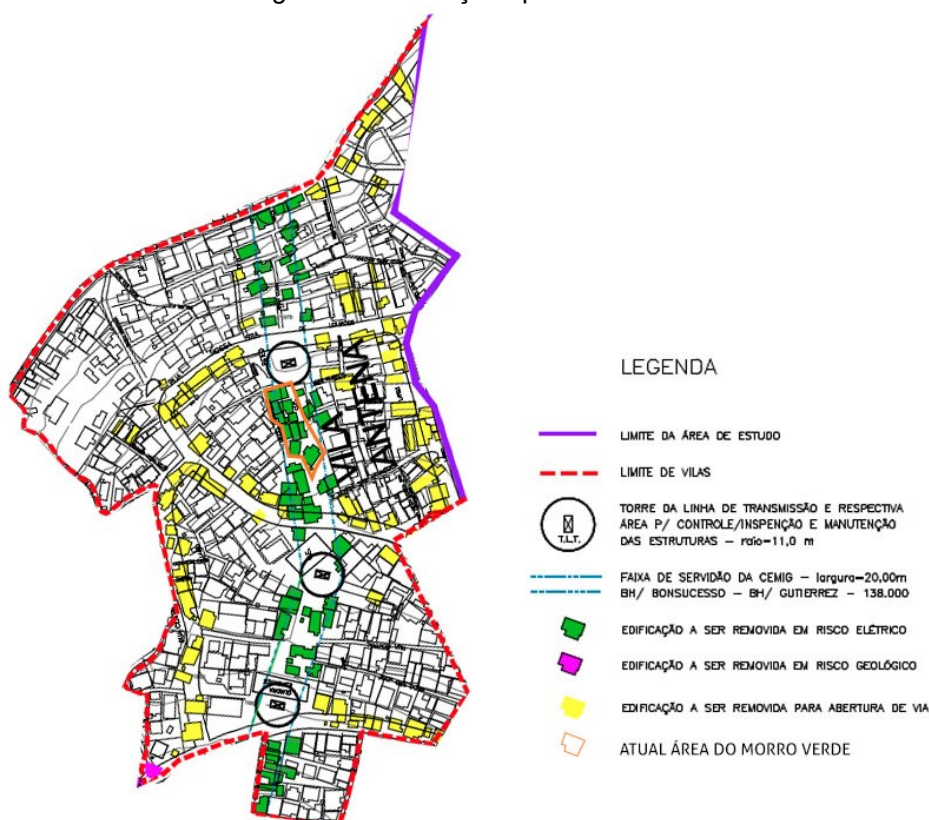
programa. Nos documentos de levantamento e diagnóstico, realizados pela Casa do Movimento Popular, percebe-se uma tentativa de deixar a questão em aberto ao não colocarem a remoção dos moradores como a única opção viável.

Talvez a situação mais complicada — porém aqui em função de uma questão de segurança e de ordem jurídico-fundiária — seja aquela referente à faixa ocupada pela faixa de servidão da CEMIG, conforme analisado no Diagnóstico dos Aspectos Jurídico Fundiários. É difícil quantificarmos, nesse momento, o impacto de uma remoção completa, se considerado o estrito termo da legislação pertinente. Por outro lado, tanto a postura da própria CEMIG como até mesmo as possibilidades de interpretação da lei, apontam a possibilidade de equacionar o problema num termo médio. Caberá à etapa de propostas encaminhar tais opções. (CMP, 2001, p. 8)

Porém, o documento relativo às propostas determina remoção total das famílias, devido ao risco elétrico, o que seria uma exigência dos organismos internacionais de financiamento (ver Figura 10).

Apesar da CEMIG ter sido permissiva, ao manter as famílias residindo sob as faixas de transmissão, esta conduta não encontra respaldo nos ditames legais, conforme já mencionado Artigo 5º, da Lei Federal de nº 6.766/79, pois trata-se de assentamento irregular sobre em área considerada “*non aedificandae*”. Além disso, os organismos internacionais de financiamento exigem o cumprimento dessa remoção de famílias sob as linhas de transmissão de energia elétrica, para a liberação de recursos necessários à realização da Política Municipal de Habitação em Belo Horizonte. (ORBIS; URBEL, 2004, p.81)

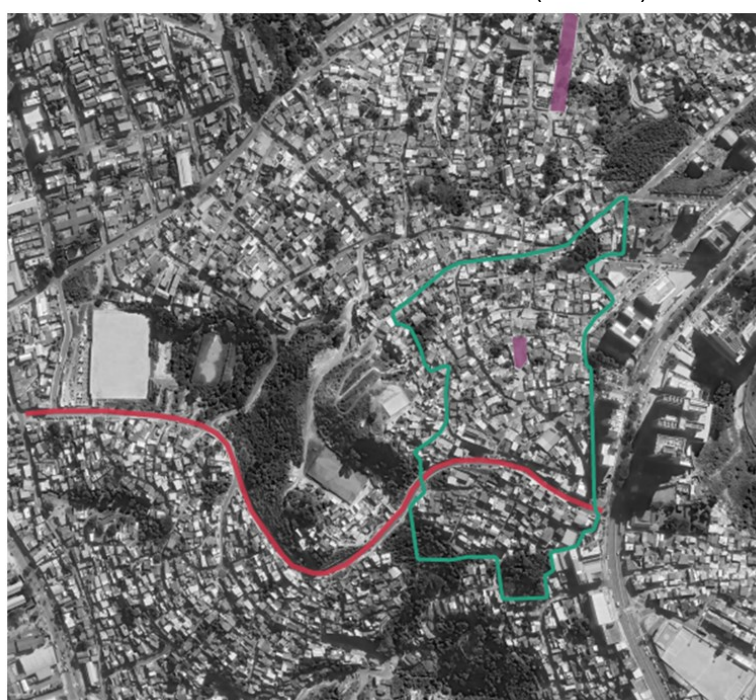
Figura 10 - Remoções previstas no PGE



Fonte: URBEL, Volume 1: Propostas, 2004. Modificado pela autora

Em todas as vilas do aglomerado, a área de servidão da linha de transmissão foi integralmente removida²⁷, exceto na Vila das Antenas, que passou por um processo de grande resistência por parte dos moradores (MILAGRES, 2016). Nessa vila, foram removidos apenas 26 domicílios na área de servidão e, então, houve uma interrupção das remoções e da urbanização “em virtude da paralisação unilateral dos repasses do recurso, por parte da CEMIG”, segundo a Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção²⁸. Por isso, não há uma faixa extensa contínua e linear desocupada na Vila das Antenas, mas apenas uma pequena faixa (ver Figura 11).

Figura 11 - Vila das Antenas após via de ligação concretizada (em vermelho) e as remoções da faixa de transmissão executadas (em roxo)



- Vila das Antenas
- Rua de ligação
- Área removida sob a linha de transmissão

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022. Ilustração. Elaborado pela autora a partir do programa.

²⁷ A área de lazer sob a linha de transmissão, prevista no PGE, não foi executada pelo PVV.

²⁸ Consultada por meio do portal da transparência. Disponível em: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5eb30ad2282e7567ed76dc28/5da3bbec7e3d492add004144/servicos-do-portal+lei-de-acesso-a-informacao-lai>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Disponível em: https://earth.google.com/web/@-19.94803197,-43.96210032,271.31902154a,0d,35y,2.9731h,0t,0r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR. Acesso em: 20 dez. 2022.

Apesar da pouca participação popular dentro dos aparatos institucionais que envolveram a urbanização do Morro das Pedras, o próprio processo de resistência dos moradores à forma como foi executado o PVV resultou em práticas auto-organizadas que podem contribuir para uma ampliação da discussão sobre o comum urbano, como será analisado adiante.

4.2 O GRUPO HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

O PVV resultou na remoção de dezenas de famílias para a execução das obras de urbanização. Como forma de resistência, moradores da Vila das Antenas se organizaram em movimentos populares para questionar as remoções e o insuficiente valor das indenizações. Em busca de fortalecer a comunidade no embate com o poder público, em 2009, o Conselho dos Moradores procura apoio técnico e inicia uma parceria com o grupo de pesquisa MOM, da Escola de Arquitetura da UFMG. Do diálogo entre os moradores, professores e alunos envolvidos surgiram ações de resgate e valorização da memória do local que deram origem ao Grupo História em Construção, em 2010. Segundo Guimarães (2019, p.164),

[...] é nesse contexto que aparece o História em Construção. Um grupo que começa a partir da mobilização de alguns jovens que viam na cultura a possibilidade de mobilização dos moradores, já que aquele momento tinha revelado que a discussão sobre a permanência da vila precisava passar pela discussão da valorização. As pessoas precisavam olhar para a vila sem vergonha, olhar para a favela e se dizer morador de favela com orgulho, identificando não a falta, mas tudo o que construímos como legítimo.

O seguinte depoimento evidencia a importância do História em Construção no contexto das remoções:

[...] estavam tirando as pessoas dali e quando a gente tira uma casa de um espaço a gente tira também a existência dessas pessoas desse espaço. E aí o História nasce desse viés, tipo assim: "nossa, vamo montar algo que nem o tempo nem nada vai tirar as histórias dessas pessoas?". Surgiu o História. Que aí ele vem desse viés dessa luta contra a desapropriação, ele vem com esse viés da luta por igualdade, ele vem com todo esse viés, tipo assim, da força da população em si, e aí ele vem com esse viés também de identidade... Identidade do território, de lembrança, de memórias. Identidade, memória e território, sabe? São os pilares que construíram o História. Essas memórias identitárias desse território. Porque, quando houve essa desapropriação, eles desapropriaram memórias, eles desapropriaram vidas, eles desapropriaram tudo isso. E aí, tipo assim, quem vai lembrar dessas pessoas? Quem vai correr atrás? E aí esse cargo ficou pro História... Fazer essa política das

lembranças. É isso. (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Mesmo após as remoções, o grupo História em Construção continuou atuando em diferentes frentes. Ações culturais passaram a se configurar como estratégia de mobilização dos moradores em momentos em que as reuniões para discutir as ações de enfrentamento ao PVV começam a se desmobilizar (FONSECA; GUIMARÃES, 2016). A abordagem cultural do grupo História em Construção, tratada com maior profundidade por Libânio (2017), se mostrou essencial no processo de criação de um senso de comunidade para mobilização na luta pelo direito à moradia e à cidade.

Em princípio, o foco das ações estava na preservação da memória local e na valorização das histórias de vida e saberes dos moradores da Vila das Antenas, como forma de resistência. O vídeo *Vou me acabar aqui*²⁹, de 2011, uma das primeiras produções do grupo, em parceria com o grupo MOM, por exemplo, é dedicado às conversas com moradores antigos que relatam seus modos de construção e de vida na época em que chegaram ao território.

A parceria com o grupo de pesquisa da UFMG se estende até 2012, quando os moradores decidem buscar um maior engajamento interno da comunidade, segundo entrevistas. Em 2013, o grupo se formaliza como associação, principalmente pela necessidade de captação de recursos, mas busca manter os processos de tomadas de decisão de forma descentralizada.

Nos primeiros anos de existência, as ações eram feitas na rua, já que o grupo ainda não havia conquistado uma sede. De acordo com as entrevistas, uma das primeiras atividades realizadas foi o Cine Parede, iniciado ainda em 2010, que transformou a quadra da comunidade em espaço de cinema. A iniciativa consistia na projeção de filmes na parede externa de uma casa e foi capaz de engajar muitos moradores, não só como espectadores, mas como participantes ativos na preparação e limpeza do local (FONSECA; GUIMARÃES, 2016). Frequentemente, a sessão de cinema era acompanhada de outras atividades, como leitura, grafite e música. Não apenas as frases de resistência grafitadas, mas as próprias ações de apropriação dos espaços afirmavam o pertencimento dos moradores àquele território, bem como sua responsabilidade sobre ele:

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xd6B2icYkgc>. Acesso em: 26 mar. 2023.

A rua foi nesse período de três anos do História em Construção um espaço privilegiado para a mobilização do coletivo de moradores. Se as reuniões de resistência às remoções cada vez mais se esvaziavam, os eventos de lazer possibilitavam as conversas sobre a vida das pessoas. Em um tempo de descanso, pausa de domingo à tarde, entre a rotina do trabalho durante a semana e as tarefas de casa, o Cine Parede, então, por sua vez, provocava os moradores a saírem de casa para outra forma de convivência e de conversas, enquanto acompanhavam histórias tão diversas das próprias vividas por eles. (FONSECA; GUIMARÃES, 2016, p.135)

Segundo entrevistas concedidas pelos membros à pesquisa, os moradores se organizavam colaborativamente, de maneira que um vizinho oferecia pipoca, outros ofereciam bebida, gás de cozinha ou óleo, ou contribuíam com a organização do evento. Diferente de uma sessão de cinema convencional, o Cine Parede se baseava nas trocas informais entre os vizinhos e contribuía para o fortalecimento do senso comunitário e de responsabilidade pelo território. Dessa forma, o espaço público se transformava, também, em espaço comum, por meio da apropriação coletiva dos moradores.

Em 2015, o grupo História em Construção ocupa uma edificação até então abandonada, da qual se conquista a concessão pela Urbel, em 2017. O Cine Parede passa a acontecer em um espaço público próximo da edificação, com os filmes projetados em sua fachada (ver Figura 12). Por meio da ocupação dessa edificação ociosa, o grupo faz valer a função social da propriedade e resgata seu valor de uso, dimensão essencial na construção de espaços comuns.

Figura 12 - Cine Pared



Fonte: História em construção. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiasomosnos/photos/pb.100064776666797.-2207520000./2351567035116021/?type=3>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Nesse espaço, com apoio de pesquisadores da Escola de Arquitetura da UFMG, inaugura-se a Oficina da Vizinhança, um espaço multiuso que abrigou um banco comunitário de ferramentas para autoconstrução (ver

Figura 13). Segundo informações disponibilizadas em entrevistas com colaboradores, a oficina funcionava de forma que os moradores poderiam doar ou pegar emprestadas as ferramentas, pagando para tanto um valor simbólico. A gestão do banco era sistematizada e controlada, e eram oferecidas pequenas instruções de uso das ferramentas. Portanto, começou a se formar uma economia que não era baseada apenas em relações monetárias, mas incluía relações de troca, noções de reciprocidade, processos DIY (*do it yourself*) e DIT (*do it together*).

Figura 13 - Oficina da Vizinhança



Fonte: História em construção. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/historiasomosnos/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 26 mar. 2023.

Pode-se dizer que a Oficina da Vizinhança é a primeira iniciativa dos moradores a abordar mais diretamente a questão da economia [...]. O funcionamento da Oficina e a sua manutenção dependem da atuação de novos atores e tem o potencial de criar uma estrutura de organização coletiva do espaço e de construir uma economia alternativa relacionada à prática da autoconstrução. Os moradores pagam cinco reais a cada empréstimo para contribuir na manutenção do espaço e das ferramentas. [...] Nesse sentido, quanto mais moradores participam, melhores são as condições de funcionamento do espaço. (MILAGRES, 2016, p. 86)

Essa iniciativa, no entanto, não durou por muito tempo, devido à falta de apropriação da ação por parte dos moradores. A dificuldade de criar um senso de corresponsabilidade na Oficina da Vizinhança ficou clara em entrevista:

É muito fácil você ir lá pegar e depois devolver — você não tem um cuidado... Então quando tem um pertencimento maior, quando você entende que aquilo também é seu, há toda uma questão de que “eu vou cuidar disso, eu vou tomar conta disso”. (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Além da oficina, o espaço passou a abrigar uma biblioteca comunitária, bem como oficinas e eventos culturais. Atualmente, há outras ações que abordam a questão da economia e que conseguiram um engajamento maior dos moradores, como o bazar. Nesse caso, os moradores doam peças para o História em Construção para que sejam vendidas a um preço baixo para a comunidade e, assim, sejam gerados recursos para a manutenção do espaço e das ações. O depoimento a seguir explica o funcionamento e a importância do bazar:

O bazar é mais ou menos dessa forma também. Eu vejo que a galera entra numa coletividade muito grande pra, tipo assim, "eu tenho uma peça que eu não uso, eu vou passar pra vocês e vocês vão vender pra alguém que tenha necessidade, e aí esse dinheiro vai girar pra casa", porque é basicamente isso: o dinheiro gira pra casa. Pra galera ter pertencimento a esse espaço, nós percebemos que o quê? Essa galera tem que entender que esse espaço tem um custo, que esse espaço tem isso, tem aquilo, porque se não, não há pertencimento! Mais essa questão de ver, se ver nesse espaço... Então, tipo assim, esse pertencimento ele é tão necessário que se a gente não introduz ele dessa forma, a galera não se vê ali, sabe? Foi a forma que nós achamos. (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Em 2016, o História em Construção inaugura também uma galeria de arte que possibilita a exposição de artistas locais e promove uma valorização da cultura local:

Mais recentemente, em 2016, o História em Construção inaugurou uma galeria de arte, o que é algo inédito dentro de uma vila. Para muitos dos moradores isso nem fazia sentido, até entrarem e reconhecerem que ali estão artistas vizinhos, expondo trabalhos que eles nem desconfiavam que aquelas pessoas pudessem fazer. Isso vira motivo de orgulho [...]. Os nossos encontros, que passam pela literatura, pela música, pelo cinema, têm sempre atentativa de fortalecer a identidade da favela. (GUIMARÃES, 2019, p. 166)

Em 2017, integrantes do História em Construção e outros moradores se engajam na implantação de uma horta comunitária, chamada Morro Verde, em terreno desapropriado sob a linha de transmissão da Cemig, referência da presente pesquisa (ver Figura 14).

O História em construção já tem esse viés cultural... Tem características de uma associação, mas não é uma associação de moradores, é uma associação coletiva, de artistas, moradores. Enfim, por que não algo que trabalha com discutir alimentação, soberania alimentar não estaria atrelado também já ao movimento que propaga a educação nesse território, nesse lugar assim, sabe? E aí por isso dele [O Morro Verde] ser um "tentáculo" do História em Construção, sabe? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Em princípio, o projeto recebeu esse impulso do História em Construção, mas, com o passar o do tempo, a associação voltou-se mais para outros projetos (ações artísticas e culturais), e a horta seguiu como um projeto independente. Sobre o desvínculo com o História em Construção, uma integrante explica:

A gente se desvinculou por conta que pra gente era muito difícil estar em dois projetos. O História demandava muito da gente. Então, quando a gente tem uma demanda muito grande só de uma coisa, já é difícil, e aí a gente tava e ainda tá tentando conciliar várias demandas pessoais com o História, que tá sendo muito difícil. E aí, assim, você entender até onde seu braço pode ir, as vezes é o mínimo pra gente começar a andar, sabe? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde).

Figura 14 - Horta Morro verde, Vila das Antenas



Fonte: Morro verde. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/morroverde.oficial/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Durante o período de pandemia da covid-19, que agravou questões socioeconômicas em todo o país, a associação História em Construção teve um papel importante para a articulação e distribuição de doações para moradores do aglomerado. Até o momento de encerramento das atividades de campo da pesquisa (em 2022), a associação promovia oficinas de grafitti, corte de cabelo e percussão, além de se configurar como uma casa artística e cultural que recebia exposições de artistas locais. O papel do História em Construção atualmente é aqui colocado por um de seus integrantes:

a gente entender que a gente cuidou dessas histórias, a gente vai continuar cuidando, mas agora a gente precisa cuidar do que sobrou, a gente tem que cuidar dos nossos, a gente tem que cuidar de uma parcela juvenil, sabe? Que é isso, o momento agora é cuidar dos nossos, dos nossos pequenos, dos que vão ali, que é um espaço aberto pra uso mesmo... É isso, não tem muito o que dizer... Porque é um espaço que tá ali pra todo mundo, é um espaço comum, sabe? (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

O Morro Verde nasceu, assim, de um contexto de luta e resistência em que já se cultivavam práticas de compartilhamento e cooperação, em ações articuladas pelo História em Construção.

4.3 A HORTA MORRO VERDE À LUZ DO COMUM URBANO

4.3.1 Início do Morro Verde (2017-2019)

O objetivo desta seção é explorar quais aspectos aproximam e afastam a horta Morro Verde (retratada na Figura 15) da noção de comum urbano, tendo como base sua existência entre os anos de 2017 e 2022. Para tanto, faremos uso dos conceitos apresentados e discutidos no marco conceitual, tendo como intento contribuir com o debate atual em torno da questão.

Figura 15 - Morro Verde, 2019



Fonte: Elísio Dardot. Youtube. Captura de Vídeo de Elísio Dardot. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z1fJo0IJ6y8>. Acesso em: 26 mar. 2026.

No processo de execução do PVV, iniciado em 2004, algumas áreas que passaram por remoções e demolições não receberam a devida limpeza pela PBH e foram deixadas com os entulhos das demolições, o que passou a representar diversos problemas para os moradores. Uma dessas áreas, na Vila das Antenas, desapropriada por estar na faixa de servidão da Cemig³⁰, passou a se configurar como

³⁰ Nas demais vilas do aglomerado, a área de servidão da linha de transmissão foi toda removida, porém, na Vila das Antenas, houve uma interrupção das remoções e da urbanização devido a uma paralisação do repasse dos recursos pela Cemig, o que justifica apenas um trecho da linha estar desocupado.

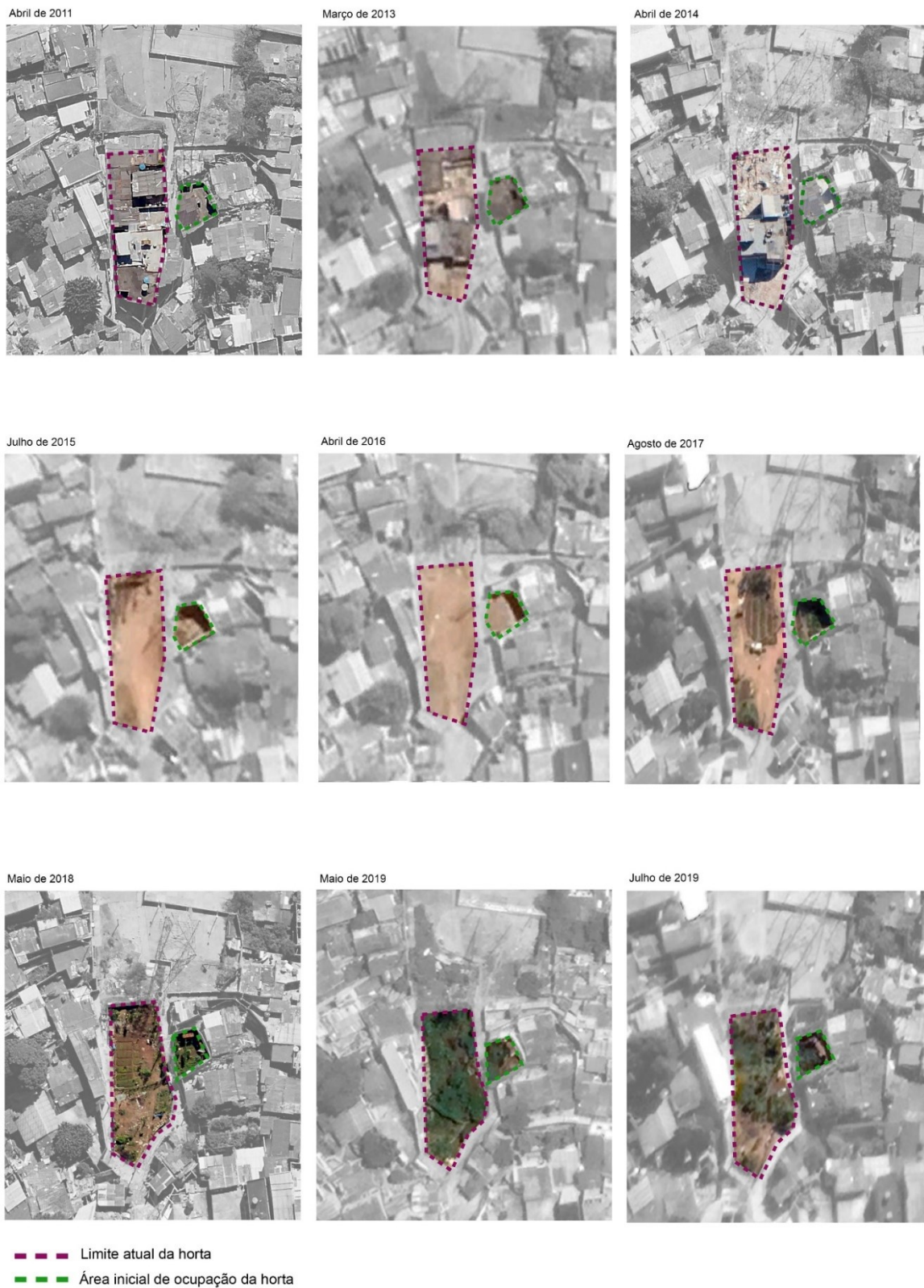
uma espécie de lixão, que atraía roedores e mosquitos e ameaçava a saúde dos moradores. Alguns entrevistados se referiram ao local como um “cenário de guerra”, devido aos entulhos, e como ponto perigoso, uma vez que passou a ser utilizado como ponto de tráfico de drogas.

O descaso do poder público com o território e a necessidade de solucionar os problemas relacionados ao lixo levaram um dos integrantes do História em Construção a mobilizar outros moradores e, coletivamente, implantar a horta Morro Verde, em 2017. Uma horta que já havia na casa de uma senhora moradora da Vila das Antenas serviu de inspiração para a iniciativa. Outra moradora, agricultora e vendedora de legumes e verduras, forneceu mudas, o que facilitou o início da ação, aproximadamente cinco anos após o início das demolições naquele local.

O grupo acionou a Urbel para a retirada dos entulhos pesados do local onde viria a ser a horta e seguiu com a preparação do solo e ocupação do espaço por meio do plantio. A horta, inicialmente, foi implantada em uma área outrora ocupada por uma casa. Posteriormente, a sua área foi ampliada e passou a incorporar o terreno à frente, que correspondia a cinco casas no período anterior às demolições. Porém, o Morro Verde “perdeu” o espaço inicial após uma pessoa se apropriar individualmente do terreno e o vender. Assim, a área da horta, atualmente, corresponde ao espaço ocupado no segundo momento (ver

Figura 16).

Figura 16 – Gênese e consolidação do Morro Verde



Fonte: Google earth, 2022. 9 ilustrações. Elaborado pela autora a partir do programa.
 Disponível em: https://earth.google.com/web/@-19.94803197,-43.96210032,271.31902154a,0d,35y,2.9731h,0t,0r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR. Acesso em: 20 dez. 2022.

A área ocupada pela horta Morro Verde, sendo parte da faixa de domínio da Cemig³¹ (ver Figura 17), é definida pelo planejamento urbano exclusivamente como espaço de infraestrutura. Contra essa monofuncionalidade e em resposta a um problema urbano, a comunidade inventivamente implanta o Morro Verde:

a [nome da moradora] faz uma provocação pra gente, falou assim ó: "que dia que 'cês' vão vim aqui fazer algo aqui?". Aí eu e [nome do morador] olhamos assim, sabe? Aí eu levei isso pra galera do História [em Construção], né? Que na época já tinha outras pessoas juntas, né? [...] E a galera super topou assim ... Só que aí ficou aquela coisa, né? Aí eu falei "ah, eu não vou aguentar esperar não, galera... Ô, [nome do morador], bora fazer esse trem, depois a gente vê o que que dá assim"... E ele topou, sabe? E aí começamos a limpar, cara. Tipo, começamos a limpar, não marcamos... Marcamos o espaço, mas marcamos de outra forma, assim... com presença, perguntando pra galera que que eles achariam de uma horta assim, que a gente fizesse uma horta ali. Aí nós vamos meio que intenso, assim. Aí no sábado já fizemos o primeiro mutirão, assim. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Figura 17 - Área atual do Morro Verde em relação à linha de transmissão da CEMIG



Fonte: BHMap, 2022. Elaborado pela autora a partir do site. Disponível em: <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=8&lat=7793967.66469&lon=608606.33139&baselayer=base>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Essa iniciativa dos moradores pode ser associada ao padrão “Adaptar e Renovar de forma Criativa”, de Bollier e Helfrich (2019). Os autores defendem que as

³¹ Por lei, as faixas de servidão referem-se às áreas a 10 metros do eixo central da linha de transmissão. Essas áreas não podem ter edificações, mas podem ser utilizadas como áreas de não permanência, com algumas restrições para evitar acidentes elétricos. São permitidas culturas de pequeno e médio porte, como é o caso de uma horta, com árvores frutíferas pequenas.

comunidades devem ser capazes de adaptar e renovar seus recursos de acordo com suas necessidades, de maneira criativa, adotando uma abordagem colaborativa e participativa. Essa ideia pode ser aplicada a recursos e espaços urbanos, como é o caso do Morro Verde: diante do problema do lixo, os moradores foram capazes de transformar o espaço e renovar seus recursos de forma criativa.

O espaço físico, de acordo com Katrini, é um elemento fundamental para estimular ou desestimular o surgimento de práticas de compartilhamento. “A mera disponibilidade de espaço físico pode desencadear o surgimento de práticas de compartilhamento, pois possui um significado cultural com o qual a comunidade se relaciona fortemente” (2018, p.442, tradução nossa). No caso do Morro Verde, a desocupação do terreno, bem como o descaso do poder público e o desejo de honrar a memória dos antigos moradores, estimularam o engajamento dos moradores em sua transformação. Se, anteriormente, o espaço afirmava o descaso com a população, após a ocupação com a horta, ele simboliza maior autonomia e liberdade, o que é evidenciado em entrevista:

Tinha uns espaços lá com essas características que eu te falei de guerra... Os barracos não tinham sido totalmente jogado ao chão assim... E eu acho, né, assim... que aquilo era uma maneira estranha de mandar uma mensagem pra gente, assim... deixando as casas daquela forma e tal. [...] Ocupando mesmo [com o Morro Verde] pra provocar também uma coisa como aquela imagem inicial talvez provocava na gente ali: aquelas casas quebradas, os tijolos no chão, aqueles resquícios, como se fosse uma guerra, assim, uma mensagem... (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

O comum urbano frequentemente é associado a áreas de baixo valor de troca (GINN; ASCENSÃO, 2018). Porém, no caso do Morro Verde, a horta localiza-se em uma área *non edificandi*: a faixa de servidão da Cemig, o que pode ter facilitado sua manutenção ao longo dos anos, mesmo com a pressão do capital imobiliário existente na região do Morro das Pedras.

Segundo a Subcontroladoria de Transparência e Prevenção à Corrupção, “houve uma avaliação - em vistoria com a CEMIG em 2018, que a horta não acarretaria problemas de saúde aos moradores, haja vista sua localização, era uma importante iniciativa de segurança alimentar e, também, seria um importante instrumento para coibir ocupações irregulares”³². Portanto, de um lado, o Morro Verde

³² Resposta recebida por meio do portal da transparência, em login pessoal na plataforma. Disponível em:

contesta a forma hegemônica de produção da cidade, mas, por outro, se mostra “funcional” para o planejamento, no sentido de coibir ocupações irregulares.

De toda forma, a ocupação do espaço vazio com a horta retoma a dimensão da cidade como obra coletiva e o direito de produzi-la de forma democrática. A importância da horta na ressignificação do espaço fica clara no seguinte depoimento:

a gente sabe como se dão os usos dos terrenos ociosos, né... Eles podem ser indevidamente utilizados, podem ser utilizados para deposição de lixões, enfim... E aí quando, por iniciativa inclusive espontânea e popular, assim, ele se torna um lugar de produção de alimentos agroecológicos, a gente vê a força que a comunidade e a sociedade civil têm de mudar o nosso olhar para a urbanização... Mudar a nossa relação com a cidade. (T. R12, representante da SUSAN, 2022)

Assim como Dardot e Laval (2017) apontam, a respeito da política do comum, o Morro Verde propõe uma reorganização social de modo que o direito de uso se torna o eixo da transformação social, e não o princípio da propriedade. Isso corresponde ao que Bollier e Helfrich (2019) definem como “relacionalizar a propriedade”, que seria um padrão da gestão entre pares. Os idealizadores da horta frisaram que o espaço não foi ocupado visando ao interesse individual e que as ações sempre têm o coletivo como norte: “Nós não fizemos assim, ‘ó, nós ocupamos inicialmente pra depois fazer algo particular’... Não, a coisa continuou coletiva ainda, né?” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

O Morro Verde nasce não fornecendo produtos para consumidores do mercado ou usuários externos à produção, e sim como um espaço coproduzido, baseado em relações de troca, compartilhamento e reciprocidade. O senso de colaboração permeou a implantação do Morro Verde e é retratado no seguinte depoimento:

E aí, assim, as montagens dos canteiros eram coletivas, os pensamentos de qual planta vai pra qual lugar era coletivo... ainda é coletivo. Toda essa questão é muito coletiva. Então, assim, o Morro Verde, ele nasceu de uma coisa mega coletiva dos espaços [...]. (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Portanto, é possível perceber a presença do padrão de “Fazer e Usar Juntos”, relativo à produção colaborativa para satisfazer necessidades compartilhadas, bem como o padrão “Apoiar o Cuidado e Descomodificar o Trabalho”, referente ao trabalho

não governado pela lógica do mercado, centrado nas pessoas e na cooperação, e não na competição (BOLLIER; HELFRICH, 2019).

Huron (2017) destaca a importância de se levar em conta a questão da temporalidade das experiências no campo do comum, que oscilam entre a espontaneidade efêmera e a permanência duradoura. No caso do Morro Verde, coexistem essas duas temporalidades: a horta existe há mais de cinco anos, o que revela algo de duradouro na experiência, porém, é marcada por ciclos de grande engajamento coletivo e de quase abandono.

Os anos iniciais da horta parecem ter sido os de maior engajamento da comunidade e alguns fatores foram essenciais para tal. A parceria, ou “vínculo” inicial com o História em Construção parece ter sido fundamental, pelo fato de a associação agregar pessoas já engajadas e mobilizadas em ações locais culturais, artísticas e educativas.

A frequente realização de ações e eventos culturais também parece ter sido importante para o engajamento e participação dos moradores. O Cine Parede (ver item 4.2), ação do História em Construção, por exemplo, teve algumas edições no espaço onde estava nascendo a ideia da horta (ver Figura 18) como forma de incentivar sua apropriação e agregar pessoas no movimento, como explicado no seguinte depoimento: “Que que a gente começou inicialmente? Passar filme só lá no espaço onde a gente ia fazer o Morro Verde. Então a gente direcionou coisas assim, e coordenou coisas, né” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

Figura 18 - Cine Pareda no Morro Verde, em 2017

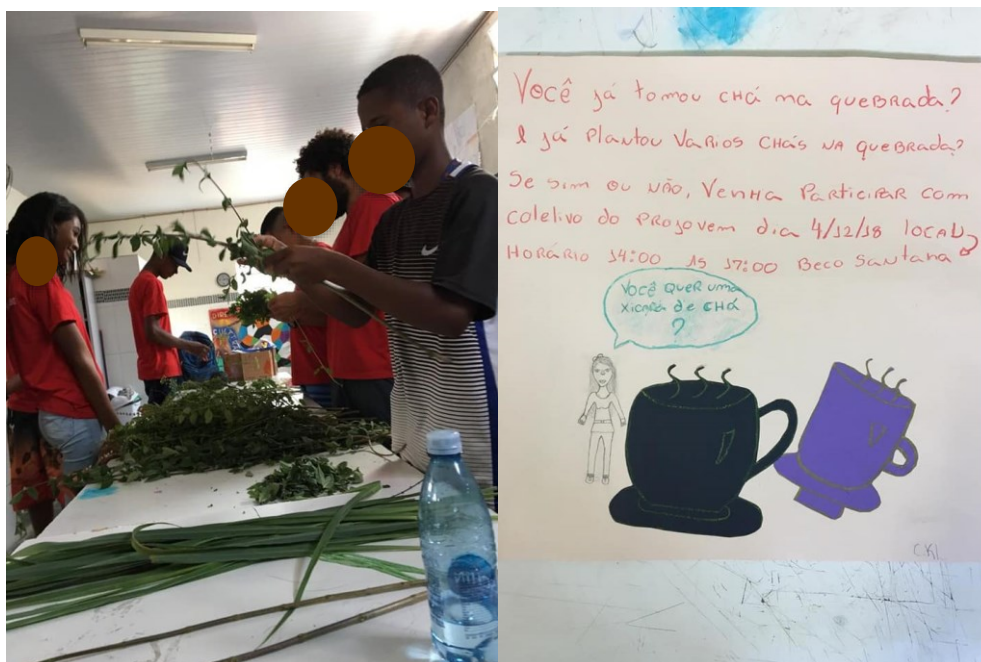


Fonte: Morro verde. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/morroverdevilantena/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Outro fator importante foi a presença do que foi nomeado nessa pesquisa de “pessoa-referência”, ou seja, que mobilizava outros moradores, articulava ações, parcerias e buscava visibilidade do Morro Verde — papel assumido por um dos idealizadores da horta. Sendo um educador social, essa “pessoa-referência” foi capaz de integrar projetos educativos e culturais do Morro das Pedras, o que contribuiu para que a horta fosse constantemente frequentada pela comunidade. Parcerias com a Sociedade Cruz de Malta, que oferece atividades culturais e artísticas e atende jovens de 15 a 18 anos do Projovem³³, e com organizações como a ONG É Tudo Nosso, um espaço cultural da Vila São Jorge, possibilitaram o desenvolvimento de ações junto a crianças e jovens e contribuíram para que o Morro Verde se configurasse também como um espaço educativo (ver Figura 19). Por fazer parte de grupos e redes de agroecologia da cidade, essa “pessoa-referência” também agregava pessoas e instituições que promoveram oficinas relacionadas a temas de interesse.

³³ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem integra a política de educação de jovens e adultos do Ministério da Educação. É um programa educacional voltado para jovens que não finalizaram o ensino fundamental e têm o objetivo de promover educação, formação cidadã e qualificação profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/projovem>. Acesso em: 23 mai. 2023.

Figura 19 - Realização da ação Chá na Quebrada, parceria entre Morro Verde e Projovem, em 2019



Fonte: Morro verde. Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/morroverdevilantena/photos/pcb.1141885499325670/1141885379325682/>. Acesso em: 26 mar. de 2023.

Em 2017, foi firmada uma parceria com a Cozinha Comum Itinerante que também fortaleceu a horta. Tratava-se de um projeto independente de Thiago Flores, Ceci Nery e Paula Lobato, até então, estudantes de arquitetura da UFMG, cuja proposta era promover encontros para se cozinhar coletivamente, trocar mudas e receitas como forma de ocupação de espaços públicos.

A história do projeto começa em 2013, quando os estudantes ocupam um espaço do prédio da escola de arquitetura e inauguram a Cozinha Comum, estimulados pelos preços altos do bairro e pela pouca diversidade de produtos vendidos. A partir da Cozinha Comum, foram realizados eventos, oficinas e encontros diversos em torno do tema da alimentação e do cozinhar como ato coletivo.

Das interações com a vizinhança da Escola de Arquitetura, emerge a possibilidade de circulação com a cozinha por outros espaços da cidade. A partir da aprovação no edital Rumos Itaú Cultural, torna-se viável a construção da Cozinha Comum Itinerante, em 2016, detalhada a seguir:

[...] construímos duas estruturas móveis que, juntas, formam uma cozinha-dispositivo para uso compartilhado entre o coletivo e os parceiros de cada território, atuando prioritariamente em três eixos: ativação de espaço público, atualização de memórias culinárias e registro/circulação de saberes culinários das diversas pessoas que habitam a cidade. (NERY; LOBATO, 2019, n.p.)

O primeiro espaço em que funcionou a Cozinha Comum Itinerante foi a praça da Escola de Arquitetura, no contexto de ocupação dos estudantes³⁴ contra a PEC 241, conhecida como a “PEC do teto de gastos”, do governo Temer, em 2016. Essa foi uma forma de experimentar a plataforma da cozinha que criou uma interlocução entre o movimento da ocupação na praça e a cidade.

Em 2017, em articulação com o Projovem, a Cozinha Comum Itinerante foi levada à Vila das Antenas (ver Figura 20). Além de ser utilizada em oficinas semanais junto ao serviço socioeducativo, também facilitou a construção de relações com famílias tradicionais do Morro das Pedras que cultivavam costumes culinários. Por fim, a Cozinha Comum Itinerante também foi utilizada em ações protagonizadas pelos moradores, promovendo a ocupação das ruas por meio das trocas culinárias, como em edições do Cine Parede (ver Figura 21).

Figura 20 - Cozinha Comum Itinerante em atividade no Beco dos Canutos, na Vila das Antenas



Fonte: Foto do arquivo pessoal de Paula Lobato, 2017

A estrutura ficou estacionada em frente à Associação História em Construção

³⁴ O movimento de ocupação das escolas e universidades contra a PEC 241 é mais um exemplo de um movimento que não separa o ideal democrático ao qual está alinhado e a forma institucional adotada por ele: as ocupações foram marcadas por um alto grau de auto-organização dos estudantes, no que diz respeito à gestão das atividades diárias.

e circulou pela região, criando uma interlocução com a vizinhança, especialmente com os quintais dos moradores, para viabilizar a preparação de refeições na rua (ver Figura 22). A rua se tornava um espaço de convivência, em que os vizinhos e estudantes compartilhavam histórias, faziam um chá com erva colhida na hora, discutiam sobre hábitos alimentares, memórias afetivas relacionadas à cozinha, reaproveitamento de alimentos, ervas medicinais e afins. A experiência da Cozinha Itinerante no Morro Verde foi também relatada em entrevista:

E aí foi muito legal que tinha uns meninos lá na Arquitetura, né, umas meninas e meninos que tinham um carrinho que era muito doido, um trombolho de carrinho assim. E aí ela ficou um tempo com a gente, sabe? Lá no morro, assim. Então foi doido que, inicialmente, no início do Morro Verde, assim, a gente fazia coisas lá pro carrinho próximo do Morro Verde, assim, sabe? Já trocando essa ideia de cozinhar lá. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Figura 21 - Cozinha Comum Itinerante em edição do Cine Parede



Fonte: Foto do arquivo pessoal de Paula Lobato, 2017

Com relação ao Morro Verde, a Cozinha Comum Itinerante desempenhou um papel importante por potencializar os primeiros mutirões de preparação de canteiros e plantio na horta. A cozinha foi levada para o local e possibilitava a preparação de refeições, feitas a partir de insumos da própria horta e dos quintais vizinhos, para

alimentar os participantes engajados no processo.

Figura 22 - Localização do Morro Verde em relação ao História em Construção, à Cozinha Itinerante, o Cine Parede e à torre de energia



Fonte: BHmap, 2022. Elaborado pela autora a partir do site. Disponível em:

<http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=9&lat=7793919.88417&lon=608581.98615&baselayer=base>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Durante o período sob responsabilidade do História em Construção, coletivo cultural formado em 2008 e que hoje possui um espaço físico na Vila da Antena, a cozinha foi utilizada no preparo de alimentos dos primeiros mutirões de plantio para uma horta comunitária que construam (o Morro Verde); na exibição de filmes no “Cine-Parede”; como espaço para troca de mudas e saberes em um evento no dia das mães; e também apropriada por articuladores de festas da comunidade, que observaram nela o potencial agregador. Em um dos eventos, foi observado como o cheiro da comida, subindo pela vizinhança, atraiu pessoas para a rua e para as outras atividades realizadas. (NERY; LOBATO, 2019, n.p.)

A parceria com a Cozinha Comum Itinerante pode ser associada à Utilização de Ferramentas Conviviais, um dos padrões da provisão por meio do fazer-comum entre os elencados por Bollier e Helfrich (2019). As ferramentas conviviais seriam aquelas que promovem a cocriação e a colaboração e, portanto, se voltam à autonomia dos “usuários”, que se tornam também coprodutores.

Quando a Cozinha Comum Itinerante finaliza o projeto de oficinas com o Projovem, previsto para um período de aproximadamente 3 meses, ela é levada pelos proponentes para circular em outras regiões da cidade. Integrantes do História em Construção solicitaram aos proponentes que ela ficasse na sede da associação, enquanto não estivesse sendo utilizada para outros fins, para que pudesse continuar

circulando e potencializando eventos e encontros, o que demonstra uma apropriação do dispositivo por parte dos moradores. Devido à rotina de cada um e, posteriormente, à pandemia, essa proposta não foi adiante.

A Cozinha Comum Itinerante, por ser um projeto aprovado em edital, também inspirou os integrantes da Associação História em Construção a escreverem para o edital da Brazil Foundation, em 2018. Segundo narrado em entrevista, um dos estudantes organizou encontros de escrita coletiva e compartilhou os seus conhecimentos na área de escrita de projetos. Com esse apoio, a Associação História em Construção teve o projeto aprovado, o que mobilizou recursos para realização de ações na sede da associação e no Morro Verde (

Figura 23). Na horta, foram realizadas oficinas de compostagem, mapeamento de quintais produtivos na Vila das Antenas ou propícios para hortas, distribuição de materiais de plantio e de compostagem, além de mutirões para colocação da cerca na horta.

A gente tinha um mutirão toda sexta e sábado [...] começava na sexta, a gente se movimentava... No sábado a gente já começava e no domingo a gente encerrava... Era assim que a gente funcionava... (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Nesse período, que se estendeu por aproximadamente seis meses, os moradores do Morro que ofereciam oficinas no Morro Verde e trabalhavam em outras áreas do História em Construção foram remunerados para tal. Essa experiência foi descrita no seguinte depoimento:

Trampar no História [em Construção] com o Brazil Foundation acho que foi uma das experiências mais incríveis, sabe? A gente viu que o nosso sonho, ele poderia se tornar algo muito maior e aí tipo assim... a gente pode fazer as pessoas terem o vislumbre do que é gostar de uma coisa, fazer a coisa por gostar, e receber por isso... porque teve as pessoas que receberam... a gente teve uma grande inserção de participantes. (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Figura 23 - *Ecobags* do Morro Verde criadas em oficinas de costura



Fonte: Morro verde. Facebook. Disponível em:
<https://www.facebook.com/morroverdevilantena/photos/a.736830893164468/794761524038071/>.
Acesso em: 23 mar. 2023.

Após a finalização desse edital, ainda em 2018, o História em Construção participou de uma grande campanha de crowdfunding (financiamento coletivo), a campanha Abrace o Brasil, promovida pela BrazilFoundation (ver

Figura 24). A BrazilFoundation apresentou diversos projetos de cunho social, divulgou e arrecadou as doações, realizadas por meio de plataforma digital, destinadas à criação ou manutenção das iniciativas. No caso do História em Construção, o recurso arrecadado foi destinado à manutenção de diferentes projetos, incluindo o Morro Verde. O crowdfunding pode ser um exemplo de prática relativa à provisão financeira comum, apresentada por Bollier e Helfrich (2019), pois escapa à lógica do lucro e incentiva a colaboração.

Figura 24 - Divulgação da campanha de financiamento coletivo Abrace o Brasil



Fonte: História em construção. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiasomosnos/posts/pfbid0u4E5Bt7SxMeUy3CDtyvA5NWxYB9KV1ULFbzEbF165ThhD4YjmGSi7DpciJjeyWLvl>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Após essa campanha, o Morro Verde não contou com financiamento, o que é um grande desafio, de acordo com os integrantes. Essa dificuldade vai ao encontro da afirmação de Bollier (2016) sobre o suporte financeiro do comum ainda ser um desafio não resolvido.

No mesmo ano da participação do edital e da campanha de financiamento coletivo, em 2018, o Morro Verde também estabeleceu uma parceria com a Fábrica de Hortas, um empreendimento social, voltado para a agroecologia, que passou a fornecer sementes, e com empreendimentos locais, como a lanchonete Mix Lanches e o restaurante Cozinha da Ita, que compraram insumos da horta algumas vezes, o que demonstrou uma certa visibilidade da horta no Morro das Pedras. As parcerias com o restaurante e a lanchonete se sustentaram por poucos meses, por causa da falta de logística da produção, que precisaria se dar em maior escala e ser melhor organizada.

Em 2019, outra estudante de arquitetura firma uma parceria com o ProJovem, por meio do projeto Hora do Lanche, que também contribuiu para a apropriação do Morro Verde por adolescentes moradores do Morro das Pedras. A proposta foi criar uma cozinha experimental, saudável e vegetariana com os jovens de 15 a 17 anos do programa socioeducativo. Dentre outras oficinas, foram realizadas oficinas sensoriais no Morro Verde em que os participantes puderam perceber o espaço, as plantas e a terra por meio dos diferentes sentidos. Além da ONG É Tudo Nosso, que emprestava a cozinha para a preparação de alimentos nas oficinas, relações de vizinhança marcadas pela solidariedade foram importantes nesse processo, segundo a proponente do projeto, que se recorda de uma senhora oferecendo frutas para os participantes e emprestando o fogão de sua casa para a preparação dos alimentos.

A PBH também pode ser considerada uma parceira do Morro Verde. Em 2019, a horta foi cadastrada como uma Unidade Produtiva Coletiva e Comunitária³⁵ pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Susan), que fomenta a agroecologia e agricultura urbana.

Para a implantação da Unidade Produtiva, a Susan trabalha, fundamentalmente, em três frentes: uma social, de apoio à organização e consolidação do grupo; uma formativa, que promove oficinas sobre temas voltados à agroecologia, e uma de fomento, que fornece insumos. Essas frentes são detalhadas no depoimento de representante da Susan:

Bom, a Susan... A gente trabalha basicamente em 3 frentes, né... Uma é a frente social, que é a frente de apoiar a organização social desse coletivo, entendendo que ele é a parte mais importante da iniciativa, né. Pra uma Unidade Coletiva ser de fato comunitária, o coletivo precisa ser sólido, então uma das frentes de trabalho é fazer essas reuniões de forma que o coletivo se consolide cada vez mais, então a gente faz reuniões, a gente escreve junto o regimento [...]. Uma frente de trabalho que é a frente formativa, né, então durante o processo de implantação a gente faz uma série de oficinas de formação sobre solo, sobre plantio, sobre águas, sobre agricultura urbana, sobre agroflorestas, e sobre, também, as demandas daquele grupo, então a

³⁵ “Unidades Produtivas são espaços de cultivo que têm o objetivo de promover a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e o desenvolvimento local sustentável, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população e para potencializar a coletividade nas comunidades. A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), incentiva e apoia a implantação e manutenção de unidades produtivas de agricultura urbana, fornecendo capacitação técnica e insumos. Além disso, busca transformar áreas ociosas em unidades de produção agroecológica. Anualmente, a SUSAN oferece apoio à implantação de novas Unidades Produtivas por meio de credenciamento, quando grupos interessados podem se habilitar para a seleção”. (PBH, 2022. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>.

Acesso em: 4 ago. 2022)

gente vai fazendo oficinas ali pra ir implantando. E uma terceira [de trabalho] que é a do fomento, que é a doação dos insumos, então a gente doa os insumos quando necessário, para cercamento, a gente doa ferramentas, a gente doa mudas de hortaliças, frutíferas e medicinais conforme demanda [...]. (T. R12, representante da Susan, 2022)

Contudo, o caso do Morro Verde foi um pouco diferente. A demanda de apoio chegou à Susan em 2018, quando a horta já estava implantada e com um grupo organizado. Então a horta foi cadastrada como Unidade Produtiva em 2019 e o apoio se deu, basicamente, pelo fornecimento de insumos conforme demanda, incentivos à participação de eventos e mediações de eventuais conflitos. Há, ainda, uma pequena tentativa de intercâmbio entre as unidades, porém, sem conseguir ainda criar uma rede de fortalecimento mútuo consistente. De acordo com representante da Susan,

Existe uma tentativa de troca entre as hortas. Como parte do fomento, a gente entendendo, né, a necessidade da formação, a gente utiliza também, entendendo que isso faz parte da formação agroecológica, os intercâmbios... Então a gente sempre tenta levar um [participante de uma unidade produtiva] pra outra [unidade produtiva], pra ver como é que é e conectar eles... Levar pro mesmo encontro... A gente tem uma série de limitações pra fazer isso, mas a gente sempre tenta, da maneira que pode incentivar para que esses encontros aconteçam. (T. R12, representante da Susan, 2022)

Com relação a esse apoio, é importante salientar que o comum urbano, apesar de se referir àquilo que está além da lógica do mercado ou do Estado, possui fronteiras porosas: os comuns urbanos não estão isolados e se conectam com outros tipos de processos não comuns, direta ou indiretamente (BOLLIER, 2014). O comum conta com processos heterárquicos, ou seja, que combinam diferente tipos de regras, estruturas organizacionais e tipos de governança, que incluem dinâmicas *bottom-up*, *peer-to-peer* e *top-down* (BOLLIER; HELFRICH, 2019). Confiar na heterarquia seria um dos padrões da gestão entre pares para Bollier e Helfrich (2019).

[...] Praticamente todos os bens comuns são híbridos que dependem, em alguma medida, do Estado ou do Mercado. O ponto importante, portanto, é garantir que os bens comuns possam ter o máximo de autonomia e integridade de propósito possível. Se os bens comuns devem interagir com os mercados, eles devem ser capazes de resistir ao cercamento, ao consumismo, ao desejo de acumulação de capital e a outras patologias familiares do capitalismo. (BOLLIER, 2014, p. 201, tradução nossa)

Os fatores que possibilitam as práticas da cultura do compartilhamento surgirem e se manterem podem ser organizações existentes, estruturas ou políticas que oferecem o suporte necessário para tal (KATRINI, 2018). A questão é entender como o comum pode se relacionar com esferas não comuns da vida sem ser capturado pelo capital (TONUCCI; CRUZ, 2019). Isso converge com um dos padrões

da gestão entre pares elencados por Bollier e Helfrich (2019), referente a criar membranas semipermeáveis que permitem uma abertura para se interagir com o mercado e o Estado, mas protegendo a autonomia do comum.

Felstead, Thwaites e Simpson (2019) alertam que, aplicando o conceito do comum no contexto urbano, percebe-se que muitas práticas *bottom-up* possuem diretrizes *top-down*. Por isso, para a manutenção do comum urbano, é fundamental manter os canais de comunicação abertos com atores externos, organizações e instituições, bem como possibilitar interações entre os âmbitos de funcionamento *bottom-up* e *top-down* (FELSTEAD; THWAITES; SIMPSON, 2019).

Essa parceria com a prefeitura, porém, não é algo claro para muitos moradores que não estão envolvidos diretamente na horta. Segundo entrevistados, algumas pessoas presumem que o grupo que trabalha no Morro Verde é contratado pela PBH para o trabalho na horta, o que dificulta o engajamento de novos atores. A tentativa de superar essa lacuna na comunicação ficou clara em alguns depoimentos, como o seguinte:

a gente teve que desconstruir coisas como, “ah, cês tão recebendo, cês trabalharam pra Prefeitura pra ficar aí”. Aí as pessoas, né?, estavam com essa, a princípio... A gente tinha que desconstruir isso: “ah, não, isso aqui é um processo voluntário, nós ocupamos por conta própria, ninguém vai ser dono não”... Acho que também tinha uma coisa de uma leitura antiga, né? As pessoas ocupavam e logo se tornava uma coisa particular, delas novamente. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

A parceria com pessoas físicas também fortaleceu a horta. Em 2019, o Morro Verde estabelece uma parceria com uma moradora de um bairro vizinho ao Morro das Pedras, para a implantação de uma aquaponia (ver

Figura 25), um sistema que integra a criação de peixes (ou outros seres vivos aquáticos) e o cultivo de hortaliças sem solo, com raízes submersas na água (hidroponia). Nesse sistema, a água, com os dejetos e resíduos dos peixes, passa por um filtro biológico e serve de irrigação para as plantas, que se beneficiam com os nutrientes, e, posteriormente, retorna para o tanque de peixes. Assim, esse sistema reduz o custo de produção e o consumo de água.

Figura 25 - Aquaponia Morro Verde



Foto: Júlia Passos. Acervo pessoal, 2022

Esse sistema foi o resultado do investimento pessoal dessa pessoa, uma estudiosa do sistema que buscava um lugar onde pudesse desenvolver um “projeto piloto”. A “pessoa-referência” do Morro Verde a convenceu de que a horta seria o local ideal para tal. O processo do estabelecimento dessa parceria foi explicado em entrevista:

A aquaponia lá existe e foi uma intervenção de fora, cê acredita? Eu conheci uma pessoa. Isso eu tô falando porque foi assim [...]. Ela... tinha um contato lá na no sul do país, assim, com uma galera lá que tem um sistema aquapônico “sinistro” assim... de produção de aquaponia... E ela queria fazer isso num lugar particular. Eu provo por A mais B pra ela que ela devia fazer lá no Morro verde. E aí ela topa, véi. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Contando com parceiros que doaram materiais, foi possível implantar o sistema. Um morador, que já tinha pesquisado e testado aquaponia em sua casa anteriormente, se envolveu muito no processo e aprimorou seus conhecimentos. Posteriormente, outro morador se engajou no processo e, atualmente, junto de sua família, é responsável pela manutenção da aquaponia, sendo remunerado pela idealizadora por meio da venda das hortaliças.

As hortaliças produzidas na aquaponia são doadas para moradores da região e há uma pequena venda realizada pela própria idealizadora entre os seus conhecidos, para arcar com os custos de manutenção do projeto. Parceiros como a Psicultura Igarapé, que doa alevinos, também possibilitam sua manutenção.

O intuito era que a tecnologia se espalhasse por todo o Morro das Pedras e que fosse implantada nas lajes pelos próprios moradores, para que pudessem consumir hortaliças e peixes, e até comercializar esses produtos. Porém, não houve um grande envolvimento da comunidade: apenas dois moradores, já envolvidos com o Morro Verde, implantaram o sistema em casa.

Percebe-se, portanto, a importância das parcerias para o fortalecimento da horta nos anos iniciais. Segundo Stavrides (2019), o comum se desenvolve por um processo aberto caracterizado por negociações ao longo do tempo entre forças internas e externas à comunidade, processo que o autor associa à ideia de transpor limiares/ “soleiras” (*thresholds*), o que, segundo ele, potencializaria o espaço.

Uma comunidade que tende à emancipação é uma comunidade que desenvolve uma forma específica de abertura: uma abertura regulada e interativa. Regulado porque nenhuma comunidade jamais terá certeza de que todas as forças externas são benignas e colaborativas. E interativo porque a abertura é na verdade um gesto em direção ao outro e ao exterior. (STAVRIDES, 2019, p.218, tradução nossa)

Nesse período inicial da horta, houve momentos, em processos educativos com as crianças, de definição coletiva de como funcionaria a distribuição dos recursos, o que indica uma busca democrática, como fica evidente no depoimento seguinte:

E aí teve a primeira distribuição. Foi, eu lembro bem, couve, alface, rúcula e almeirão, eu acho. E aí tinha lá um grupo... Tinha... Nesse não tinha muitas crianças... No máximo umas dez, umas oito [...]. E perguntamos assim, “galera, temos isso aqui”. Na época, acho que era uma cesta... Tava farta... E falamos assim pra eles: “Isso aqui é pra vocês”. E tinha lá no grupo, dentro dessas crianças todas, três ou quatro [que] eram irmãos ou primos, assim, [que] moravam no mesmo terreiro e era um grupo maior, assim. Aí perguntamos pros meninos assim: “como é que nós vamos resolver isso aqui?”. E foi muito doido, véi! Eu fico até emocionado que os meninos, com uma rapidez e tranquilidade, “eles falou” assim, “não... eles são mais, eles levam mais [...], eles são mais lá na casa deles, eles levam mais... Todo mundo aqui fez igual, mas eles são mais”. E a gente ficou super emocionado, sabe? Assim, eu e o [nome do integrante] olhamos pro outro assim e falamos assim, “vamos manter essa ideia desse espaço”. E nós mantemos... Aí as pessoas chegaram querendo que cada um tivesse seu canteiro, [e] nós falamos: “não... Se você quiser ficar todo dia, ligar a água de manhã, é isso, cê já tá fazendo algo por um todo, cê não precisa mexer só no seu canteiro”. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

A busca pela autogestão no Morro Verde se deu como um processo em elaboração, e não como a adoção de um modelo ou conjunto de regras a ser seguido. Diferente do espaço público e do privado, o espaço comum precisa ser entendido como um processual, o que significa que ele precisa de regras de uso que são desenvolvidas no processo de uso e habitação do espaço (STAVRIDES, 2019).

Nesse sentido, o comum jamais se apresenta na forma de um esquema universal pronto para ser usado, como uma fórmula de ação que possa ser transposta a todos os campos. Ao contrário, [...] é importante pensar o comum em relação ao seu próprio movimento de instituição. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 478)

Apesar da busca pela autogestão, segundo a percepção de alguns participantes, muitas pessoas da comunidade, já na fase inicial da horta, não entendiam o caráter coletivo da ação e adotavam um comportamento do tipo “carona”, tentando se beneficiar dos resultados sem assumir a responsabilidade do cuidado. Em razão de casos assim, havia o esforço de engajar mais moradores, seja no cultivo, na disponibilização de sementes e mudas ou na separação de resíduos orgânicos que eram recolhidos para a produção de adubo, a partir da compostagem, o que fica evidente no seguinte depoimento:

Antigamente quando eu estava aqui nós rebatia também [quando pessoas pediam para levar hortaliças] e falava: "você pode trazer uma, um pacotinho de semente pra nós continuar plantando"... Aí se transformava numa troca. (T. R4, integrante do Morro Verde, 2022)

Segundo Bollier (2014), à medida que as regras de uso e gestão do recurso se tornam arraigadas, elas passam a corresponder a uma espécie de “lei vernacular”, ou seja, baseada nos costumes. Porém, as regras de uso e de gestão do espaço do Morro Verde não chegaram a um ponto consistente. Não houve uma formulação coletiva de regras claras relativas às responsabilidades dos integrantes e à distribuição dos recursos, o que pode ter dificultado a manutenção do engajamento nos anos seguintes.

[...] nada leva a crer que um comum possa funcionar sem regras instituídas, que possa ser considerado um objeto natural, que “livre acesso” seja sinônimo de *laissez-faire* absoluto. O espontaneísmo não vale: a reciprocidade não é um dom inato, do mesmo modo que a democracia não é um dado humano eterno. É melhor que o comum seja pensado como a construção de um quadro regulamentar e de instituições democráticas que organizem a reciprocidade e evitem comportamentos tipo “carona” [...]. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 160)

Portanto, uma multiplicidade de eventos e fatores (a disponibilidade do espaço físico, a necessidade de resolver questões referentes ao lixo existente, a idealização da horta por uma moradora vizinha ao terreno, a existência do grupo História em Construção já mobilizado, a presença de uma pessoa-referência, o estabelecimento de parcerias e a realização de ações culturais) foram essenciais para o surgimento e fortalecimento do Morro Verde em sua fase inicial. Porém, essas relações

estabelecidas não tiveram força suficiente ao longo do tempo, o que pode ser atribuído à falta de regras claras de gestão e uso, e a horta passou por uma desmobilização e quase abandono.

4.3.2 Quase abandono (2019-2021)

O espaço, que ainda não tinha regras claras estabelecidas e ainda era restrito a um pequeno grupo de pessoas engajadas, começa a passar por um processo de desmobilização. Um dos entrevistados relata que houve um período em que apenas ele e outro morador estavam trabalhando no manejo da horta e que, quando ficaram quase um mês sem frequentar, o mato havia “tomado conta” do espaço. Esse período é relatado no seguinte depoimento:

Porque se não tiver isso [senso de pertencimento], a galera não se vê como complementar desses espaços. E aí a gente vê até uma depredação. Igual a horta [que] deu uma parada e, sem perceber, muitas coisas foram até depredadas e tal... Teve um ano aí... E aí teve que criar esse senso de pertencimento... (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Um dos fatores que contribuiu para a desmobilização na horta foi o afastamento da pessoa tida como referência, por questões pessoais. Esse afastamento parece ter sido importante para evidenciar a falta do senso de corresponsabilidade, já que o processo estava muito concentrado nessa pessoa. O depoimento a seguir evidencia esse processo:

A discussão de “comunitário” tem alguma coisa ali que parou o processo... pras pessoas entenderem que uma pessoa só faz a gestão disso. Então estava tudo errado, né? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Com relação à falta de engajamento comunitário, uma das entrevistadas afirma: “falta ter alguém encabeçando [...], aqui não tem nem líder comunitário” (T. R10, parceira do Morro Verde, 2022). A ausência dessa referência parece ter contribuído para o enfraquecimento das parcerias com projetos educativos e da participação das crianças e jovens no cuidado da horta, como mostrado neste trecho de entrevista: “Antes, as crianças vinham com o [nome da pessoa] e aí tinha um viés mais pedagógico mesmo, ele controlava os meninos... Agora eles vêm, corre pra lá, corre pra cá, pisa em tudo” (T. R3, integrante do Morro Verde, 2022).

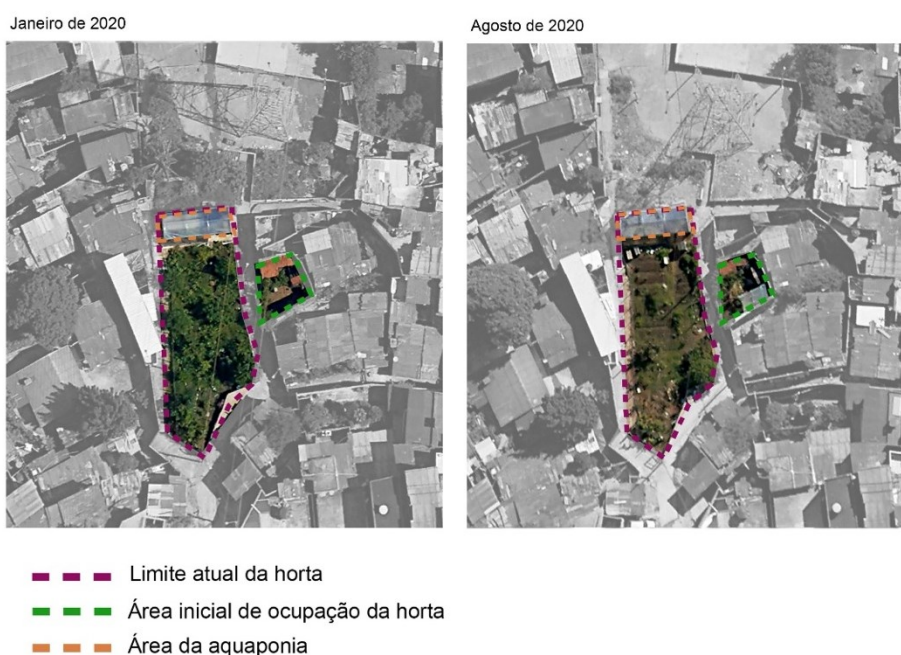
A parceria com empreendimentos locais também parece ter ficado prejudicada com a saída dessa “pessoa-referência”, como sugere a seguinte fala:

Foi em 2018, sim, eu cheguei a pegar um pouco antes também, né... de 2018... quando o [nome da pessoa] tava lá... Só que aí... que que pega? O [nome] saiu e aí ficou com o [outro nome], os meninos lá, né, aí eles não conseguiram muito dar continuidade... E... eu também. Como eu comecei a atender eventos corporativos, mais empresas, aí acabei, tipo assim, pegando aqui mesmo, no sacolão aqui perto de casa, entendeu? E o foco deles lá mais é o intuito social, né, então, assim... A ideia deles é mais [de] fortalecer a galera lá ao redor da horta lá, os moradores... Tem mais essa veia... Mas, com o tempo, bem... Tipo, largado mesmo, abandonado, até os meninos retomar de novo... conseguir recurso, pra por em ordem... Aí acabou que eu dei uma afastada... Eu tenho vontade demais de retomar de novo, porque a qualidade das folhas e tal é fantástica, mas tem que respeitar o ciclo, tem todo esse processo do plantio, dos meninos arrumarem as mudas, aí às vezes não supre as minhas necessidades, a minha demanda, aí eu preferi deixar um pouco de lado. Mas enquanto durou foi muito bom. Enquanto o [nome] tava lá, foi muito bom. (T. R11, parceiro do Morro Verde, morador do Morro das Pedras, 2022)

O Morro Verde também enfrentou outros obstáculos, que podem ter contribuído para a falta de mobilização: o terreno em que se iniciou a ocupação com a horta, em 2017, onde se localizava o galinheiro e um forno de barro (

Figura 26), foi apropriado individualmente por uma pessoa, que o vendeu. E os integrantes da horta cederam, para evitar maiores conflitos.

Figura 26 - Morro Verde em janeiro e agosto de 2020



Fonte: Google earth, 2022. 2 ilustrações. Elaborado pela autora a partir do programa. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-19.94803197,->

[43.96210032.271.31902154a.0d.35y.2.9731h.0t.0r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR](https://doi.org/10.96210032.271.31902154a.0d.35y.2.9731h.0t.0r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR). Acesso em: 20 dez. 2022.

A mutabilidade da vida urbana, abordada por alguns autores como um desafio e uma característica presente nos comuns urbanos (HURON, 2017; TONUCCI; CRUZ, 2019), pode ser verificada no caso do Morro Verde. Alguns membros do grupo atuante na horta se mudaram da Vila das Antenas para bairros distantes ou passaram a trabalhar em empregos que dificultavam a participação na horta, o que reduziu o número de pessoas envolvidas. O seguinte depoimento revela a “marca” deixada pelo trabalho coletivo junto a essas pessoas que precisaram sair do Morro das Pedras: “Tem um pouquinho de várias pessoas aqui dentro da horta... Um pouquinho de muita gente que hoje nem tá aqui, sabe?” (T. R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022). A pandemia de covid-19 também foi um fator relevante no processo de desmobilização das ações na horta, principalmente pela dificuldade de acesso a parceiros que forneciam insumos, como sugere a seguinte fala:

Uai, então, na pandemia a gente produziu quase nada, assim... Porque, assim... não tinha... A gente estava sem.... Muito pouco recurso e os parceiros, a prefeitura, outros espaços, a gente estava tendo muito pouco acesso, assim, né... Você precisa fazer esse movimento do insumo, do manejo do insumo... O insumo vinha da prefeitura, vinha das parcerias, vinha de doações da galera em torno, vinha de doações que a galera queria fazer também pro espaço, sabe? A gente não tinha uma fonte mantenedora, assim, sabe? A coisa era bem “na tora” mesmo, assim. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Uma moradora entrevistada, que já integrou o História em Construção, revelou que tentou se aproximar do Morro Verde nessa época em que a ação estava muito desmobilizada e não conseguiu se integrar. Ela se questionou se a horta estava pouco movimentada por falta de verba, por falta de apoio, por falta de parcerias ou se o grupo de participantes era “mais fechado nele mesmo”. Assim, revela-se a dificuldade de comunicação da ação dentro da vila, de modo a atrair atores internos. A entrevistada ainda comenta: “Se eles [atuantes no Morro Verde] tivessem uma visão melhor, aqui no morro tem muito lote vazio. Poderia colocar pessoas em cada ponto da favela” (T. R5, integrante do História em Construção, 2022). Porém, é evidente que o desejo de expansão expresso por muitos entrevistados é minado pela dificuldade de mobilização de novos atores e de comunicação no território. Segundo uma parceira da horta, moradora da região, “na rua de lá, o povo já não conhece [o Morro Verde]” (T. R10, parceira do Morro Verde, 2022).

Em 2019, foi proposto um diagnóstico e planejamento para solução de problemas por uma voluntária, militante pela agroecologia e agricultura familiar, que trabalha no Núcleo Campo e Cidade, da Associação Horizontes Agroecológicos³⁶. Junto à senhora idealizadora do Morro Verde, além de dois participantes mais ativos no cotidiano da horta e da pessoa que implantou a aquaponia, foram propostos uma frente de “resgate” dos objetivos iniciais do projeto e um diagnóstico³⁷ das dificuldades e potenciais da horta. Realizado o diagnóstico, foi feito um planejamento de possíveis ações resolutivas. Nesse processo foi levantado que

[...] o objetivo [da horta] é que fosse comunitária... Que houvesse a produção diversificada de alimentos, né, de hortaliças... Que fosse com proposta agroecológica, autossustentável, esse projeto... Com equipe responsável e capacitada — para essa equipe capacitada, nós iríamos fazer oficinas, um outro planejamento para capacitar, né?... Preparar para visitas [...] o público alvo para nós era muito importante [assim como] as escolas para visita [...] [e] nossos objetivos iniciais da horta era que tivesse um sistema de irrigação... (T. R9, parceira do Morro Verde, 2022)

Nesse diagnóstico, foram relatadas dificuldades de acesso a mudas, sementes e adubo, além de limitações de infraestrutura, como a formalização do sistema de água e energia e a fragilidade da cerca, frequentemente destruída. Além dessas questões, a maior dificuldade apontada foi a falta de pessoas envolvidas na horta. Assim, foi proposta a realização de indicações de pessoas que poderiam se interessar em contribuir com trabalho na horta, bem como visitas de porta em porta para fazer o convite. Porém, devido aos afazeres do cotidiano e outras prioridades, essas visitas não aconteceram. A voluntária e os moradores envolvidos nesse processo, então, chegaram à conclusão de que seria mais produtivo fazer uma reunião coletiva, com os possíveis interessados, em que apresentariam o projeto, o que também não ocorreu devido às fortes chuvas no início de 2022. Segundo a voluntária, “nós iríamos apresentar esse projeto para a comunidade, mas infelizmente deu essa catástrofe. Realmente lá morreram muitas pessoas, vários barracos caíram e o público estava muito consternado com essa situação” (T. R9, parceira do Morro Verde, 2022).

³⁶ A Associação Horizontes Agroecológicos é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2019, que atua na construção do Sistema Participativo de Garantia (SPG), um mecanismo legal de garantia de qualidade de produtos orgânicos e agroecológicos formado por produtores da Região Metropolitana e Colar Metropolitano de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.horizontesagroecologicos.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

³⁷ A autora não teve sucesso em obter uma cópia desse documento.

Neste processo também foi levantada a possibilidade de comercialização das hortaliças produzidas, como explicado em entrevista:

Estávamos pensando [em] começar a trabalhar a questão da comercialização... que nós chegamos a fazer assim, a montar cestas com sete, oito itens, aquele normal (couve, alface, cebolinha...) e chegamos a entregar. A [nome de parceira] inclusive arrumou essa cesta e ela mesma saía a distribuir por perto, [n]o comércio, para começar já a divulgar que nós estávamos com uma horta agroecológica, saudável, que não utilizava veneno... (T. R9, parceira do Morro Verde, 2022)

A voluntária reconhece que, desde o início do projeto, a proposta foi abastecer a própria comunidade por meio do plantio, mas acredita que seria possível que as pessoas envolvidas no cuidado diário tivessem acesso a uma parte para consumo da família e outra parte para a comercialização. Segundo ela,

Se se inserisse pessoas, as pessoas teriam direito, sim, uma vez por semana, [a] poder pegar... “Ah, eu tô precisando de cebolinha”... Para a semana, né? “Vou levar cebolinha”... Não vai levar tudo para consumo, ela vai levar uma parte para ela e outra parte para comercialização. (T. R9, parceira do Morro Verde, 2022)

Essa possível comercialização das hortaliças produzidas na horta não necessariamente descaracterizaria o comum. O grupo poderia seguir alinhado aos princípios da economia popular e solidária, em que as necessidades reprodutivas orientam a produção (DARDOT; LAVAL, 2017). Ou seja, é possível evitar que a monetização corra as relações sociais (BOLLIER, 2014).

A boa notícia é que está ficando mais fácil para muitas comunidades obter maior controle sobre a estrutura e o comportamento dos mercados. Por exemplo, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSAs) e os mercados de agricultores locais têm um grande interesse em suas comunidades. Essas relações sociais e a responsabilidade local dos mercados significam que uma comunidade pode atender a muitas necessidades enquanto evita a ética voraz do capitalismo global. Os mercados não precisam ser predatórios e socialmente corrosivos; eles podem se tornar socialmente integrados em uma comunidade e tornar-se responsivos localmente. (BOLLIER, 2014, p. 202, tradução nossa)

Sobre as regras de como o uso e a comercialização funcionariam, a entrevistada afirma que o Morro Verde não atingiu esse ponto de discussão. De toda forma, segundo a voluntária e os moradores, a comercialização nunca foi uma prioridade, e seria possível apenas com um engajamento de mais moradores no trabalho com a horta.

Esse processo de planejamento de possíveis ações foi interrompido, principalmente por causa das chuvas, e não foi retomado. Portanto, percebe-se que o

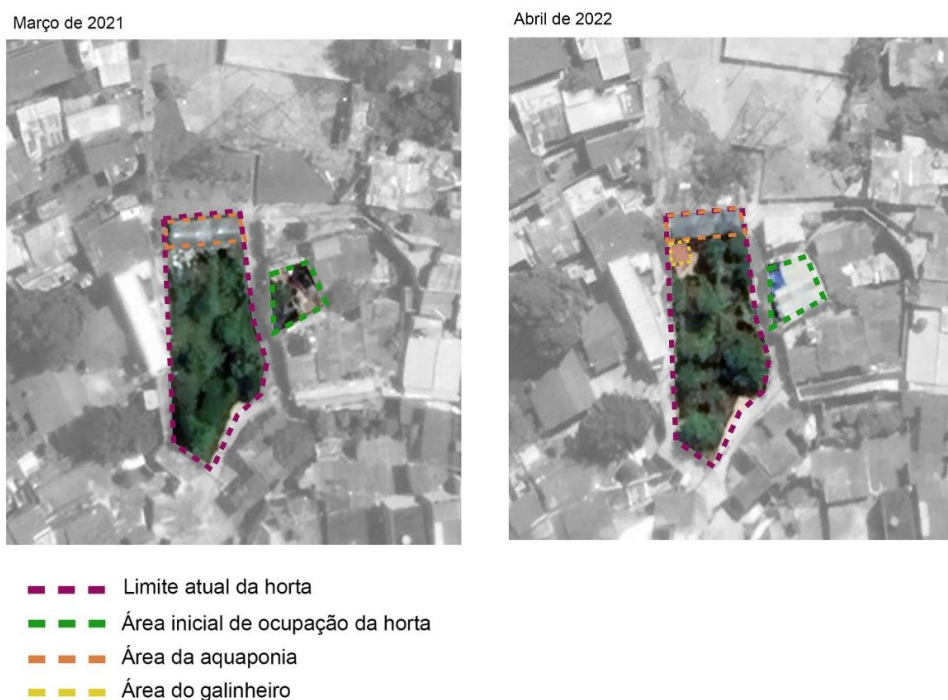
processo de desmobilização ocorreu por uma somatória de fatores. O “desvínculo” com o História em Construção, o envolvimento dos participantes da horta em outras prioridades, o afastamento da pessoa-referência, a mudança de participantes para outras localidades (afastamento geográfico), a perda de uma parte do espaço da horta apropriada individualmente, o encerramento de algumas parcerias e a pandemia de covid-19 contribuíram para uma fase de quase abandono da horta. Após a reivindicação e conquista do espaço como coletivo, a manutenção de sua gestão a médio prazo se mostrou um grande desafio.

4.3.3 Retomada? (2022)

Após o estado de “quase abandono”, entre o fim de 2021 e início de 2022³⁸, alguns moradores se organizaram para limpar o espaço e retomar a horta. Com a perda do terreno ocupado inicialmente (apropriado individualmente e vendido), onde os moradores mantinham um galinheiro, um forno de barro e um espaço de convivência, essas estruturas começaram a ser reconstruídas em um novo local, no início de 2022, em uma porção do terreno onde seria muito difícil plantar por ser a laje de uma das casas demolidas (ver Figura 27).

³⁸ Esse foi o período a partir do qual a pesquisadora começou a frequentar o local para a realização da pesquisa.

Figura 27 - Morro Verde em março de 2021 e abril de 2022



Fonte: Google earth, 2022. 2 ilustrações. Elaborado pela autora a partir do programa. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-19.94803197,-43.96210032,271.31902154a,0d,35y,2.9731h,0t,0r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR. Acesso em: 20 dez. 2022.

A cada visita de campo, o espaço do Morro Verde apresentou mudanças com relação à visita anterior. Além do espaço do galinheiro e do forno de barro, em processo de construção, foi observada a implantação de um viveiro de mudas, aprimorado ao longo do tempo, e a instalação de placas e pórticos. A organização espacial atual da horta pode ser observada na Figura 28.

Figura 28 - Organização espacial do Morro Verde em 2022



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Percebe-se que as demandas que surgem no cuidado cotidiano são solucionadas com o que se tem disponível à mão. Em uma das visitas, por exemplo, um dos integrantes chegou direto de um hortifruti com duas caixas de madeira, as quais ele desmontaria para fazer uma estrutura para algumas orquídeas. A evolução do galinheiro e do viveiro de mudas, ao longo dos meses de visitas de campo, pode ser observada na Figura 29.

Figura 29 - Evolução das estruturas do Morro Verde ao longo do ano de 2022



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Nas observações participantes, foi possível notar diferentes papéis desempenhados por diferentes moradores no espaço. Apesar de não frequentar diariamente, um morador, pedreiro, contribuiu com as estruturas construídas no espaço. Outro, por morar em frente, tem um papel de “ficar de olho”, ou “tomar conta”. Há também algumas senhoras que frequentam quase diariamente, levando ou pegando mudas e trocando saberes. Porém, o cuidado cotidiano tem se concentrado nas mãos de apenas uma pessoa, que tem assumido um papel de “gestor” da horta.

A intenção daqueles que iniciaram o movimento do Morro Verde é de que houvesse uma extensa apropriação e mobilização dos moradores no trabalho de cuidado com o local. Porém, atualmente, percebe-se uma frustração, por parte das poucas pessoas engajadas, com relação à falta de mobilização da comunidade em geral, o que grande parte dos entrevistados atribui à dificuldade geral das pessoas enxergarem benefícios para além de relações monetárias: “A gente tenta de tudo quanto é jeito trazer gente pra cá [...] [, mas] a principal pergunta que eles fazem [é]: ‘e eu vou ganhar quanto?’” (T. R6, integrante do Morro Verde, 2022).

É evidente que o fato de as pessoas precisarem trabalhar para terem seu sustento, sobretudo em um contexto de vulnerabilidade econômica, dificulta o engajamento no Morro Verde. O morador mais engajado atualmente tem um emprego noturno e se dedica ao cultivo no fim da manhã. Porém, geralmente, as pessoas trabalham durante o dia e têm muitos outros afazeres no restante do tempo, o que pode dificultar o envolvimento com a horta, inclusive por exigir uma disposição física para tal. A dificuldade de envolvimento em um trabalho que demanda uma postura ativa de todos os envolvidos e em que as trocas não são monetárias é retratada no seguinte depoimento:

É... A gente acredita muito nessa coisa, né? “Ah, deliberativa e tal”, mas ao mesmo tempo, velho, leva um “tempasso”, assim... Porque a gente tá acostumado a sair oito da manhã e ficar de oito às cinco num lugar que vai pagar pelo seu tempo ali [...]. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro verde, 2022)

As pessoas que contribuem com a horta, inclusive parceiros externos, sempre que precisam, levam hortaliças para casa, o que ficou claro em observação participante. Em ocasião na qual contribuiu com o plantio de hortaliças, por exemplo, a autora foi convidada a colher alguns pés que havia plantado.

Porém, foi observado que alguns moradores que não cuidam da horta também pedem ao integrante que se dedica ao cuidado diário para colher alguma hortaliça,

fruta ou verdura. Quando perguntado sobre as regras de quem poderia receber, esse integrante respondeu que “é só pedir, que ganha”, o que facilita comportamentos do tipo “carona”. Recentemente, ele estava tentando estabelecer apenas um dia da semana para os moradores se organizarem para ir até o Morro Verde e receberem as hortaliças, como forma de organizar melhor as colheitas, o que não resolve a questão da corresponsabilidade no cuidado.

Segundo Bollier e Helfrich (2019), o sucesso do comum pode ser atribuído à capacidade de desenvolver regras flexíveis, que evoluem ao longo do tempo, de supervisionar o uso e o acesso e de desenvolver formas de “sanções” para aqueles que não seguirem as regras, criadas coletivamente. O processo que envolve a gestão e o usufruto do Morro Verde continua sem regras claras e existe uma tensão entre o pequeno grupo engajado, especialmente o morador que cuida da horta todos os dias, e os moradores que entendem que “se é comunitário, é de todo mundo”, mas que não se corresponsabilizam pelo cuidado do cultivo e do espaço. A dificuldade de estabelecer as regras de forma coletiva foi comentada por um integrante:

A gente ficou imaginando como é que seria essa coisa coletiva mesmo, sabe? É muito doido, sabe? Eu acho que é um processo educativo, assim. Não é uma coisa que você joga e todo mundo pega e tipo “nó, fechou” e vamos comungar dessa ideia. Não... É... Acho que... Eu acho que é um trabalho de formiguinha mesmo. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

A questão referente ao baixo grau de participação e envolvimento no cuidado do espaço ficou ainda mais complicada quando a horta passou a ser trancada, em março de 2022. No início do Morro Verde, a ideia era manter o espaço aberto, o que não foi possível, em um primeiro momento, por causa da presença de animais, que destruíam os canteiros, segundo alguns entrevistados. Assim, a horta passou a ser cercada, mas com acesso livre. Porém, o espaço vinha sofrendo ataques de vandalismo (destruição da cerca e de estruturas da aquaponia, envenenamento dos peixes etc.), atribuídos a “adolescentes querendo fazer bagunça”, que podem ter ocorrido devido à falta de senso de pertencimento à iniciativa. Assim relata uma parceira do projeto:

[...] as pessoas invadiam, entravam a pegar — não vamos dizer roubar, porque as pessoas vão pegar coisa que alimenta, né? Então, entravam a qualquer hora, não respeitavam, rompiam a cerca, os arames... Então nós tínhamos pensado que nós iríamos ter que dar uma determinada estrutura para evitar essas invasões, né? (T.R9, parceira do Morro Verde, 2022)

Na tentativa de proteger o espaço, o integrante mais ativo no Morro Verde decidiu por colocar portas, com correntes e cadeados, de forma que apenas ele tivesse acesso à chave (ver

Figura 30). Essa iniciativa pode ser lida como um reflexo do chamado “urbanismo seguro obsessivo” (SOJA, 2000), baseado em espaços privados, condomínios fechados e espaços públicos vigiados sob a justificativa de segurança (SOJA, 2000).

Nas visitas mais recentes, integrantes do Morro Verde relataram que as tentativas de depredação haviam cessado e atribuíram a isso o fato de os adolescentes responsáveis pelos atos terem amadurecido e tomado consciência. De toda forma, o espaço segue sendo trancado e com o acesso restrito.

Essa situação afasta a horta do comum urbano, na medida em que, como sugere Stavrides (2019), a autonomia seria espacializada, ou seja, não cercada ou confinada em um "território livre". Por isso, o autor propõe olhar para as experiências no campo do comum urbano não como áreas livres e emancipadas, mas sim forças catalisadoras de experiências emancipatórias³⁹, as quais podem ter sido abaladas pelo trancamento da horta.

Figura 30 - Cadeados colocados no Morro Verde

³⁹ Ter em mente essa abertura também evita que se procurem modelos autoritários, observados em tantas propostas utópicas, como a dos socialistas do século XIX. Arquitetos e urbanistas, ao longo da história, se ocuparam de pensar outros mundos possíveis e muitas utopias estiveram relacionadas a ideais de cidade. Propostas altamente detalhadas, caracterizadas como "utopismos da forma espacial", por Harvey (2009), como os falanstérios de Charles Fourier, as cidades jardim de Ebenezer Howard ou a Ville Radieuse de Le Corbusier eram pensadas de tal forma que a estabilidade social seria garantida por formas espaciais rígidas, ou seja, funcionariam apenas com alto grau de controle. O totalitarismo era responsável por criar comunidades-enclaves, cercadas e vigiadas.



Fonte: Júlia Passos. Acervo pessoal, 2022

Apesar de os frutos da horta continuarem sendo compartilhados com outros moradores, não há uma distribuição de responsabilidades e de poder. A contradição aqui presente não está no fato de ser um lugar fechado, com chave. O fato de ser comum, por mais que se volte para o uso coletivo, não significa necessariamente que terá livre acesso. Harvey (2011) alerta que os espaços comuns podem ter acesso regulado ou restrito a um grupo de comuneiros. Segundo o autor, alguns tipos de fechamento podem ser importantes até mesmo para a preservação da biodiversidade ou cultura de determinados comuns. De toda forma, essas restrições não deveriam minar o caráter democrático, já que o comum procura maximizar o controle compartilhado e os benefícios.

No caso do Morro Verde, apenas uma pessoa tem acesso à chave, em uma tentativa de controle e de criação de um espaço pacífico onde não haja conflito, como se isso fosse possível em um espaço que se pretende coletivo e partilhado. Nesse caminho, a horta se afasta da noção do comum e pode se transformar em um projeto de doação de hortaliças, em que há voluntários que trabalham e as distribuem pela comunidade. O comum, diferente disso, não diz respeito a uma relação em que há voluntários e beneficiários, ou produtores e clientes, mas sim a uma reunião de coprodutores que estabelecem as regras coletivamente para si mesmos.

Na busca por emancipação, mais que distribuir recursos (no caso do Morro Verde, alimentos), seria preciso compartilhar e distribuir poder de decisão de forma igualitária (STAVRIDES, 2019). Essa distribuição de poder poderia aumentar o

engajamento dos moradores, já que a coparticipação na decisão é responsável por fazer surgir o sentimento de coobrigação em sua execução (DARDOT; LAVAL, 2017).

A tentativa de “controle” do espaço fica evidente também em outras situações, por exemplo, com relação às crianças. Com o afastamento da “pessoa-referência”, que também era educador social e desenvolvia ações educativas na horta, há uma dificuldade de lidar com as crianças por parte dos integrantes mais assíduos diante do receio de que elas “estraguem” o local, “pisem onde não devem” e “façam bagunça”. Assim, apesar de serem atraídas pelo espaço, com muitos pés de frutas, flores e insetos, elas acabam sendo repelidas do local em vez de serem convidadas a participar.

Há ainda conflitos com moradores que não apoiam a iniciativa da horta por acreditarem que ela “faça sujeira” e se incomodarem com o cheiro das galinhas. Esses conflitos têm grande influência nas configurações espaciais da horta. Em uma das visitas de campo, o morador que estava construindo o galinheiro revelou que o posicionamento das aberturas da construção, voltadas para o lado oposto da casa de uma moradora, foi proposital, na tentativa de amenizar os conflitos existentes. A preocupação nesse dia era finalizar o telhado, para que não ficasse nenhuma abertura possível de alguém entrar (ver Figura 31), o que também revela uma tentativa de criar um espaço “seguro” e “controlado”.

Figura 31 - Construção do novo galinheiro



Fonte: Júlia Passos. Acervo pessoal, 2022

Nesse processo de retomada do Morro Verde, as parcerias são tímidas e eventos culturais não tem acontecido. Em março de 2022, a lanchonete local Mix Lanches entrou em contato com o Morro Verde, com a intenção de retomar a compra de hortaliças, pela dificuldade de encontrar esses itens de qualidade no mercado por um preço acessível. Porém, a falta de logística com relação ao tempo e à quantidade de produção continua sendo um desafio, de modo que a parceria não foi viabilizada.

A Susan continua oferecendo apoio, porém, os integrantes reclamam do longo período de espera até as demandas serem atendidas e relatam que muitas vezes os insumos fornecidos não são apropriados para o cultivo, como o esterco de cavalo, que não é útil para adubar o solo. Este apoio, de toda forma, parece ser importante para a legitimação da horta. Recentemente, em julho de 2022, a Susan desempenhou o papel de mediação de um conflito com uma pessoa que reivindicava a posse de uma parte do terreno ocupada pela horta. Os integrantes do Morro Verde estavam apreensivos por já terem perdido uma parte do terreno anteriormente, mas a situação foi resolvida em diálogo entre a Susan, a pessoa em questão e os participantes da horta.

Portanto, com relação ao período recente, que se estende do início de 2022 ao final desse mesmo ano, quando foram encerradas as atividades de campo desta pesquisa, pode-se concluir que a disponibilidade e disposição de uma pessoa para o cuidado diário da horta, a rearticulação de alguns moradores, a manutenção de algumas parcerias, o afeto e o desejo de reafirmação do território por parte dos moradores possibilitaram uma retomada da horta.

4.3.4 Morro Verde enquanto comum urbano

A prática do fazer-comum no Morro Verde se mostrou, em determinados contextos, conflituosa e contraditória, marcada não apenas pelo senso de coletividade, mas também pelo individualismo, pela dificuldade de comunicação e de manutenção do engajamento ao longo dos anos. De toda forma, mesmo permeado por esses desafios, se assume como uma experimentação socioespacial que oferece importantes lições para o campo do comum urbano e pode oferecer aprendizados para outras iniciativas comprometidas com um projeto de cidade voltado ao bem-estar de seus habitantes, o que é de extrema importância para arquitetos-urbanistas.

O Morro Verde questiona a forma hegemônica de se fazer a cidade e propõe uma produção espacial mais democrática, a partir do protagonismo comunitário. O foco da ocupação está no uso coletivo do espaço para a produção de riquezas compartilhadas entre os moradores, possível por meio de redes de colaboração entre diferentes atores. Por isso, é possível discutir o projeto sob a perspectiva do comum urbano.

4.4 O POTENCIAL SINÉRGICO DA HORTA MORRO VERDE

Esta parte do trabalho explora o potencial sinérgico do comum urbano a partir de uma análise temática teórica dos depoimentos e anotações, feitos ao longo das observações participantes, guiada pela TDH (MAX-NEEF, 1991). Como será mostrado adiante, a análise temática indica que a horta comunitária Morro Verde, para além de satisfazer a necessidade de subsistência, por meio da produção de alimento, concomitantemente, estimula a satisfação das necessidades de proteção, afeição, ócio, criação, liberdade, entendimento, identidade e participação. O seguinte depoimento, da representante da Susan, anuncia um potencial sinérgico de práticas comunitárias de agricultura urbana:

Eu acho que o que a gente precisa ter na cidade é entender a potencialidade que tem a agricultura urbana como forma de garantia de segurança alimentar na cidade, né? E aí a gente gera os benefícios que são diretos, como a garantia, ou pelo menos a possibilidade, de acesso a alimento de qualidade, como terapia ocupacional, como esparecimento, como relações. Mudar sua relação com aquela comunidade, com aquele terreno... Mudar a cena social... É totalmente diferente você passar numa rua e ver um terreno vazio, ocioso, um lixão, e você ver uma produção... “Que isso? É uma produção!”. Tem alimento aqui, tem gente aqui... É incrível, potente, necessário, e eu espero que só cresça. (T. R12, representante da Susan, 2022)

4.4.1 Necessidade de subsistência

“E aí teve a primeira distribuição. Foi, eu lembro bem, couve, alface, rúcula e almeirão, eu acho”. (T.R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

De acordo com Max-Neef (1991), a necessidade de subsistência está relacionada a satisfatores como ter alimentação, moradia e trabalho, estar saudável físico e emocionalmente, descansar e interagir com ambientes sociais vivos. Verifica-se que a horta satisfaz essa necessidade por meio de formas colaborativas de provisão, que caracterizam o comum urbano. De acordo com uma parceira do projeto,

“desde o início era essa a proposta, né, a horta abastecer a comunidade” (T.R9, parceira do Morro Verde, 2022). Por meio do padrão “Fazer e Usar Juntos”, que se refere à cocriação e ao compartilhamento de recursos (BOLLIER; HELFRICH, 2019), os moradores satisfazem a necessidade de subsistência.

Em observação participante, foi possível notar diferentes moradores pedindo para colher alguma hortaliça, fruta ou verdura, o que sugere que o espaço tenha grande importância, no sentido de complementar a alimentação do dia a dia de alguns moradores de forma saudável. O grau de satisfação da necessidade de subsistência, todavia, variou ao longo dos anos, como sugere o seguinte depoimento:

Sobre a pandemia, assim... [...] a gente viveu “bem baixo”, assim. Acho que quase não... Não produziu quase nada. Era mais na aquaponia ali que os meninos estavam distribuindo as mudas que eram produzidas... Os peixes ali... Uma quantidade... Quando chegava num certo momento, eles estavam vendendo pra comprar mais mudas e sementes. E foi nesse movimento assim, mas estavam muito, muito pouco, assim... parado, sabe? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Algumas moradoras, sobretudo mulheres idosas, por possuírem horta em casa, usufruem do Morro Verde trocando mudas: “eu planto na minha casa, então eu pego aqui mais muda... Eu gosto de pegar muda... e trazer também” (T.R3, integrante do Morro Verde, 2022). Portanto, a horta também facilita a manutenção de formas de cultivo em casa, por meio do padrão referente à “Prática da Reciprocidade Gentil” (BOLLIER; HELFRICH, 2019), em que há relações de troca, sem grande preocupação com a equivalência de valor, como nas relações mercantis.

Há, no entanto, moradores que não participam, não se corresponsabilizam pelo cuidado da horta e apenas colhem os resultados. Um dos integrantes afirma: “A galera não ‘vem do engajamento’ e quer tirar” (T.R4, integrante do Morro Verde, 2022). Nesses contextos, a horta se afasta das noções de comum e de seu potencial sinérgico, já que satisfaz apenas a subsistência, como um “satisfator” singular.

4.4.2 Necessidade de proteção

A necessidade de proteção se relaciona ao acesso a sistemas de seguro, previdência social, sistemas de saúde, trabalho, ter autonomia, bem como ser cuidado ou curado e poder interagir com um ambiente social (MAX-NEEF, 1991). Assim, por meio do cuidado coletivo de recursos e do espaço, que caracteriza o comum urbano, a horta contribui para a satisfação dessa necessidade. Por meio da implantação do

Morro Verde, houve a transformação de um espaço que ameaçava a saúde e a segurança dos moradores, entendido como ponto perigoso, vinculado ao tráfico de drogas e à proliferação de doenças, em um espaço comum. Os moradores foram capazes de “Adaptar e Renovar de Forma Criativa” — padrão do fazer-comum relativo à necessidade de constante adaptação e renovação de recursos diante de desafios e questões emergentes (BOLLIER; HELFRICH, 2019), em prol da satisfação da necessidade de proteção.

Aqui tava um caos... De uma área que foi desapropriada e do jeito que a prefeitura tirou as casas ficou, o entulho todo, resto de moveis, roupa velha. E o pessoal quando vê lixo joga mais lixo, né? [...]. Os ratos já tavam desse tamanho. [...] Aquele mau cheiro, pernlongo... (T. R3, integrante do Morro Verde, 2022)

A transformação do espaço é ressaltada em entrevista: “como que esse espaço do lixo, um ‘lixeiro’, tinha se transformado numa proposta de comida saudável, agroecológica...” (T.R9, parceira do Morro Verde, 2022). A produção de alimento saudável, sem veneno, e de ervas medicinais pode ser associada ao padrão “Aprofundar a Comunhão com a Natureza” (BOLLIER; HELFRICH, 2019) e também à necessidade de proteção: explicando as regras de acesso e uso dos recursos, um dos integrantes afirma que “se for remédio [ervas medicinais], tá sempre disponível” (T.R6, integrante do Morro Verde, 2022), o que amplia as possibilidades de cuidado com a saúde dos moradores.

Por outro lado, há práticas que se relacionam à necessidade de proteção, mas compõem uma matriz negativa. Com relação ao trancamento recente da horta, o responsável afirma: “acabou a bagunça, né?” (T. R6, integrante do Morro Verde, 2022). Essa busca exagerada por proteção pode prejudicar a satisfação das outras necessidades, como participação, afeição, identidade, entendimento, criação, ócio e liberdade de outros moradores. Na medida em que há uma oscilação permanente entre consolidação e mudança, as práticas se aproximam e se afastam da noção de comum urbano, bem como dos seus potenciais para satisfazer sinergicamente diferentes necessidades.

4.4.3 Necessidade de afeição

A necessidade de afeição refere-se a relações como as de amizade, parceria, de solidariedade, respeito, generosidade, receptividade, cuidado, compartilhamento,

apreciação e união, bem como relações com a natureza (MAX-NEEF, 1991). Assim, o caráter colaborativo e a dimensão do cuidado presentes na horta Morro Verde, que contribuem para sua consolidação enquanto um comum urbano, facilitam a satisfação dessa necessidade humana fundamental.

O fazer-comum tem como resultado não apenas recursos materiais, mas relações de afeto (BOLLIER; HELFRICH, 2019). O trabalho afetivo tem muita importância no comum, pois traz uma satisfação aos envolvidos, por cuidarem de recursos que dizem respeito à própria comunidade em que vivem (BOLLIER, 2016). No Morro Verde, isso fica evidente quando um morador afirma: “nós executamos ‘naquele naipe’, com todas as nossas forças, com nosso coração” (T. R4, integrante do Morro Verde, 2022).

“Praticar a Reciprocidade Gentil”, “Aprofundar a Comunhão com a Natureza” e “Preservar as Relações nas Abordagens dos Conflitos” são padrões da vida social que compõem o fazer-comum (BOLLIER; HELFRICH, 2019) e podem possibilitar a satisfação da necessidade de afeição. A reciprocidade no comum não é como nas relações comerciais, ou seja, as relações de troca são equilibradas, mas não absolutamente equivalentes em termos de valor, o que Bollier e Helfrich (2019) chamam de reciprocidade gentil. Isso fica claro no Morro Verde em diferentes situações, como nas frequentes trocas de mudas, que não seguem uma noção quantitativa. O relato sobre a primeira distribuição da colheita na horta também oferece um bom exemplo da reciprocidade gentil. As crianças sugerem que aquelas que têm mais membros em sua família levem mais itens da horta para casa:

Os meninos, com uma rapidez e tranquilidade, eles falou assim: “não... eles são mais, eles levam mais!”. A gente, tipo, olhou assim, fraga? E eles falou: “não, eles são mais lá na casa deles, eles levam mais... Todo mundo aqui fez igual, mas eles são mais”. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

O padrão referente ao aprofundamento da comunhão com a natureza também está presente no Morro Verde. O cultivo sem uso de venenos, bem como as práticas de compostagem e outras agroecológicas em geral, observadas em campo na pesquisa, exemplificam essas relações e podem facilitar a satisfação da necessidade de afeição.

Por outro lado, o que Bollier e Helfrich (2019) chamam de “Preservar as Relações nas Abordagens dos Conflitos”, que também pode se relacionar com a necessidade de afeição, não foi verificado no Morro Verde de forma consistente. Esse

é um padrão do fazer-comum que diz respeito à transparência dos problemas, clareza de regras construídas coletivamente, com diálogo e respeito, estabelecimento de “sanções” graduais para os infratores das regras (BOLLIER; HELFRICH, 2019). Na horta, não há (e parece não ter havido em nenhuma das fases) uma comunicação clara com relação às regras, às responsabilidades e aos conflitos, fator que pode prejudicar a satisfação da necessidade de afeição.

4.4.4 Necessidade de entendimento

De acordo com Max-Neef (1991), a necessidade de entendimento refere-se à consciência crítica, à curiosidade, à racionalidade, à intuição, ao acesso à literatura, a professores, a políticas educacionais, a escolas e universidades, à possibilidade de investigar, experimentar, educar, analisar. Portanto, no comum urbano, o fato de as pessoas se tornarem coprodutoras, e não apenas usuárias ou consumidoras de recursos e espaços, pode ser um estímulo à satisfação da necessidade de entendimento: “Eu acho que a gente plantou bem, semeou bem, tá semeando bem, sabe? É... Mesmo aos tropeços e aprendendo mesmo com a prática. Acho que é esse mesmo que fica: o aprendizado prático” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

Um dos idealizadores da horta expressou o seu desejo inicial de fazer da horta e da aquaponia do Morro Verde um laboratório experimental, de produção de conhecimento, para que os moradores pudessem replicar em outros espaços, como sugere o seguinte depoimento: “um espaço educativo e coletivo, pra não ter característica de algo privado, assim... Seria como, ‘cara’... [...] a gente pudesse manter essa característica de um espaço educativo. Não de escola, de um espaço de produção de conhecimento, assim... (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

No período inicial da horta, foram realizadas oficinas relativas à agroecologia e havia muita troca de saberes entre os envolvidos. Moradores idosos compartilhavam seus conhecimentos sobre cultivo e formas tradicionais de construção com os mais jovens. Sobre essa relação, um dos integrantes afirma:

os idosos chegavam lá e a gente nem discutia. Eles mandavam, assim... Os mais velhos, a gente não discutia, ele chegava e mandava, tipo assim... É isso. Eles chegam, não precisam fazer nada, e sempre tem [hortaliças] pra eles, assim. Então tinha uma, umas figuras lá que eram muito massa, assim,

né? É... E as aulas que eles davam lá pra nós, assim, sabe? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Foi possível observar na horta, moradores que se aproximavam para trocar diferentes informações, como formas de cultivo, de tratar as galinhas e de construir. Assim, verifica-se a presença do padrão “Compartilhar Conhecimento Generosamente”, um dos padrões da gestão entre pares que constituem o fazer-comum (BOLLIER, HELFRICH, 2019) e que pode ser relacionado à necessidade de entendimento. Com relação à sua participação no Morro Verde, um morador declara: “eu não sabia nada de plantação [...], aí depois que eu vim pra cá... Nossa senhora! Aprendi coisa demais... Nós fazia até adobe aqui!” (T.R4, integrante do Morro Verde, 2022).

Bollier e Helfrich (2019) afirmam que “Confiar no Conhecimento Situado” seria um dos padrões da vida social que compõem o fazer-comum. O conhecimento situado seria o conhecimento “tácito”, geralmente, mais ligado ao corpo e às percepções do que à mente (BOLLIER; HELFRICH, 2019).

A experiência corporificada abre uma maneira muito diferente de entender como governar pessoas e recursos compartilhados, indo muito além das abordagens cognitivas e comportamentais. Ela aponta para outras formas de conhecimento — intuição, sentimentos, conhecimento subconsciente, experiência histórica. (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 110, tradução nossa)

No Morro Verde, ao longo dos anos, o conhecimento vem sendo produzido por meio da prática e das trocas entre os moradores, como indicado em entrevista: “Então, a gente foi lidando com um aprendizado prático, sabe? Aprendizado prático mesmo. Ali, a gente só conseguia ver aquilo ali, fazendo ali... É meio que um dia... é isso: É ser cientista do seu próprio terreiro, assim, sabe?” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro verde, 2022).

Em observação participante, verificou-se que, na construção do galinheiro, por exemplo, um dos participantes acreditava ser necessário colocar mais um pilar na estrutura, porém, outro participante, por meio da experimentação, percebeu que era possível fazer uma estrutura em balanço se eles cimentassem o pilar de trás, deixassem a parte da frente menor, e parafusassem em cima. A “Reflexão Sobre a Governança Entre Pares” também seria um padrão da vida social do fazer-comum, de acordo com Bollier e Helfrich (2019), essencial para equilibrar a balança entre as necessidades individuais e coletivas, que pode ser associada à necessidade de entendimento nesta pesquisa. Os comportamentos relativos à governança precisam

ser explícitos e discutidos abertamente pelo grupo (BOLLIER; HELFRICH, 2019). Isso converge com a afirmação de Hardt e Negri (2016), quando eles apontam que a sociedade não foi educada para a democracia e que é preciso “aprender a arte do autogoverno” para inventar outras formas de organização social.

Naturalmente, os seres humanos não nascemos com capacidades plenamente desenvolvidas de nos governar, de resolver conflitos, de construir relações duradouras e felizes, mas todos temos o potencial para tudo isto. Finalmente, portanto, a felicidade é o processo de desenvolvimento de nossas capacidades de tomada de decisões democráticas e treinamento no autogoverno. (HARDT; NEGRI, 2016, p. 412)

Nesse sentido, um dos integrantes explicitou os questionamentos e discussões que começavam a surgir, no início do Morro verde, com relação à governança:

[...] como é que seria esse processo do conflito mesmo? Vamos... Como é que vai ser essa coisa da hora que tiver pronto ali? Como é que nós vamos discutir isso? Como é que vai ser a venda? Que que vai ser o quê? Quem que cuida de quê? Quem que... né? Quem que pode pegar o que, né? Como é que vai ser isso? Quem que vai então lá? O portão vai ficar aberto? Nós vamos colocar a grade? Como é que é isso assim, né? E tudo isso é um processo, né? É um aprendizado, assim. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro verde, 2022)

O diagnóstico do Morro Verde, realizado junto à voluntária da Associação Horizontes Agroecológicos (ver 4.3.2), em que foram levantados os desafios da gestão da horta, pode ser entendido como uma tentativa de se estabelecer uma reflexão sobre a governança entre pares:

Aqui tem exatamente o planejamento, te mostro agora, que é, por exemplo, o primeiro ponto: falta de pessoas envolvidas no projeto e como consegui-las [...]. Então, vamos tratar o primeiro ponto: a construção coletiva. Então vamos lá... Aí, vamos ter ações que você tem que fazer, quem faria, quem seria a pessoa responsável e quem seriam as parcerias e os apoiadores. (T. R9, parceira do Morro Verde, 2022)

Porém, a “Reflexão sobre a Governança entre Pares” não se tornou um padrão consistente do fazer-comum na horta, o que pode dificultar a satisfação da necessidade de entendimento e, como consequência, o engajamento de novos atores.

4.4.5 Necessidade de criação

A necessidade de criação refere-se à possibilidade de ter autonomia, desenvolver habilidades de inventar, construir, projetar, interpretar, interagir com grupos culturais (MAX-NEEF, 1991). O comum, entendido não como um recurso

natural, mas como um produto social, se configura como “fonte inesgotável de inovação e criatividade” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 132).

Nesse sentido, a concepção e prática de novas formas de se relacionar com/ no espaço, relativas às práticas do comum urbano, pode ser um estímulo à satisfação da necessidade de criação. No Morro Verde, ao planejarem os espaços dos canteiros, construírem o galinheiro, o forno de barro, o viveiro de mudas, as estruturas para as plantas a partir de descartes de materiais disponíveis à mão, bem como novas relações sociais, etc., os moradores desenvolvem habilidades relativas à satisfação dessa necessidade, como indica o relato:

aí tinha as movimentações artísticas desde tintura de tecido... desenhos nas *ecobags*, criação das *bags* a partir de oficinas de costura também... E aí a gente pensou mil e uma coisas, sabe? E fora esse ponto mais artístico, assim, a gente também teve a área mais prática da horta, que era essa questão de tratamento do solo, compostagem, criação das composteiras, que a gente teve esse rolê de criarmos as composteiras... A gente também distribuiu material de plantio... A gente colocou várias mudas... Tipo, assim, o lugar onde é a horta era um nada, sabe? Após a desapropriação, era um espaço vago, sem ninguém, só entulhos, [...] e a gente conseguiu transformar aquilo no que é hoje [...] hoje a gente tem um sistema de aquaponia, a gente cria tilápia e outros animais e as plantas... (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Padrões destacados por Bollier e Helfrich (2019), como Apoiar o Cuidado e “Descomodificar” o Trabalho, referente a criação de formas de trabalho centradas nas pessoas, e não no lucro, bem como Manter o Comum e o Comércio Distintos, referente à importância de o comum não depender estruturalmente da lógica mercantil, podem contribuir para a criação de novas formas de se trabalhar e se relacionar, como sugere o depoimento abaixo:

[o foco] não era o comércio, era formas de talvez ... Moedas... Outras moedas que fizessem diálogo ali dentro, internamente, inicial, e pudessem começar a ser usadas. A gente não tava inventando nada, né? Essas moedas, elas existem antes disso. Desde sempre. Eu acho que é bem o primórdio, né? Dessas coisas mais comunitárias, pequenas... (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Diante do problema do lixo, os moradores foram capazes de “Adaptar e Renovar de Forma Criativa” (BOLLIER; HELFRICH, 2019) o espaço, o que pode contribuir para a satisfação da necessidade de criação. Uma das entrevistadas afirma que, “com relação a transformações na Vila, o Morro Verde deu uma cara nova para um lote bastante grande. Deu vida para onde era considerado um lixão” (T. R5, integrante do História em Construção, 2022).

4.4.6 Necessidade de ócio

Segundo Max-Neef (1991), a necessidade de ócio relaciona-se à despreocupação, ao relaxamento, à diversão, tranquilidade, interação com espaços de encontro, ao tempo livre. Considerando que, no comum urbano, o espaço serve às pessoas, não ao mercado e à produtividade capitalista, abrem-se as possibilidades para o espaço do ócio.

No Morro Verde, é possível verificar a presença do padrão “Apoiar o Cuidado e Descomodificar o Trabalho”, referente ao estabelecimento de uma relação com o trabalho fora da lógica da produtividade capitalista. Dessa forma, o próprio ato de plantar tem um papel de trazer bem-estar para os envolvidos, como sugere a entrevistada quando se refere ao período anterior à pandemia de covid-19:

[...] a maioria das pessoas que cuidava da horta eram as idosas, então a horta era uma forma de terapia pra essa galera mais velha sair de casa e, tipo assim, ter alguma coisa pra fazer... Porque, tipo, a gente não percebe que, tipo assim, as pessoas idosas criam uma ociosidade dentro de casa que se torna uma depressão. E aí nisso que isso acontece, a horta ali era o viés que essa galera, tipo, saía de casa mesmo, cuidava... sabe? Porque, tipo assim, era isso. (T.R1, integrante do História em Construção, 2021)

Como observado por Federici (2019), quando a autora se refere aos jardins comunitários de Nova York, as hortas urbanas comumente apresentam um potencial para além da soberania alimentar: podem se configurar como locais de convívio, ambientes de produção cultural e de trocas de conhecimento. No caso do Morro Verde, ações culturais realizadas no espaço também podem ser entendidas como “satisfatores” da necessidade de ócio, que se relaciona à curiosidade, imaginação, ter acesso à cultura, ter a possibilidade de fantasiar, relaxar, brincar, ter tempo livre, interagir com a paisagem (MAX-NEEF, 1991): “Os menino pequeno vinha, nós punha um projetor, punha um filme, com fogueira... Mas isso era quando tava os outros cara aí pra ajudar [...]. Colhia alguma coisa da horta, cenoura, esses trem [...]” (T. R4, integrante do Morro Verde, 2022)⁴⁰.

⁴⁰ O Cine Parede, ação de exibição de filmes que contou com edições no espaço que viria a ser o Morro Verde, pode ser entendido, ele mesmo, como um “satisfator” sinérgico. Além da necessidade de **ócio**, também estimulou a necessidade de **participação** dos moradores que, além de espectadores, assumiram-se como organizadores do evento. Além disso, a iniciativa de levar a proposta para o Morro Verde teve como objetivo a apropriação do espaço pelos moradores e, assim, também se liga à necessidade de **identidade**, relativa ao senso de pertencimento e integração. Da mesma forma, a Cozinha Comum Itinerante, que também foi uma ação cultural no Morro Verde, não apenas se voltou à necessidade de **identidade** ao discutir hábitos alimentares, costumes, valores, memória alimentar dos

A tentativa de fortalecer, ou retomar, o estímulo à satisfação da necessidade de ócio no Morro Verde pode ser observada na reconstrução do forno de barro e de estruturas para um espaço de convívio. Um dos integrantes afirmou: “Aqui, depois do forno pronto, vou colocar uns banco também” (T. R6, integrante do Morro Verde, 2022).

4.4.7 Necessidade de participação

A necessidade de participação refere-se às responsabilidades, a ter direitos e deveres, a cooperar, propor, compartilhar, expressar opiniões, interagir, fazer parte de uma comunidade (MAX-NEEF, 1991). Assim, o protagonismo comunitário e a cooperação nas práticas do comum urbano podem ser entendidos como um estímulo à satisfação dessa necessidade.

O processo do Morro Verde, que se iniciou com a limpeza do local e se estendeu com a implantação da horta, construção de estruturas físicas e a realização de eventos e encontros, promoveu a participação ao se fundamentar na colaboração entre os envolvidos, como indicado por este integrante:

Uma das experiência muito “doida” que a gente teve, assim, antes da gente colocar a cerca, a gente começou a fazer os canteiros e a gente teve ajuda de todo tipo que você pensar, assim... Muito massa isso também... E aí as crianças estavam muito com a gente nisso. Estão muito com a gente, presente, assim. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Ele ainda reflete:

Ver que a coisa pode virar assim... E ela pode ser colaborativa. Eu acho que foi muito disso, assim. Que essa mensagem também ficou bem nítida, assim, que era colaborativa, que era um espaço... Não era um espaço particular: “olha, o espaço pra ser construído junto”. (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Bollier e Helfrich (2019) levantam alguns padrões da vida social que compõem o fazer-comum, sendo um deles “Contribuir Livrementement”. A contribuição livre diz respeito a contribuir sem esperar em troca algo imediatamente e exatamente

moradores, como estimulou a **participação** dos moradores na preparação dos alimentos, a necessidade de entendimento, por meio das trocas de saberes culinários, e também voltou-se à demandas de **subsistência**, a partir da preparação de alimentos que serviram, inclusive, de apoio nos mutirões de plantio na horta.

do mesmo valor (BOLLIER; HELFRICH, 2019). Segundo os autores, as pessoas contribuem livremente por uma variedade de intenções, seja para aprender uma habilidade, para integrar-se em uma comunidade, ou simplesmente se sentir parte de algo. Portanto, esse padrão poderia ser associado à necessidade de participação. Com relação à participação no Morro Verde (ver

Figura 32 - Plantio no Morro Verde em 2017), “o maior engajamento foi no começo, aí, dentro de um ano e um ano e meio tava ‘pocando de oitenta’, as criança vinha, os idoso também ‘colava” (T. R4, integrante do Morro Verde, 2022).

Figura 32 - Plantio no Morro Verde em 2017



Fonte: Foto do acervo pessoal de Paula Lobato, 2017

A busca por integrar o Morro Verde com outros projetos, iniciativas e lideranças do Morro das Pedras também contribui para a satisfação da necessidade humana fundamental de participação, como relatado por este participante:

E aí a gente tem um outro projeto também, que era que é o que acontece no Tudo Nosso, que é um projeto da galera de um centro espírita que fazem trabalhos aos sábados e aos domingos com as mães, com as crianças, e aí eles levavam quem participava do projeto lá. Tinha parceria com a gente, sabe? Aos sábados e aos domingos, assim. Então a gente foi tentando mesmo que a galera da quebrada chegasse mesmo e sentisse e se sintasse parte, sabe, assim... (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Porém, a falta de engajamento na fase recente de retomada e, principalmente, na fase de quase abandono revela uma insatisfação dos integrantes com a pouca participação dos moradores em geral no cuidado e manutenção do Morro Verde:

No princípio, a gente teve... não sei se foi uma infeliz ideia, de falar que a horta era comunitária... Eu dei a ideia de fazer uma horta comunitária, mas a minha ideia é que todo mundo participasse com a mão de obra [...] O objetivo era que as pessoas amassem isso aqui como a gente ama... Eu fico numa tristeza quando isso aqui tá abandonado... Eu fico assim, meu Deus... Foi tanto esforço, tanto trabalho... O desafio aqui é mão de obra, né? Conseguir pessoas para o manejo. (T. R3, integrante do Morro Verde, 2022)

Outro integrante ainda completa: "Comunitário é isso, né? De onde tira e não põe, não tem! (T. R6, integrante do História em Construção, 2022).

4.4.8 Necessidade de identidade

A necessidade de identidade, segundo Max-Neef (1991), refere-se ao senso de pertencimento, à autoestima, aos costumes e hábitos, às normas e valores, à memória social, à interação com o ritmo social e com as determinações cotidianas. Por isso, o espaço comum urbano, por seguir desejos e valores da comunidade que o produz (BOLLIER, 2014), pode ser um estímulo à satisfação dessa necessidade. Uma das integrantes afirma:

o Morro Verde entra muito nessa questão da memória, porque, tipo assim, se iniciou dessa mesma forma, das mulheres locais falando sobre ervas, falando sobre chás, e aí o nosso primeiro pensamento que a gente teve foi “nossa, a gente precisa montar um negócio”. (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

Por ter se constituído como forma de honrar a memória dos moradores que ali viviam antes das remoções, a ocupação do espaço também reflete essa necessidade de identidade. Segundo Bollier (2014), as pessoas veem no comum a possibilidade de celebrar e proteger aspectos específicos que dizem respeito a uma localidade, ou seja, aspectos ligados à identidade de uma comunidade e sua história. Isso fica evidente no depoimento de um dos integrantes:

A galera viu aquele local totalmente arrasado, né? Lembrando que alguém morou ali, não tava mais ali e a gente, é... Dessa mesma maneira também respeitando e querendo lembrar quem que morou ali, quem que... Só que de outra forma, com vida, né? Plantando e tal, assim... Eu acho que é isso, as pessoas desejaram que aquilo ali tivesse ali, fazendo aquele momento e aquela caracterização daquilo ali, sabe? Então eu acho que isso foi muito importante também que as pessoas falaram “pô, é... Dá pra gente acreditar junto assim”, sabe? (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022)

Um dos entrevistados acredita que o Morro Verde transformou um espaço da Vila das Antenas, antes ponto relacionado às drogas, ao lixo e à violência, em um espaço limpo, bonito, que os moradores cuidam e que gera um sentimento de pertencimento. Segundo ele, “só de ser um espaço bonito, as pessoas passam a querer cuidar” (T. R11, parceiro do Morro Verde, morador do Morro das Pedras, 2022). Assim, o processo de cuidado do espaço parece ter contribuído para a satisfação da necessidade de identidade.

“Praticar a reciprocidade gentil” é um padrão da vida social do fazer-comum (BOLLIER; HELFRICH, 2019) que se mostra como um estímulo à satisfação da necessidade de identidade, o que pode ser verificado no depoimento seguinte:

Então, tem muita galera local que compra [hortaliças], mas tem uma galera que compra de uma forma diferente. É uma troca. Tipo assim, “ah, hoje eu vou aguar a horta”. Tipo, “tô aqui cuidando de um canteirinho, vou ali pegar um não sei o quê” [hortaliça]. “Eu vou fazer isso, vou precisar disso, disso, disso”. Então tem essa coisa das trocas também. Porque aí gera o quê? Sempre vou voltar nisso: senso de pertencimento. (T.R1, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2021)

“Cultivar Propósitos e Valores Compartilhados” e “Ritualizar a União”, também elencados por Bollier e Helfrich (2019) como padrões da vida social que compõem o fazer-comum, podem ter contribuído para a satisfação da necessidade de identidade no Morro Verde. Segundo os autores, propósitos e valores compartilhados são padrões vitais para qualquer comum, e essenciais para o fortalecimento de uma identidade compartilhada. Eles nasceriam de forma orgânica, com o passar do tempo, por meio de reflexão coletiva, tradições, celebrações e outras formas de se ritualizar a união. No Morro Verde, o cultivo de propósitos e valores compartilhados e a ritualização da união podem ser verificados, principalmente, nos anos iniciais da ação, quando havia mobilização para os mutirões semanais, momentos em que os moradores cozinhavam juntos ou voltados à organização de eventos culturais. Em entrevista, um dos integrantes conta: “tinha um fogão de lenha aqui que nós fazia bolo, nós fazia chá na horta. Era bom demais” (T. R4, integrante do Morro Verde, 2021).

Na fase de quase abandono e de recente retomada, em que há pouco envolvimento dos moradores e poucas situações de ritualização da união, a satisfação da necessidade de identidade parece ter sido prejudicada. Uma parceira do Morro Verde chega a afirmar: “Isso aqui não tem nada de comunitário” (T. R10, parceira do Morro Verde, 2022). A não consistência das regras e o fato de não haver a necessidade de corresponsabilidade para usufruto do Morro Verde podem dificultar o senso de pertencimento dos moradores relativamente à horta. Segundo relatos apresentados durante as entrevistas, muitos moradores se veem no direito de usufruir da horta sem a responsabilidade do cuidado, o que a afasta da noção de comum. Um dos integrantes reclama: “Bem... E é óbvio, nós não vamos ficar aqui plantando pra você vir só colher, assim. Você tem que vir junto, mexer aqui também... A gente brincava: ‘a terra precisa ser mexida’, né?” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

4.4.9 Necessidade de liberdade

A liberdade diz respeito à possibilidade de autonomia, determinação, ter mente aberta, arriscar, escolher fazer diferente e lutar por direitos (MAX-NEEF, 1991). Assim, o protagonismo comunitário, a partir do qual os moradores se tornam coprodutores, bem como a crítica ao modelo tradicional de se fazer cidade e a luta pelo direito à cidade, presente em práticas do comum urbano, podem estimular a satisfação da necessidade de liberdade.

“Usar Ferramentas Conviviais” constitui um dos padrões do fazer-comum. Refere-se ao uso de ferramentas acessíveis, capazes de preservar a autonomia dos “usuários”, (BOLLIER; HELFRICH, 2019) e, por isso, poderia ser associado à necessidade de liberdade. Assim, o Morro Verde poderia ser entendido como uma ferramenta convivial.

Técnicas para agricultura estável e ecologicamente responsável, como permacultura e agroecologia, são ferramentas conviviais porque qualquer pessoa pode usá-las, compartilhá-las e contribuir para sua melhoria. (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 190, tradução nossa)

Ao se contrapor à monofuncionalidade da faixa de servidão e transformar a realidade de um terreno negligenciado pela PBH, o Morro Verde afirma o direito de a comunidade propor novas relações com o espaço. A necessidade de liberdade, com relação à produção espacial, fica evidente quando um dos idealizadores afirma: “a gente queria também passar essa mensagem [...] que é do... ‘ah, velho’, nós que mora aqui, nós que temos que dizer que que tem que ‘pegar’ [acontecer], que que acontece aqui dentro assim” (T. R2, integrante do História em Construção e do Morro Verde, 2022).

A retomada de um espaço completamente negligenciado, do qual famílias haviam sido removidas por um programa que foi entendido muitas vezes como impositivo, se relaciona com a necessidade de liberdade. Um integrante afirma: “fizemos daquele lugar um oásis, assim, sabe?” (T.R4, integrante do Morro Verde, 2022).

4.4.10 O Morro Verde como um satisfator sinérgico

Percebe-se que, diferentemente das soluções oferecidas pelo mercado e pelo Estado em geral, as possibilidades apontadas pelo Morro Verde sustentam-se por

meio de forças endógenas à comunidade. Ao se caracterizar como um comum urbano, tem contribuído, conforme percebido por meio de observação e análises de depoimentos de participantes, com a satisfação sinérgica de uma série de necessidades humanas fundamentais, incrementando a qualidade de vida da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contexto de urbanização capitalista, os comuns urbanos têm se apresentado como alternativa que desafia a produção hegemônica da cidade e propõe formas mais coletivas e democráticas de produção espacial (STAVRIDES, 2019). As análises desenvolvidas nesta dissertação mostraram que o comum urbano é capaz de satisfazer as necessidades humanas de forma sinérgica, a partir do estudo da experiência da horta comunitária Morro Verde, na Vila das Antenas (Morro das Pedras, Belo Horizonte).

O grupo História em Construção, que assume um papel protagonista na implantação da horta, surge em resposta ao modelo pouco democrático de urbanização proposto no PVV para o Morro das Pedras. A proposta de reestruturação viária do programa, por exemplo, que articulou duas grandes avenidas da cidade, se mostrou mais alinhada às demandas do capital imobiliário que às necessidades reais dos moradores, resultando em dezenas de remoções para a realização das obras.

Nesse contexto, surge o História em Construção, em 2010, responsável por uma série de ações com o intuito de questionar remoções, o valor das indenizações e fortalecer a identidade local. O grupo percebe na arte e na cultura uma potente forma de afirmação e resistência. Essas ações do grupo, auto-organizadas pelos moradores e de caráter colaborativo, se aproximaram das noções do comum urbano. Nesse cenário, onde já se cultivavam práticas de fazer-comum, integrantes do grupo e outros moradores implantam a horta Morro Verde, em 2017, em uma área desapropriada no PVV por estar sob a linha de transmissão da Cemig.

O Morro Verde pode ser entendido como comum urbano por reivindicar recursos compartilhados, que extrapolam a lógica mercantil vigente, bem como o próprio espaço urbano mais aberto, inclusivo, produzido de forma coletiva, como afirma Tonucci (2017). Na horta, assim como sugerem Bollier e Helfrich (2019, p.75, tradução nossa), o comum está “constantemente se tornando”, ou seja, é um processo contínuo que envolve o engajamento nas práticas sociais, na governança e o no desenvolvimento de formas colaborativas de provisão (BOLLIER; HELFRICH, 2019). Assim, a história da horta Morro Verde também é permeada por padrões que revelam contradições e desafios do comum urbano, incluindo individualismo e apropriações privadas, típicos em uma cidade capitalista.

O que estimulou a implantação da horta foi a necessidade de resolução do problema urgente causado pelo lixo depositado em um trecho da faixa de servidão, onde moradias foram demolidas, após uma desapropriação. Para dar início ao Morro Verde, alguns fatores foram importantes, como a própria disponibilidade do espaço, a existência de um grupo já mobilizado (que participava das ações do História em Construção); a presença de um forte articulador local; o estabelecimento de parcerias com atores externos e a promoção de eventos culturais no espaço como forma de incentivar sua apropriação coletiva.

Porém, manter a mobilização comunitária após o período inicial se mostrou um grande desafio. Alguns fatores contribuíram para a desmobilização e quase abandono do Morro Verde, entre 2019 e 2021, entre eles, o afastamento do História em Construção, do articulador local e de outros cuidadores da horta, a pandemia de covid-19 (que dificultou as parcerias com atores externos) e a apropriação privada individual e conseqüente venda de parte do terreno da horta. Alguns desses fatores fazem parte da mutabilidade característica da vida urbana, apontada como um desafio para o comum urbano por Felstead, Thwaites e Simpson (2019).

A recente retomada do cuidado na horta foi possível devido à disponibilidade de um morador para visitas diárias e à rearticulação com outros poucos moradores. Contudo, essa retomada tem concentrado o trabalho e as decisões em apenas uma pessoa, o que não condiz com a descentralização e a colaboração que caracterizam as práticas do comum. De toda forma, o Morro Verde, incluindo a sua fase inicial, de quase abandono e de recente retomada, entre 2017 e 2022, tende a reivindicar o espaço urbano como comum. A horta baseia-se no protagonismo comunitário, tem caráter colaborativo (mesmo que conte com períodos de maior ou menor engajamento), aproxima a produção e o consumo, estimula relações de troca e critica o formato tradicional de produção da cidade, retomando a possibilidade de produção espacial coletiva.

Tendo a horta Morro Verde como referência, foi possível verificar o potencial do comum urbano em satisfazer as necessidades humanas de forma sinérgica, tendo como base a teoria de Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef (1991). Explorar o potencial do comum urbano na satisfação das necessidades humanas contribui para demonstrar sua relevância nas cidades e aumentar a visibilidade desse tema ainda negligenciado no campo teórico e por políticas públicas..

Segundo a percepção da comunidade e dos seus cuidadores, a horta não satisfaz apenas a necessidade de subsistência, por meio da produção de alimento, mas todas as outras necessidades humanas elencadas por Max-Neef (1991) como essenciais: proteção, afeição, entendimento, ócio, criação, participação, identidade e liberdade.

Concluiu-se assim que o Morro Verde, enquanto um comum urbano, tem satisfeito sinergicamente várias necessidades humanas, em maior ou menor grau, em suas diferentes fases. Formas colaborativas de provisão, bem como a aproximação entre produção-consumo e as relações de troca, contribuíram para a satisfação da necessidade de subsistência. O protagonismo comunitário na recuperação de uma área entendida anteriormente como perigosa e na produção de alimentos sem veneno e de plantas medicinais relaciona-se com a necessidade de proteção. O caráter colaborativo e as noções de cuidado, presentes no Morro Verde, relacionam-se à necessidade de afeição. A coprodução do espaço da horta em paralelo à valorização do conhecimento situado e das trocas de saberes contribuíram para a satisfação da necessidade de entendimento. O protagonismo comunitário e o estabelecimento de parcerias contribuíram para a satisfação da necessidade de participação. O fato de o espaço da horta também se destinar a acomodar encontros, eventos culturais e relaxamento (que não servem à produtividade capitalista) tem contribuído para a satisfação da necessidade de ócio. Ao estimular novas formas de se planejar e construir o espaço, a horta satisfaz a necessidade de criação. A transformação de um espaço residual de acordo com valores da comunidade, o cultivo de propósitos e valores compartilhados, a ritualização da união em eventos culturais, mutirões e práticas coletivas têm promovido a satisfação da necessidade de identidade. A crítica ao formato tradicional de fazer cidade e a reivindicação do espaço urbano como comum contribuem para a satisfação da necessidade de liberdade. Em suma, a análise dos depoimentos sugere que os comuns urbanos devem ser valorizados pela sua capacidade de satisfazer sinergicamente diferentes necessidades humanas fundamentais.

Como possibilidade para pesquisas futuras, seria de grande importância investigar os rebatimentos físico-espaciais das práticas do comum urbano e como esse aspecto pode influenciar seu potencial sinérgico. As possibilidades de aprofundamento da parceria com o poder público também poderiam ser estudadas futuramente no sentido de se pensar políticas públicas direcionadas para o

fortalecimento do comum na Vila das Antenas e no Morro das Pedras: como o poder público pode contribuir para potencializar o comum enquanto um satisfator sinérgico?

O Morro Verde apresenta, de forma prática, relações socioespaciais que extrapolam os limites do modelo tradicional de fazer cidade e propõem uma forma mais colaborativa de viver e satisfazer as necessidades humanas. Assim, demonstra a importância do desenvolvimento de estudos no campo da arquitetura e do urbanismo que aprofundem o nosso conhecimento acerca dos comuns urbanos, no contexto brasileiro e latino-americano, na medida em que experiências como a aqui investigada revelam modos inventivos de recriação da realidade urbana.

A formação não apenas técnica, mas crítica, de arquitetos e urbanistas com relação à produção da cidade parece ter fortalecido práticas de fazer-comum na Vila das Antenas. Moradores do Morro das Pedras e arquitetos e estudantes de Arquitetura e Urbanismo, da escola de Arquitetura da UFMG, trabalharam coletivamente na criação do grupo História em Construção e organização das suas primeiras ações. No momento de surgimento do Morro Verde, iniciativas como a Cozinha Itinerante e a oficina Hora do Lanche, ambas propostas por estudantes, segundo os moradores locais, fortaleceram as práticas de compartilhamento e colaboração.

Se as práticas de produção espacial voltadas aos comuns urbanos promovem a autonomia e cogestão entre os envolvidos, este estudo sugere que, ao facilitar comportamentos ativos e colaborativos, o arquiteto pode facilitar a promoção, o fortalecimento e a ampliação do comum urbano e de seu potencial sinérgico.

Manzini (2019) afirma que, tradicionalmente, a cidade dos planejadores é aquela observada de longe e de fora. A cidade de perto e de dentro, ou seja, das pessoas, oferece outras possibilidades de ação para os planejadores urbanos, arquitetos-urbanistas e profissionais dos mais diversos campos do design. Nessa perspectiva, os profissionais atuariam a partir e junto às dinâmicas sociais para colaborar na construção da autonomia.

Os resultados deste estudo se alinham com a visão de Bollier e Helfrich (2019) e Arruda e Maziviero (2017), que apostam em uma parceria comum-público (*commons-public partnership*) em que haja cooperação entre os comuneiros e as instituições do Estado para se alcançar determinados objetivos.

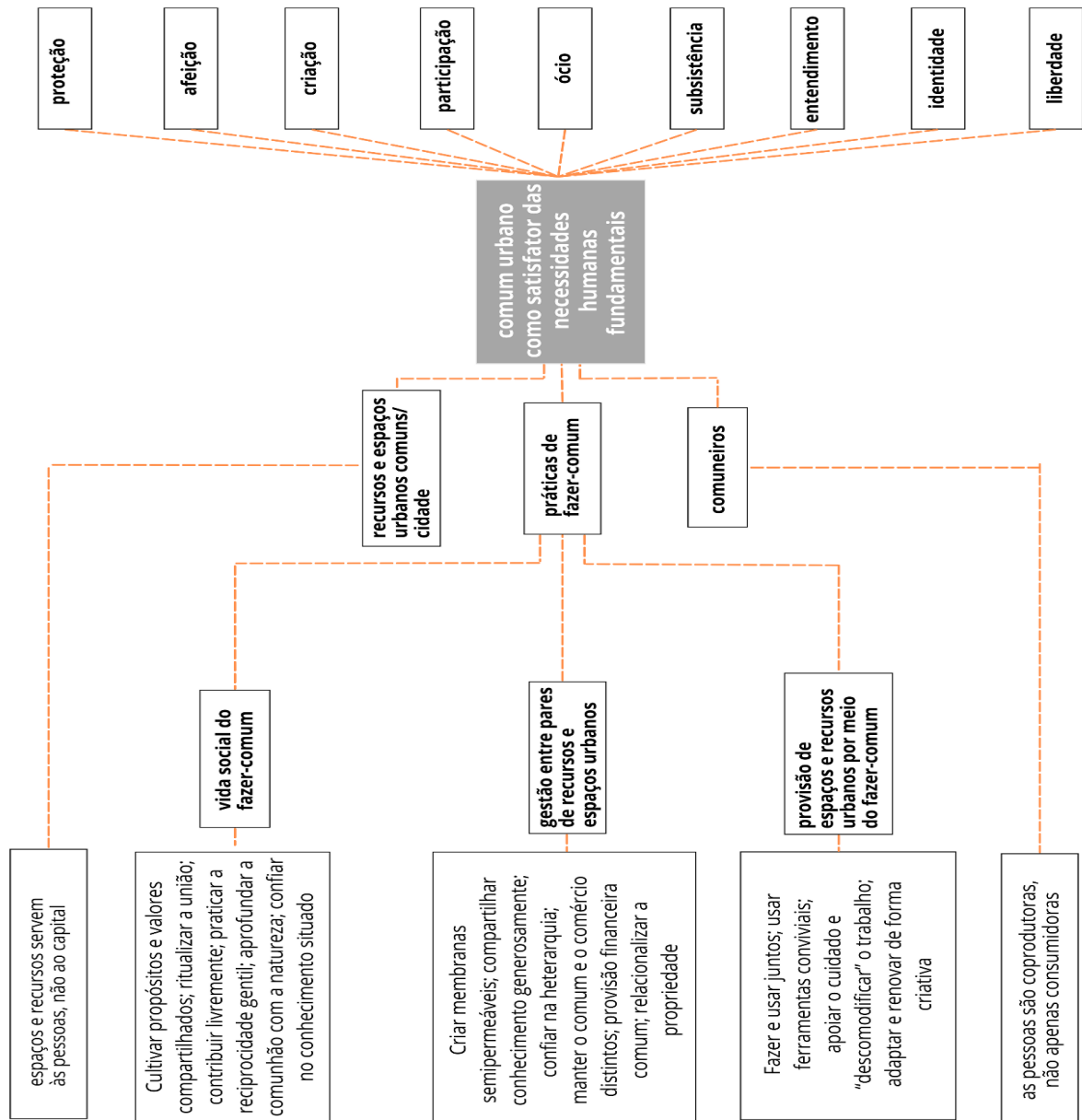
Estabelecendo um comparativo com as parcerias público-privado, nessa mudança de postura, o Estado agiria como co-gestor do território em uma parceria “público-comum”. Isso implica em uma participação da sociedade

civil além do que é colocado pelos marcos regulatórios que garantem a participação no planejamento urbano e regional, uma vez que quando essa participação ocorre é de forma consultiva e deliberativa. (ARRUDA; MAZIVIERO, 2017, p. 715)

Como sugere a história da horta do Morro Verde, a gestão comunitária se beneficiaria de um suporte ativo do poder público. Sem a perda de autonomia, o papel do cidadão na formulação e aplicação de políticas públicas seria mais robusto. Portanto, o comum implicaria algum tipo arranjo hierárquico (HARVEY, 2011) e colaboração entre os âmbitos *bottom-up* e *top-down* (KATRINI, 2018). Nesses casos, arquitetos-urbanistas poderiam orientar processos participativos de planejamento, produção, uso e gestão, bem como apoiar parcerias e redes colaborativas. Essa forma de atuação profissional, alinhada ao arcabouço teórico-conceitual do comum urbano, reafirma a importância da produção de cidades constituídas e transformadas por quem as experimenta, considerando que “cidadãos não são usuários da cidade, mas também seus codesigners e coprodutores” (MANZINI, 2019, p.5, tradução da autora).

Em consonância a essa perspectiva, os resultados desta pesquisa sugerem que arquitetos-urbanistas devem atuar no sentido de contribuir com a construção de cidades mais colaborativas, justas e sustentáveis em parceria com as comunidades de cada localidade. Segundo a ótica do comum urbano, a sociedade civil, em parceria com arquitetos e outros profissionais, trabalhariam colaborativamente no sentido de transformar suas próprias realidades (físicas e sociais), possibilitando a satisfação das necessidades humanas fundamentais sinergicamente, como sugere o resultado desta pesquisa.

Quadro 3 - O comum urbano como satisfator das necessidades humanas fundamentais



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Jeferson; MAZIVIERO, Maria Carolina. **Insurgências nas periferias de São Paulo**: metodologia de análise da autogestão dos comuns urbanos. *In*: RENA, Natacha; FREITAS Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela. I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: Editora Fluxos, 2017.

ARCHDAILY BRASIL. El Campo de Cebada / La Ciudad Situada. **ArchDaily Brasil**, São Paulo, 25 out. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-136323/el-campo-de-cebada-slash-la-ciudad-situada>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BAIBARAC, Corelia; PETRESCU, Doina. **Open Source resilience**: a connected Commons-based proposition for urban transformation. Elsevier, Sheffield, p. 227-239, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/35097891/Open_source_resilience_a_connected_commons_based_proposition_for_urban_transformation?email_work_card=title. Acesso em: 17 mar. 2023.

BALTAZAR, Ana P *et.al.* Política Habitacional de Interesse Social em Belo Horizonte: Projetos viários, investimentos nos capitais e remoções X melhoria das condições sócio-espaciais. *In*: XVII ENAMPUR. **Sessão temática 5**: Habitação e a produção do espaço urbano e regional. São Paulo, 2017.

BALTAZAR, Ana P. Sobre a resiliência dos sistemas urbanos: devem eles ser resilientes e são eles realmente sistemas? **VIRus**, n. 3, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/invited/layout.php?item=1&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BATISTA, C. N.; LOBATO, P. S. C. Cozinha comum itinerante. **VIRus**, São Carlos, n. 18, 2019. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=5&item=97&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BELO HORIZONTE (MG). **Decreto nº 14.791**, de 9 de janeiro de 2012. Institui o planejamento estratégico BH 2030 – A cidade que queremos. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2012. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2012/1479/14791/decreto-n-14791-2012-institui-o-planejamento-estrategico-bh-2030-a-cidade-que-queremos>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BELO HORIZONTE (MG). Lei Ordinária nº 3995, de 1985. Introduz dispositivos na Lei 3532, de 06 de janeiro de 1983, cria o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 18 dez. 1985. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1985/399/3995/lei-ordinaria-n-3995-1985-introduz-dispositivos-na-lei-3532-de-06-de-janeiro-de-1983-cria-o-programa-municipal-de-regularizacao-de-favelas-profavela-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BOLLIER, David. **Think like a commoner**: A short Introduction to the life of the Commons. Gabriola Island: New Society Publishers, 2014.

BOLLIER, David. **Commoning as a Transformative Social Paradigm**. The Next System Project, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://thenextsystem.org/node/187>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. **Free, Fair and Alive**: The insurgente power of the Commons. Gabriola Island: New Society Publishers, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Projovem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/projovem>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology**. In: *Qualitative Research in Psychology*, Bristol, v. 3, n. 2., p. 77-101, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRAZIL FOUNDATION. **Brazil Foundation**. Disponível em: <https://www.brazilfoundation.org/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRCIDADES. A hora é agora! Vem com a gente! **BR Cidades**, Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.brcidades.org/>. Acesso em: 7 mai. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed. 2007.

CRUZ, Mariana; TONUCCI, João. O Comum urbano em debate: Dos comuns na cidade à cidade como comum? **Rev.Bras.Estud.Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p.487-504, set.-dez. 2019.

DARDOT, Elísio. **Morro Verde**. [Vídeo]. Belo Horizonte: Elísio Dardot, 2019. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z1fJo0IJ6y8>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo. 2017.

ENRIGHT, Theresa; ROSSI, Ugo. Ambivalence of the urban Commons. *In*: **The Routledge Handboool on Spaces of Urban Politics**. Londres; Nova York: Reutledge Taylor and Francis Group, 2018.

FEDERICI, Silvia. Feminismo e a política do comum em uma era de acumulação primitiva. 2010. *In*: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Guerra, Globalização e reprodução. 2000. *In*: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres, luta por terra e globalização: uma perspectiva internacional. 2004. *In*: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FELSTEAD, Aimee; THWAITES, Kevin; SIMPSON, James. **A conceptual Framework for Urban Commoning in Shared Residential Landscapes in the UK**. Sustainability, v.11, n. 21, Sheffield, 2019. Disponível em: <https://eprints.whiterose.ac.uk/153046/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FONSECA, Janete Flor de Maio; GUIMARÃES, Mary Francisca. Vila das Antenas: uma história por construir. *In*: LIBÂNIO, Clarice A. **Favelas e periferias**

metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. 1ª ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.

FOSTER, Sheila; IAIONE, Christian. The City as a Commons. **Yale Law and Policy Review**, New Haven, v. 34, 2016.

GINN, Franklin; ASCENSÃO, Eduardo. **Autonomy, Erasure, and Persistence in the Urban Gardening Commons**. Antipode, Bristol; Lisbon, v.0, n.0, p. 1-24, 2018.

GUIMARÃES, Mary. A favela pertence à cidade e a favela quer ficar na cidade. *In*: BALTAZAR, Ana; GANZ, Louise (org.). **Terra Comum** [seminário]. Belo Horizonte, 2019.

HAGUETTE, Maria Tereza F. Metodologias Qualitativas da Sociologia. Petrópolis: Editora vozes, 1992.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. *In*: **Science**, New York, v.162, n. 3859, p. 1243-1248. 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1724745?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem Estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. The creation of the urban commons. *In*: HARVEY, David. **Rebel Cities**: from the right to the city to the urban Revolution. London: Verso, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. The Right to the City. *In*: HARVEY, David. **Rebel Cities**: from the right to the city to the urban Revolution. London: Verso, 2012.

HARVEY, David. **The Future of the Commons**. Radical History Review, Atlantic Highland, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Future-of-the-Commons-Harvey/5f8afb638d77c8af7affc92f476d8269af7ec39f>. Acesso em: 23 mar. 2023.

HARVEY, David. **A liberdade na cidade**. In: IASI, Mauro et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Tradução do inglês por Gavin Adams. São Paulo: Boitempo, 2013.

HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO. **Vou me acabar aqui**. Jurebsvr, 2011. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xd6B2icYkqc&t=91s>. Acesso em: 2 ago. 2021.

HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO. **Facebook** (página em rede social). Disponível em: https://www.facebook.com/historiasomosnos/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 17 mar. 2023.

HORIZONTES AGROECOLÓGICOS. Site. Disponível em: <https://www.horizontesagroecologicos.org.br/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HURON, Amanda. **Theorising the urban Commons: New Thoughts, tensions and paths forward**. Urban Studies, Columbia, p.1-8, 2017.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. **The Paradox of Participation: A Case Study on Urban Planning in Favelas and a Plea for Autonomy**. Bulletin of Latin American Research, Oxford, 2012.

KATRINI, Eleni. **Sharing Culture: on definitions, values, and emergence**. In: The Sociological Review, Lancaster, v. 66, n. 2, p. 425-446, 2018.

LIBÂNIO, Clarice. **Reinventando o urbano: Práticas culturais nas periferias e direito à cidade**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2012

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Cadernos do Grupo de Altos Estudos, volume I. Rio de Janeiro: Programa de Engenharia de Produção da Coppe/ UFRJ, 2008.

MANZINI, Ezio. **Design: Quando todos fazem design:** uma introdução ao design para a inovação social. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo, RS: Ed.Unisinos, 2017.

MANZINI, Ezio. **Collaborative cities:** Social innovation and design for a regenerative city making. Introductory notes. 2019. Disponível em: <https://desisnetwork.org/dxcc/wp-content/uploads/2019/06/Background-Notes-Collaborative-Cities.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, seu estúpido! *In:* IASI, Mauro et. al. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Revista Sem Terra**, [s.l.], n. 43, p. 17-20, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation.** 1943. Disponível em: https://motivationalmagic.com/library/ebooks/motivation/maslow_a-theory-of-human-motivation.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

MARQUEZ, Renata. Votem PROVO para ter tempo bom. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 9, p. 86-95, 2016.

MAX-NEEF, Manfred. **Human Scale Development:** conception, application and further reflections. New York; London: The Apex Press, 1991.

MILAGRES, Lígia. **Processos de auto-organização sócio-espacial:** ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MILAGRES, Lígia. Sobre instrumentos para a ação direta na produção do espaço. **VIrus**, São Carlos, n. 9, 2013. Disponível em:

http://www.nomads.usp.br/virus/ virus09/secs/submitted/virus_09_submitted_5_pt.pdf

Acesso em: 17 mar. 2023.

MORRO VERDE. **Facebook** (página em rede social). Disponível em: <https://www.facebook.com/morroverdevilantena/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MORRO VERDE. **Facebook** (página em rede social). Disponível em: <https://www.facebook.com/morroverdevilantena/photos/pcb.1141885499325670/1141885379325682>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MORRO VERDE. **Facebook** (página em rede social). Disponível em: <https://www.facebook.com/morroverdevilantena/photos/a.736830893164468/794761524038071>. Acesso em: 17 mar. 2023.

NASCIMENTO, Tamirís. **Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso da Vila Antena**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press. 1990.

PETRESCU, Doina; PETCOU, Constatin. How to Design, Defend, and Sustain Urban Commons and How to Demonstrate Their Value for Resilience? *In*: MAHDAVI, Mojdeh; WANG, Liang. **New Geographies 12 Commons**. Cambridge: Harvard University Graduate School of Design, 2021.

PBH. Prefeito visita obras no Aglomerado Morro das Pedras. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-visita-obras-no-aglomerado-morro-das-pedras>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PBH. Programa Horizonte 2030: Desenvolvendo sem deixar ninguém, para trás. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, [s.d]. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/desenvolvimento/programa-horizonte-2030>. Acesso em: 16 out 2021.

PBH. Portal da Transparência (resposta de perguntas feitas pela autora à Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção). **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2022.

PGE Morro das Pedras: Volume Completo:1.3 Proposta Texto. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2004.

PGE Morro das Pedras: Volume Completo:1.3 Diagnóstico. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2004.

PGE Morro das Pedras: Volume Completo: Base Cartográfica, Levantamento de Dados, Pesquisa Cartorária, Diagnóstico e Proposta e Hierarquização. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2004.

PGE Morro das Pedras: Levantamento de Dados Relatório. Urbel e Casa do Movimento Popular (CMP), mar. 2001.

PGE Morro das Pedras: Levantamento de Dados Mapas Volume I, Urbel e Casa do Movimento Popular (CMP), mar. 2001

PGE Morro das Pedras: Volume Completo: Base Cartográfica, Levantamento de Dados, Pesquisa Cartorária, Diagnóstico e Proposta e Hierarquização. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e Orbis, 2004.

PGE Morro das Pedras: Proposta e Hierarquização, Urbel e Orbis, out. 2004.

PORTAL BELO HORIZONTE. Smart City. **Portal Belo Horizonte**, Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/smartycity>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. BH chegou à final no maior prêmio internacional para cidades inteligentes. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-chegou-final-no-maior-premio-internacional-para-cidades-inteligentes>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Sistemas de produção coletivas e comunitárias. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-chegou-final-no-maior-premio-internacional-para-cidades-inteligentes>. Acesso em: 17 mar. 2023.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANSÃO, Adriana. O processo de autogestão de Can Btló, em Barcelona: Uma feição radical do urbanismo tático. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4967>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SILVEIRA, Danielle. **A implantação do Programa Vila Viva em áreas de Belo Horizonte – MG: uma análise documental**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2015.

SOJA, Edward. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space: The City as Commons**. London: Zed Books, 2016.

STAVRIDES, Stavros. **Common Spaces of Urban Emancipation**. Manchester: Manchester University Press, 2019.

STAVRIDES, Stavros. Common space as threshold space: Urban Commoning in Struggles to Re-appropriate Public Space. **Footprint Delft Architecture Theory Journal**, Delft, v. 9, n. 2, p. 9-20, 2015. Disponível em: <https://journals.open.tudelft.nl/footprint/article/view/896>. Acesso em: 23 mar. 2023.

TONUCCI FILHO, João B. M. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v.11, n.01, 2020, p. 370-404. 2020.

TONUCCI FILHO, João B. M. **Comum urbano: A cidade além do público e do privado**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

TONUCCI FILHO, João B.; COSTA, Heloísa. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana? In: XVII ENAMPUR, São Paulo, USP, 2017.

UN-HABITAT - **United Nations Human Settlements Programme**. World Cities Report, 2022 - Envisaging the Future of Cities. Nairobi, 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

URBAN TACTICS. **Agrocité Gennevilliers**. Disponível em: <http://www.urbantactics.org/projets/agrocite-genevilliers/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

URBAN TACTICS. **Sobre o Urban Tactics**. Disponível em: <http://www.urbantactics.org/about/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VÁRIOS. **Carta Mundial pelo direito à cidade**, 2007. Disponível em: <https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ZULOARK. Parlamento cidadão. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n.9, p.104 - 111, 201